

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA JULIA LUCHT RODRIGUES

**BRIDGING THE GAP: CONSTRUINDO PONTES ENTRE AS CONFERÊNCIAS
INTERNACIONAIS, O *CHILDREN'S BUREAU* E A CONFERÊNCIA DA CASA
BRANCA DE PROTEÇÃO E SAÚDE DA CRIANÇA**

CURITIBA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA JULIA LUCHT RODRIGUES

BRIDGING THE GAP: CONSTRUINDO PONTES ENTRE AS CONFERÊNCIAS
INTERNACIONAIS, O *CHILDREN'S BUREAU* E A CONFERÊNCIA DA CASA
BRANCA DE PROTEÇÃO E SAÚDE DA CRIANÇA

Trabalho apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Pedagoga no curso de
graduação em Pedagogia, Setor de Educação da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Gizele de Souza

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA JÚLIA LUCHT RODRIGUES

BRIDGING THE GAP: CONSTRUINDO PONTES ENTRE AS CONFERÊNCIAS
INTERNACIONAIS, O *CHILDREN'S BUREAU* E A CONFERÊNCIA DA CASA
BRANCA DE PROTEÇÃO E SAÚDE DA CRIANÇA

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau Pedagoga no curso de graduação em Pedagogia, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza

Orientadora – Departamento de Planejamento e Administração do Ensino
Setor de Educação, UFPR.

Prof.^a Dr.^a. Andréa Bezerra Cordeiro

Departamento de Planejamento e Administração do Ensino
Setor de Educação, UFPR.

Curitiba, 16 de dezembro de 2015

*À minha família e ao Guilherme,
por me ajudarem a trilhar os meus
caminhos.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de conclusão de curso encerra o percurso realizado no curso de pedagogia. E atravessada por diversas preocupações sobre os sentidos e os desafios do contexto atual da educação brasileira, volto o olhar para as crianças. Sujeitos de direito e produtoras de cultura, elas foram o centro deste trabalho e do meu percurso de formação na universidade. Elas estiveram presentes em meus caminhos, mas só pude trilhá-los devido ao apoio das pessoas que me acompanharam, me orientaram e permitiram que eu me dedicasse aos meus estudos.

Assim, encerro este percurso com muita gratidão a todos que compartilham suas vidas comigo. Agradeço aos meus pais, José Valter e Rosely, e a minha irmã, Ana Luisa, por estarem diariamente presentes na minha vida, por acompanharem meus sucessos e me ajudarem nas minhas dificuldades. Ao Guilherme, por estar ao meu lado e me apoiar nas minhas decisões, até mesmo naquelas que nos levaram a lugares diferentes do mundo. Vocês são meu grande suporte e dão sentido aos meus caminhos.

Agradeço as colegas da faculdade que me acompanharam desde o início e que me fizeram ter certeza de que eu tinha encontrado o meu lugar. Às amigas queridas com as quais comecei a faculdade, Damaris, Aline, Jaqueline e Isabele. E também às que compartilharam comigo deste esperado final e da produção dos nossos trabalhos de conclusão de curso, Lusiane, Vanessa e Graciele.

As professoras, Catarina Moro, Angela Coutinho e a querida orientadora Gizele de Souza, agradeço por permitirem que eu me integrasse ao NEPIE e pelos aprendizados tão significativos que só foram possíveis devido aos projetos em que trabalhei junto com vocês e à convivência nos corredores e salas da reitoria. Gizele, muito obrigada por me permitir fazer parte deste grupo desde o início da minha formação. A todos os professores do curso por permitir que eu me formasse pedagoga durante esses anos.

As amigas e companheiras do NEPIE, Franciele, Etienne, Patrícia, que me apoiaram nos estudos em meio a risadas e cafés. Não teria sido possível fazer pesquisa sem vocês. Aos colegas do grupo de pesquisa, aprendi com vocês a fazer pesquisa e a formular problematizações mais profundas.

A todos, meu mais sincero obrigada.

RESUMO

A pesquisa tem por objeto de estudo a *White House Conference on Child Health and Protection* – Conferência da Casa Branca sobre Proteção e Saúde da Criança –, realizada em 1930 em Washington, D.C. O objetivo da pesquisa é o de analisar as representações de infância, família, e educação nos materiais produzidos e apresentados nesta Conferência de 1930, compreendendo algumas das relações entre o *Children's Bureau* – Departamento da Criança dos Estados Unidos –, esta Conferência de 1930 e um contexto internacional de proteção à infância analisado por meio de congressos e conferências internacionais. Esta análise remete à construção de pontes para pensar nos diferentes processos de apropriação e circulação de ideias dentro de circuitos internacionais e locais. De modo que se apropria dos referenciais da história cultural (CERTEAU, 2014; CHARTIER, 1991; GINZBURG, 1989) para realizar suas análises e a teorização de suas fontes. As principais fontes utilizadas são os materiais produzidos na Conferência e relatórios do *Children's Bureau*. Esta pesquisa também dialoga com a história da infância e os estudos da criança, compreendendo a pluralidade de representações de infância e suas experiências.

Palavras chave: História da Infância, Conferência da Casa Branca, Proteção à Criança, Children's Bureau.

ABSTRACT

This research has as object of study the White House Conference on Child Health and Protection, convened in Washington, D.C. in 1930. The main purpose of this research is to analyze the representations of childhood, family and education in the materials elaborated and presented on this Conference of 1930, thus comprehending the relations among the Children's Bureau, the 1930 Conference and the international context of childhood protection which is analyzed through the international congresses and conferences. This analysis refers to the process of bridging the gap to think about the processes of appropriation and circulation of ideas within international and local networks. It employs the concepts of the cultural history (CERTEAU, 2014; CHARTIER, 1991; GINZBURG, 1989) in order to realize its analysis and theorize its sources. The main sources are the materials elaborated in the Conference and the reports of the Children's Bureau. This research also dialogues with the history of childhood and child studies, understanding the plurality of childhood representations and experiences.

Key words: History of Childhood, White House Conference, Child Protection, Children's Bureau.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – PROPAGANDA DA PREMIADA MANTEIGA PURA D’ISIGNY.	20
FIGURA 2 – INTERIOR DO PALÁCIO DE CRISTAL DA PRIMEIRA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL.....	21
FIGURA 3 – CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL NA FILADÉLFIA EM 1876.	22
FIGURA 4 – “A CRUZADA PELA CRIANÇA” DO JORNAL A NOITE DE AGOSTO DE 1922.	26
FIGURA 5 – CAPA DA EDIÇÃO DE DEZEMBRO DE 1907 DA REVISTA “THE DELINEATOR”.....	41
FIGURA 6 – CAPA DA EDIÇÃO DE JANEIRO DE 1908 DA REVISTA “THE DELINEATOR”.....	42
FIGURA 7 – PARTICIPANTES DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA CASA BRANCA SOBRE A CRIANÇA.	45
FIGURA 8 – FLORENCE KELLEY (A DIREITA) E LILLIAN D. WALD (A ESQUERDA), IDEALIZADORAS DO <i>CHILDREN’S BUREAU</i>	47
FIGURA 9 – JULIA LATHROP, PRIMEIRA CHEFE DO <i>CHILDREN’S BUREAU</i>	48
FIGURA 10 – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO CHILDREN’S YEAR.....	50
FIGURA 11 – CARTAZ DA CONFERÊNCIA SOBRE SAÚDE E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS (1930).	62
FIGURA 12 – ORGANOGRAMA DA ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE 1930..	63
FIGURA 13 – GRAVURA EX-LIBRIS PRESENTE EM DOIS RELATÓRIOS DA CONFERÊNCIA DE 1930.	80
FIGURA 14 – CARIMBO DO INSTITUTO INTERAMERICANO DEL NIÑO	86
FIGURA 15 – “DIÁRIO DE NOTÍCIAS”: O ESTATUTO DA CRIANÇA.	87

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 – CONGRESSOS SOBRE INFÂNCIA NA EUROPA, AMÉRICA LATINA E ESTADOS UNIDOS.	24
QUADRO 2 – CONGRESSOS PENITENCIÁRIOS INTERNACIONAIS DE 1872 A 1910.....	28
QUADRO 3 – CONGRESSOS CIENTÍFICOS E DE MEDICINA PAN- AMERICANOS E LATINO-AMERICANOS.	32
TABELA 1 – QUANTITATIVO DE COMITÊS E SUBCOMITÊS POR SEÇÃO DA CONFERÊNCIA DA CASA BRANCA DE 1930	64
TABELA 2 – QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES NAS SEÇÕES E ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA.....	65
QUADRO 4 – O ESTADO DE BEM-ESTAR LIBERAL NOS DISCURSOS DA CONFERÊNCIA DE 1930.....	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 “GETTING THE WORD OUT”: a criança no centro de um debate internacional - congressos e exposições internacionais.	19
3 “INVESTIGATE AND REPORT”: o <i>Children’s Bureau</i> e as Conferências da Casa Branca.....	38
4 A CONFERÊNCIA DA CASA BRANCA DE 1930 SOBRE PROTEÇÃO E SAÚDE DA CRIANÇA	60
4.1 OS PRODUTOS DA CONFERÊNCIA DE 1930: <i>Children’s Charter</i> e <i>Happenings</i>	80
5 A MODO DE CONCLUSÃO	89
FONTES	92
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE	100
ANEXOS	106

1 INTRODUÇÃO

O olhar para a pedagogia, a escola e a criança traz diversos questionamentos referentes às condições e aos lugares que as crianças ocupam na sociedade e também em relação aos lugares que nós, como adultos, permitimos que elas ocupem. Indagada pelas crianças, suas vozes, infâncias e culturas, problematizo neste trabalho as representações que foram construídas sobre elas e a partir delas no início do século XX, as quais mobilizaram práticas diversas de proteção e educação das crianças.

Segundo Bloch (2001), o historiador irá construir uma narrativa na qual ocorre o encontro com o homem no tempo. Também o historiador, sujeito do seu tempo, se encontra rodeado de questionamentos próprios e específicos que somente se tornam possíveis a partir do seu contexto específico: “Os homens parecem-se mais com seu tempo do que com seus pais” (BLOCH, 2001, p.60). Com isso, em um movimento que vai de questionamentos do presente a um olhar sobre a história, me vejo como sujeito no tempo e me pergunto sobre o passado, a fim de buscar compreendê-lo e enxergar a criança na história. Deste modo, as perguntas que me coloco são possíveis devido à minha trajetória de formação e a um olhar contemporâneo para a infância e se constroem a partir da interface entre os estudos da infância e a história¹.

Assim, é a partir de uma preocupação com a forma como as crianças são compreendidas socialmente e na história que tenho **por objetivo analisar as representações de infância, família, e educação nos materiais produzidos e apresentados na *White House Conference on Child Health and Protection* – Conferência da Casa Branca sobre Proteção e Saúde da Criança –, realizada em Washington em 1930**; a partir dos Boletins de Acontecimentos, os quais circularam entre 1931 e 1932, e relatórios decorrentes desta conferência. Tenho como objetivos específicos compreender o panorama internacional de proteção da infância por meio dos congressos internacionais, a partir de um levantamento de artigos, dissertações e teses produzidos no Brasil sobre conferências e congressos da criança

¹ Este trabalho de conclusão de curso é resultado de um percurso construído dentro da iniciação científica no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPIE). Dentro deste núcleo de pesquisa, foi realizado um ano de iniciação científica (2011) como bolsista e dois anos (2013 e 2014) como voluntária, estudando primeiramente a assistência à infância no final do séc. XIX e depois o tema dos congressos da infância e as conferências da casa branca de proteção à criança. Ambas as pesquisas sob orientação da professora Gizele de Souza. A infância, suas culturas e educação também marcaram o meu processo de formação na universidade.

no começo do século XX e da literatura estadunidense sobre as conferências da casa branca e sobre o *Children's Bureau*² – Departamento da Criança Estadunidense.

Os estudos da infância³ têm trazido a perspectiva de que as crianças são autônomas e produzem cultura, a qual abre novos espaços para as pesquisas sobre história da criança por meio de *novas* fontes e que também nos permite ampliar a reflexão sobre os lugares que elas ocuparam no decorrer da história, problematizando os discursos que os adultos construíram sobre e em relação à elas. Assim, vemos que no olhar para a história e seu conjunto de fontes, a história da infância trabalha com dois tipos de materiais: aqueles produzidos pelos adultos sobre as crianças, muitas vezes indiretamente, e aquelas *raras* fontes produzidas pelas próprias crianças.

Esta pesquisa parte de documentos produzidos por adultos, os quais nos permitem elaborar hipóteses das representações sobre as crianças e infância no início do século XX, sobre as práticas que as produziram e também olhar para o modo como diferentes grupos se apropriaram destas ideias em circulação. A partir deste tipo de vestígios, se torna possível o processo historiográfico, por meio do questionamento das fontes e problematizando-as em suas relações com outros documentos e questões referentes à educação infantil, à escola, seus espaços, sujeitos e pedagogias.

A historiadora estadunidense Paula Fass (2008) situa a história da infância em uma posição de centralidade dentro da história e também na perspectiva de ampliação das pesquisas da história da infância a partir dos estudos da infância contemporâneos. Ela acredita que da mesma forma como a história cultural e social sacudiram os estudos históricos durante as duas últimas gerações, a história da infância tem o potencial de redesenhá-los na próxima devido ao seu “(...) enorme potencial de falar a uma ampla audiência, tanto dentro da profissão histórica quanto fora dela.”⁴ (FASS, p.13, 2008, tradução minha). Afinal,

adultos continuam discutindo sobre o papel adequado do governo na vida das crianças (...) e sobre os parâmetros de infância emoldurados pelas políticas públicas e pela cultura popular. Os ideais modernos de que nenhuma criança deve passar

² O *Children's Bureau* foi fundado em 1912, através de lei aprovada pelo presidente William Taft, com o principal objetivo de investigar as condições das crianças nos Estados Unidos e de informar aos governos federais e estaduais. No segundo capítulo, discorro sobre o processo de criação deste departamento e o situo dentro do contexto do início do séc. XX nos Estados Unidos.

³ Campo de investigação sobre a infância e suas infâncias que vêm se constituindo desde os anos 90 e que reúne reflexões sobre a criança a partir da perspectiva da história, sociologia, filosofia e antropologia. Uma referência que pode ser mencionada é o livro organizado por Maria Cristina Soares Gouveia e Manoel Sarmento “Estudos da Infância: educação e práticas sociais” (2008), o qual reúne textos de diversos autores e diferentes campos investigativos que desenvolvem estudos sobre a infância.

⁴ Devido ao tema de pesquisa, este trabalho conterà muitas citações do inglês. Optei por colocar a tradução livre no corpo do texto e o original como nota de rodapé. Todas as citações em inglês seguem este mesmo modelo no decorrer do trabalho. No original: “Children’s history has enormous potential to speak to a very wide audience, both within the historical profession and outside of it.” (FASS, 2008, p.13).

fome, sofrer abuso e negligência, ou ser negada acesso à educação são objetivos que continuam desafiando aos mais ricos países do mundo.⁵ (LINDENMEYER, 2005, p.7, tradução minha).

É no sentido de ampliar este olhar para a criança e as contradições que as envolvem no presente e no passado, que a história da infância permite compreender este período como uma construção social que adquire diferentes significados e que proporciona experiências de infância distintas às crianças segundo o tempo e o lugar. Visto que a infância,

Longe de ser meramente constituída por factores biológicos (...) deve a sua natureza sociológica, isto é, o constituir-se como um grupo com um estatuto social diferenciado e não como uma agregação de seres singulares, à construção histórica de um conjunto de prescrições e de interdições, de formas de entendimento e modos de actuação, que se inscrevem na definição do que é admissível e do que é inadmissível fazer com as crianças ou que as crianças façam. (SARMENTO, 2005, p.367).

É também a partir de um olhar interdisciplinar para os estudos contemporâneos que a história da infância e da criança pode dar novos sentidos às suas pesquisas, ultrapassando limites geográficos e ampliando suas análises. Isto significa que se faz necessário transpor as fronteiras formais construídas entre países a fim de compreender a circulação de ideias, materiais e sujeitos que não obrigatoriamente respeitam os limites físicos assim estabelecidos por sujeitos e nações.

Milton Santos (2006, p.12) propõe que “(...) o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações.”, os quais são próprios do processo de globalização. A fim de superar a divisão e a fragmentação das pesquisas, esta concepção de espaço permite que sejam construídas categorias analíticas a fim de compreender a forma como ele se constitui e como o local se relaciona com o global. A infância pode ser então compreendida de uma maneira mais ampla, por meio de novos recortes geográficos e temporais: “e do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização.” (SANTOS, 2006, p.13). Paula Fass também afirma que:

Para os historiadores da criança e da juventude, *os limites de tempo e de espaço* que nós temos tomado convencionalmente nos estudos históricos não deveriam se tornar limites na nossa imaginação e conhecimento, mas sim pontos de embarque à medida que nos movemos para entender a infância mais comparativamente, mais holisticamente, e como um lugar para indagações mais profundas sobre o

⁵ “Adults continue to argue about the proper role of government in the lives of young (...) and the parameters of childhood framed by public policy and popular culture. The modern ideals that no child should be hungry, suffer from abuse and neglect, or be denied access to education are goals that continue to elude the richest country in the world.” (LINDENMEYER, 2005, p.7).

comportamento humano e a história da humanidade.⁶ (FASS, 2008, p.13, tradução minha, grifos meus).

Neste sentido, é que estabeleço um diálogo entre Estados Unidos e Brasil. Acredito que a partir do estudo da história da infância é possível contribuir, especificamente, com a área da história e também levantar questões relevantes para o estudo da infância ao compreendê-las em diferentes extensões geográficas, como parte de um processo de globalização, e tendo claro que “os significados atribuídos à infância e a experiência de infância têm mudado drasticamente através do tempo e irão, sem dúvidas, continuar a mudar”⁷ (MINTZ, 2012, p.23, tradução minha).

Aproprio-me da expressão figurativa de “*bridge the gap*”: construir pontes que cubram um intervalo, um vazio – título deste trabalho e fio condutor desta reflexão – a fim de estabelecer novas relações entre a história brasileira e a estadunidense. Esta expressão aparece em um material comemorativo dos 100 anos do *Children’s Bureau*, publicado em 2012, que traz um panorama das ações deste departamento desde a sua criação até a atualidade. Estas ações do Bureau eram então responsáveis pela construção de pontes entre o governo estadunidense e a sociedade. Da mesma forma, construindo pontes, coloco em relação contextos específicos para refletir e pensar a circulação de ideias (GINZBURG, 1989; CHARTIER, 1991) e a infância no circuito latino e pan-americano.

Assim, a partir da compreensão da infância como construção social, as representações de infância veiculadas nos discursos foram compreendidas a partir de suas particularidades geográficas, sociais e culturais e a partir de uma reflexão sobre a história da infância, pensando nas relações da sociedade com este período da vida (KUHLMANN JR.; FERNANDES, 2004, p.15). As representações de infância se construíram tanto dentro dos contextos nacionais quanto estiveram em discussão em congressos e exposições internacionais, as quais promoveram uma circulação de ideias sobre a criança e sua proteção, sua educação e os significados da maternidade.

Estes congressos produziram documentos que são tomados como fonte na realização desta pesquisa. A leitura destas fontes considerou os processos de criação destes documentos, o processo de arquivamento e o sentido que, como historiadora, posso atribuir a elas. A fonte

⁶ “For historians of children and youth the boundaries of place and time that we have conventionally taken in historical studies should become not limits on our imagination and knowledge, but points of embarkation as we move to understand childhood more comparatively, more holistically, and as a site for deeper inquiries into human behavior and the history of humankind (...).” (FASS, 2008, p.13).

⁷ “The meanings assigned to childhood and the actual experience of childhood have changed dramatically over time and will no doubt continue to change”. (MINTZ, 2012, p.23).

me fala na medida em que a questiono e compreendo as diversas camadas (*layers*) que a compõe (RAGAZZINI, 2001).

Tive acesso principalmente a três diferentes fontes primárias: os relatórios da Conferência da Casa Branca de 1930, os Boletins de Acontecimentos da Conferência da Casa Branca (*White House Conference Happenings*) e os relatórios do *Children's Bureau* à Secretaria do Trabalho de 1913 a 1932, além de outros documentos produzidos pelo Bureau. É a partir destas fontes que foi estabelecido o recorte cronológico deste estudo, abrangendo assim o período de criação do Bureau, 1912, até a realização da Conferência da Casa Branca de 1930.

Esta Conferência da Casa Branca publicou mais de dezessete relatórios, específicos de cada um dos grupos de pesquisa da Conferência, e dois materiais que reuniram os discursos da conferência e uma síntese das investigações finais e os resumos preliminares apresentados à Conferência. Utilizei, nesta pesquisa, estes dois materiais finais, categorizando-os e analisando-os a partir da leitura na íntegra destes dois documentos. Estes relatórios e os Boletins de Acontecimentos, os quais informavam sobre as ações decorrentes da Conferência de 1930, foram localizados no Instituto Interamericano del Niño em Montevideo.⁸ Aos relatórios do *Children's Bureau* tive acesso através da biblioteca digital do *National Center for Education in Maternal and Child Health* (Centro Nacional para a Educação em Saúde da Mãe e da Criança) da Universidade de Georgetown. Eles eram relatórios enviados anualmente e que informavam sobre as ações deste departamento.

O olhar para essas fontes se deu em uma tentativa de interpretar as sociedades considerando que não há “(...) prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991, p.177). As fontes analisadas são produzidas por sujeitos diferentes e também com propósitos e finalidades distintas em um movimento de produção-circulação-apropriação. Assim, elas traduzem representações de infâncias e sentidos diversos de proteção à infância que estavam sendo construídos nessas instituições nos Estados Unidos a partir da colaboração de grupos distintos: homens e mulheres, médicos, legisladores e assistentes sociais. Estas categorias implicam em diferentes

⁸ Ressalto que esses documentos da Conferência da Casa Branca de 1930 se encontram na *Hoover Institution*. Também destaco que inicialmente acessei os relatórios preliminares dos congressos através da página *archive.org*, a qual arquiva diversos documentos históricos digitalizados, e a seguir também em visita ao Instituto Interamericano del Niño y de la Niña (Montevideo – Uruguai); e tive acesso aos Boletins de Acontecimentos através da Andréa Cordeiro, doutora pelo programa de pós-graduação da UFPR, professora da mesma universidade e colega de grupo de pesquisa, que cedeu estes materiais para mim e que abriu portas para o começo desta investigação. Posteriormente, também tive acesso a eles no Instituto Interamericano.

táticas e estratégias, estando continuamente em confronto e se apropriando das representações de maneiras distintas:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, P.17).

A partir desta compreensão, o discurso dos Estados Unidos é pensado neste estudo tanto na perspectiva do aumento de sua influência no início do século XX (KUHLMANN, 2001; NUNES, 2008) quanto compreendendo que esses discursos em circulação irão atravessar uma pluralidade de clivagens (GINZBURG, 1989) através das quais os bens simbólicos irão produzir usos e significações diferenciadas (CHARTIER, 1991) em um processo dinâmico no circuito pan-americano. Michel de Certeau (2014) também contribui para esta reflexão por meio dos conceitos de tática e de estratégia, compreendendo que as estratégias postulam “(...) um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.” (CERTEAU, 2014, p.45). São estratégias de imposição e táticas de apropriação de modelos culturais.

A ação dos Estados Unidos em prol da infância no início do século XX⁹ em seus múltiplos discursos é aqui compreendida dentro de um contexto mais amplo de construção de políticas de Estado voltadas ao bem-estar da população e de uma preocupação específica pelo bem-estar da criança, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil e em um contexto internacional. Assim, verifica-se a realização de vários congressos internacionais sobre proteção da criança, saúde e delinquência juvenil. Segundo Ginzburg (2007) o contexto é um “(...) lugar de possibilidades historicamente determinadas”(2007, p.316), sendo necessário entender as circunstâncias que envolviam e se relacionavam com a Conferência da Casa Branca de 1930,

Os estudos de Almeida (2006), Birn (2006, 2007), Camara (2006), Guy (1998a, 1998b), Kuhlmann (2001, 2002), Moncorvo (1926), Nunes (2008a, 2008b), Sartor (2000), Souza;Cordeiro (2015) e Wadsworth;Marko (2001), trazem elementos para compreender o

⁹ A fim de compreender melhor o contexto estadunidense do início do século XX, as ações do *Children's Bureau*, a organização da Conferência da Casa Branca de 1930 e as conferências internacionais em prol da infância, realizei um levantamento de artigos, dissertações e teses nas bases do Scielo, Portal da capes, ERIC, Muse, Jstor e Google Acadêmico. Este levantamento foi realizado a partir dos descritores: infância, congressos, White House Conference on Child Health and Protection, *Children's Bureau* e Pan-Americanismo. As bases nacionais de pesquisa tiveram poucos resultados referentes ao contexto estadunidense e pan-americanismo, a estas pesquisas tive acesso principalmente através do Muse e do Jstor. Também tive acesso parcial a alguns livros através do Google Books.

debate internacional centralizado na infância, algumas especificidades, e também permitem visualizar um panorama de congressos científicos e médicos ocorridos no final do século XIX e início do XX nas Américas e na Europa: exposições internacionais, congressos dedicados à infância, científicos latino-americanos, internacionais de higiene e demografia e as *pan-american conference of eugenics and homiculture*¹⁰. Além disto, Méndez (1998) e Moraes (1916) trazem um panorama de congressos sobre criminologia e penitenciários ocorridos desde fins do século XIX, como os congressos internacionais penitenciários, os de Antropologia Criminal, internacionais de menores, latino-americanos de criminologia e pan-americanos de criminalistas.

As obras de Kriste Lindenmeyer (2001, 2005) trazem um panorama das ações do *Children's Bureau* e do governo dos Estados Unidos na década de 1930 e ajudam a compreender as infâncias estadunidenses do período. Burger (2012), Marshall (2008) e Lindenmeyer e Sandin (2008) trazem informações sobre as políticas do governo dos Estados Unidos, as ações do *Children's Bureau* e as ações de Herbert Hoover. Estes estudos também ajudam a compreender as concepções de democracia e de liberdade dos indivíduos, conceitos que se revelam importantes na forma como os Estados Unidos configuraram as políticas de bem-estar social¹¹.

As ações das feministas maternalistas também estão relacionadas ao desenvolvimento destas políticas e elas são autoras de algumas fontes analisadas e também sujeitos deste processo. Guy (1998b) as define como aquelas “interessadas em promover assuntos sobre mãe-crianças como parte de seus esforços por expandir os direitos das mulheres”¹² (1998b, p.449). Os trabalhos de Guy (1998a, 1998b) citados acima, Rosen (1998), Marino (2014) e Berger (2015) ajudam a aprofundar este tema. Koven e Michel (1990) também trazem contribuições importantes para se pensar no maternalismo e sua relação com as políticas de bem-estar social ao observarem o modo com essas mulheres compreendiam a maternidade como um talento especial que justificava seus esforços pela expansão de seus direitos e de suas crianças.

A partir da perspectiva metodológica exposta acima e da tentativa de compreensão de alguns dos discursos que circulavam no *Children's Bureau* e nas Conferências da Casa Branca, se explicitam a seguir reflexões sobre o contexto de debate internacional sobre o lugar

¹⁰ Conferências Pan-Americanas sobre eugenismo e a melhoria física e científica da humanidade.

¹¹ O trabalho de Krainz (2012) traz algumas referências importantes sobre as políticas de bem-estar social estadunidenses apesar de sua área de investigação não ser a história da infância. Os outros estudos indicados acima também abordam o tema das políticas de bem-estar social.

¹² “interested in promoting mother-child issues as part of their efforts to expand the rights of women” (GUY, 1998b, p.449).

da infância na modernidade através dos congressos e conferências de proteção à infância no primeiro capítulo; organização e fundação do *Children's Bureau* e das Conferências no segundo capítulo; e um estudo mais detalhado das representações de infância presentes na Conferência da Casa Branca de 1930 no último capítulo.

2 “GETTING THE WORD OUT”: A CRIANÇA NO CENTRO DE UM DEBATE INTERNACIONAL - CONGRESSOS E EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS.

Um material comemorativo dos 100 anos do *Children's Bureau*, o Departamento da Criança nos Estados Unidos, publicado em 2012, traz um panorama das ações deste departamento desde a sua criação até a atualidade. Informa sobre sua criação, história e sujeitos que nele trabalharam. Em uma das seções deste material são apresentadas as ações realizadas pelo *Children's Bureau* a fim de divulgar as pesquisas realizadas por este departamento. A chamada “*getting the word out*” é utilizada para mostrar que foi por meio de campanhas, da publicação de folhetos informativos populares, de pesquisas científicas e das Conferências da Casa Branca que o *Children's Bureau* pôde divulgar suas ideias e construir pontes entre ciência, prática e famílias (CHILDREN'S BUREAU, 2012a, p.29).

Esta expressão, se traduzida literalmente, significa “levar a palavra para fora” e denota a ideia de libertar e soltar as palavras. Ela assume neste capítulo o papel de conduzir uma reflexão sobre o lugar que as crianças ocuparam na modernidade dentro de um panorama de análise que tenta compreender e estabelecer relações entre diversos congressos e exposições internacionais, em uma tentativa de entender o lugar que as Conferências da Casa Branca e seus produtos se instituíram.

Estas conferências, nacionais e internacionais, tanto tomavam a criança como tema central de suas discussões quanto a relacionavam a outros estudos sobre criminalidade, legislação, educação, saúde e ciências sociais. Exerciam a função de divulgar pesquisas, legitimando lugares e saberes: “*getting the word out into the world*”, difundiam ideais e materiais por meio da circulação de objetos e de sujeitos. No jogo de palavras “*word* e *world*”, estes encontros promoviam a circulação das palavras pelo mundo: eram lugares de legitimação e de propagação dos discursos elaborados pelas nações e grupos que construía ideias e representações ao mesmo tempo que os reelaboravam e produziam novos significados diante da troca e do confronto, na luta de representações.

Neste sentido, os congressos eram lugares de legitimação, circulação e também de produção de ideias e objetos. A compreensão deste contexto é fundamental para entender o papel que as conferências da Casa Branca, em suas relações com o *Children's Bureau*, exerceram nos Estados Unidos e na construção de representações sobre infância, educação e maternidade. Assim, neste capítulo destacam-se estes três aspectos dos congressos, observando a forma como a categoria *infância* se constitui através deles.

As exposições universais marcaram o final do século XIX e início do século XX como feiras nas quais as nações se reuniam e expunham os seus avanços científicos e tecnológicos. Elas foram marcadas pela construção de grandes pavilhões e pela movimentação de diferentes campos de pesquisa, junto a elas frequentemente eram realizados outros congressos sobre educação, higiene, engenharias, medicina. Estas conferências tinham uma duração menor do que as exposições, as quais eram abertas ao público e chegavam a durar seis meses, permitindo que o público que as frequentava entrasse em contato com as exposições de cada país, seus produtos e atributos.

Elas foram “vitrines do progresso” (KUHLMANN, 2001, P.25) por meio das quais os produtos da sociedade foram ordenados e a mentalidade técnica se desenvolveu, expondo tudo o que a indústria produziu. Eram concedidos prêmios aos produtos de maior destaque e qualidade: a manteiga Pura d’Isigny, por exemplo, aparece em diversos números do Jornal do Brasil no ano de 1900 (Figura 1). O selo da Exposição Universal lhe concede prestígio e reconhecimento dentro de um panorama internacional e do mercado nacional.



Figura 1 – Propaganda da premiada Manteiga Pura d’Isigny.

Fonte: Jornal do Brasil de 2 de maio de 1901. Hemeroteca Digital Brasileira.

A primeira exposição ocorreu em 1851 em Londres, organizada pela Comissão Real e contando com seis milhões de visitantes. Ela durou quase seis meses, do começo de maio a

meados de outubro de 1851 e envolveu a construção de um Palácio de Cristal¹³, no qual ela ocorreu (Figura 2). Do mesmo modo, a França¹⁴ se dedica à construção do *Trocadero* para sediar a seção de artes, o centro de congressos e o hall de concertos na Exposição de 1868. Este projeto marca até hoje a cidade de Paris, tornando-se um ícone da cidade.



Figura 2 – Interior do palácio de cristal da primeira exposição universal.

Fonte: Site oficial do Bureau Internacional das Exposições: <http://www.bie-paris.org/site/en/expos/past-expos/expo-timeline/1851-london>.

Estes grandes projetos arquitetônicos legitimavam as ciências e técnicas apresentadas nas Exposições ao mesmo tempo em que marcavam o lugar ocupado por estas nações, demonstrando aos visitantes e representantes de outros países o lugar de sua nação na modernidade e no progresso e deixando marcas nas cidades que as sediavam. Ou seja, “cada país, ao sediar uma Exposição, mostrava aquilo que seria a prova de seu lugar no ‘concerto das nações’ civilizadas.” (KUHLMANN, 2001, p.25), representando a sua participação neste mundo moderno, científico e industrializado. Afinal, “ser moderno, progressista, tecnificado, quem não desejaria? Qual nação não aspiraria trilhar estes caminhos?” (PESAVENTO, 1997, p.16)

Os outros países também legitimavam seus saberes e progresso nas Exposições a partir do envio de materiais e na organização de seus pavilhões. A partir da Exposição de 1867, realizada em Paris, cada país tinha um pavilhão próprio para mostrar sua cultura, história e inovações. Kuhlmann (2001) destaca que o Estado brasileiro sempre subsidiava e até enviava representantes oficiais para as comissões organizadoras. As exposições nacionais ocorriam

¹³ Este palácio continha grandes dimensões: 563 metros de comprimento, 124 metros de largura, 71.800 metros quadrados de extensão, 19, 5 metros de altura em uma das naves e 41 metros na outra. Após a exposição este palácio foi transferido para o parque de Sydenham, onde abrigava outras exposições. Hoje, este edifício não mais existe, pois sofreu um incêndio em 1936.

¹⁴ O Ministério de Agricultura e Comércio do Estado francês assume a organização desta exposição universal.

sempre de modo preparatório por meio da exposição e seleção dos produtos que seriam enviados às exposições internacionais. O investimento na exportação cafeeira está presente na Exposição de 1876 (Figura 3). Kuhlmann (2001) também indica a criação deste quiosque do Café na Exposição da Antuérpia de 1885.



Figura 3 – Contribuição Brasileira na Exposição Universal na Filadélfia em 1876.

Fonte: Site oficial do Bureau International das Exposições: <http://www.bie-paris.org/site/en/expos/past-expos/expo-timeline/1876-philadelphia>

De 1851 a 1922 ocorreram 17 Exposições Universais, sendo duas delas na América do Sul (1882 – Buenos Aires e 1922 – Rio de Janeiro) e três nos Estados Unidos (1876 – Filadélfia, 1893 – Chicago e 1904 – Luisiana), as quais contribuíram na promoção de uma extensa circulação do conhecimento científico¹⁵. Circularam livros e materiais além de se constituírem redes de pesquisa: se demarcava um caminho a ser percorrido para alcançar o progresso.

Outros congressos e exposições locais não vinculados às Exposições Universais também promoviam esta circulação de ideias e a constituição de redes. O local se vincula ao internacional através destes eventos: a busca do progresso e da civilidade também se estende às formas como a infância e a educação foram sendo concebidas. A ideia de espaço de Milton Santos (2006) permite pensarmos neste conjunto indissociável de objetos e de ações, próprios do processo de globalização, por meio do qual as crianças representam o futuro da nação em um contexto moderno no qual a ciência ocupa um lugar central na produção dos discursos. A

¹⁵ As exposições ocorreram nos seguintes lugares e anos: 1851 – Londres; 1855 – Paris; 1862 – Londres; 1867 – Paris; 1873 – Viena; 1876 – Filadélfia; 1878 – Paris; 1882 – Buenos Aires; 1885 – Antuérpia; 1889 – Paris; 1893 – Chicago; 1900 – Paris; 1904 – Luisiana; 1906 – Milão; 1910 – Bruxelas; 1915 – São Francisco; 1922 – Rio de Janeiro.

ciência é tomada dentro deste contexto como uma categoria analítica e explicativa desta forma de organização e significação do espaço, é uma linguagem comum que permite que as nações se comuniquem e que promove a circulação de ideias.

A educação também assumiu um espaço central nestes eventos, desempenhando um papel relevante na categorização dos materiais que figuravam nas Exposições internacionais. Kuhlmann (2001) indica que na Exposição de Paris de 1878, por exemplo, as escolas primárias parisienses ocupavam o ponto central da exibição. A educação desempenhava cada vez mais uma função importante no processo de civilização das nações e na busca pelo progresso. Torna-se necessário formar e instruir os indivíduos para que eles possam se tornar bons cidadãos.

Neste mesmo período, ocorreram diversos outros congressos e conferências que tinham a educação como tema central de suas discussões e motivo pelo qual eles foram organizados. Nestes eventos, observa-se tanto a influência médico-higienista quanto a jurídica: a criança está na pauta das discussões educacionais, da medicina e do direito. Ela é colocada nestas três áreas ora apontando as contribuições necessárias de cada campo e definindo-a isoladamente a partir de cada um deles, ora estabelecendo relações entre as diferentes áreas de pesquisa. O *Children's Bureau*, por exemplo, assume a noção da “*whole child*” – a criança inteira – com o objetivo de relacionar todos os estudos que concernem à infância para promover a proteção e o bem-estar das crianças¹⁶.

Wadsworth e Marko (2001) apontam através da análise da Exposição Universal de 1922 e do 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que as crianças assumem uma “(...) importância política central na modernização das sociedades, que no contexto de construção nacional, tentavam re-imaginar a si mesmos ao re-imaginar a infância.”¹⁷ (WADSWORTH & MARKO, 2001, P.89, tradução minha). Ou seja, a re-construção da sociedade a partir de um imaginário moderno que implica na primazia da ciência e da razão passa por re-imaginar a infância, suas definições e os lugares que ela ocupa dentro da constituição das sociedades.

Neste sentido, verifica-se a realização de diversos congressos de ordem jurídica, educacional e da medicina que continuamente propunham lugares e interpretações de infância. Alguns congressos se dedicavam objetivamente à infância, enquanto outros a

¹⁶ Este tema será mais amplamente discutido no segundo capítulo, quando analiso o *Children's Bureau* e a organização das Conferências da Casa Branca de Proteção à Infância.

¹⁷ “(...) the central political importance of children to modernizing societies, who in the context of nation building, attempted to re-imagine themselves by re-imagining childhood.” (WADSWORTH, MARKO, 2001, p.89).

incluíam em discussões diversas: assistência, criminalidade, trabalho, higiene. O início do século XX é marcado por uma profusão destes eventos.

Quadro 1 – Congressos sobre infância na Europa, América Latina e Estados Unidos.

	EUROPA	AMÉRICA LATINA	ESTADOS UNIDOS
1894	Congresso dedicado à infância na Antuérpia.		
1895	Congresso dedicado à infância em Bruxelas.		
1905	Congresso dedicado à infância em Liège. 1º Congresso Internacional de Gotas de Leite em Paris.		
1907	2º Congresso Internacional de Gotas de Leite em Bruxelas.		
1909			White House Conference on Dependent Children
1911	3º Congresso Internacional de Gotas de Leite em Berlim		
1913	1º Congresso Internacional de Proteção à Infância na Bélgica.	1º Congresso Nacional de Proteção à Infância em Tucumán - Argentina ¹⁸	
1916		1º Congresso Americano da Criança em Buenos Aires.	
1919		2º Congresso Americano da Criança em Montevideú.	White House Conference on Child Welfare Standards
1921	2º Congresso Internacional de Proteção à Infância na Bélgica.		
1922	3º Congresso Internacional de Proteção à Infância na Bélgica.	3º Congresso Americano da Criança no Rio de Janeiro.	
1924		4º Congresso Pan Americano da Criança em Santiago ¹⁹	
1927		5º Congresso Pan Americano da Criança em Havana	
1930		6º Congresso Pan Americano da Criança em Lima	White House Conference on Child Health and Protection
1935		7º Congresso Pan Americano da Criança na cidade do México	
1940			White House Conference on Children in a Democracy
1942		8º Congresso Pan Americano da Criança em Washington	
1948		9º Congresso Pan Americano da Criança em Caracas	
1950			Midcentury White House conference on Children and Youth

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos trabalhos de Birn (2006, 2007), Camara (2006, 2010), *Children's Bureau* (1967), Cordeiro (2015), Kuhlmann (2001), Nunes (2008a, 2008b), Guy (1998a, 1998b) e Sartor (2000).

¹⁸ Este congresso argentino foi um evento que marcou o começo da primeira fase do movimento Pan-americano de proteção à criança, ele foi organizado por Julieta Lantieri e outras feministas argentinas (GUY, 1998b).

¹⁹ A partir do 4º Congresso Americano da Criança ele passa a ser denominado Congresso Pan-Americano da Criança.

O quadro acima (Quadro 1) apresenta em ordem cronológica alguns destes congressos internacionais, organizados em colunas segundo o lugar em que se realizaram. Na primeira coluna estão os congressos internacionais ocorridos na Europa, na segunda os que foram realizados na América Latina e na terceira as Conferências da Casa Branca – todas celebradas em Washington – e de caráter nacional. Inicialmente realizados na Europa e na América do Norte, os congressos dedicados à infância discutiam principalmente a questão do ensino, da proteção e da assistência à infância pobre e foi a partir destas ideias em circulação que os intelectuais brasileiros arquitetaram projetos para a infância brasileira, se apropriando de ideias provenientes da Europa e dos Estados Unidos (CAMARA, 2006, P.761).

O movimento de defesa da criança no mundo moderno parte de um fenômeno mundial que tem suas origens:

(...) nos movimentos de reformas legislativas durante o processo de industrialização das nações Europeias e dos Estados Unidos no século XIX. O objetivo deles era o de proteger as crianças contra práticas exploratórias do trabalho; providenciar uma alternativa aos orfanatos através da adoção legal pelas famílias; e encontrar um modo de reabilitar, mais do que punir, as crianças que infringiam a lei.²⁰ (GUY, 1998a, p.275)²¹

Na historiografia brasileira, Kuhlmann (2002), Camara (2006), Sartor (2000) e a tese de Schmidt (1997) tomam como objeto o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância de 1922, o qual foi realizado em conjunto com o 3º Congresso Americano da Criança no Rio de Janeiro (vide Quadro 1). Camara (2006) destaca que os Congressos Brasileiros de Proteção à Infância, desenvolvidos por Moncorvo Filho e outros intelectuais – advogados, jornalistas, engenheiros, médicos, educadores – estavam associados a estas iniciativas no cenário internacional e:

(...) antenados com as ideias circulantes nos diversos Congressos em que tomaram parte e, conhecedores das iniciativas produzidas em países da Europa e nos Estados Unidos da América, os intelectuais impulsionaram esforços no sentido de organizar um amplo diagnóstico do país (...). (CAMARA, 2006, p.761).

Vemos, com isso, que Moncorvo (1926) no “*Historico da protecção a infancia no Brasil*” apresenta os Estados Unidos como modelo de país que sempre teve especial preocupação pela educação do seu povo, motivo pelo qual alcançou *formidável progresso*; Inglaterra, França, Alemanha, Japão e Suíça também são postos por ele como modelos para a

²⁰ “The international child rights movement has its origins in legal reform movements in the industrializing nations of nineteenth-century Europe and the United States. Their aim was to protect children against exploitative labor practices; provide an alternative to orphanages through legal family adoption; and find a way to rehabilitate, rather than punish, children who broke the law.” (GUY, 1998a, p.275).

²¹ Destaco que a questão da adoção é um objetivo do movimento de defesa da criança nos Estados Unidos e que esta luta não foi uma motivação latino-americana neste período.

educação popular. O americanismo está presente no confronto: demarcando o lugar brasileiro como nação que deve seguir outros modelos – agora o do Novo Mundo – a fim de alcançar o progresso.

Os jornais brasileiros do começo do século XX também trazem alguns indicativos que nos permitem observar a mitificação deste lugar dos Estados Unidos dentro de um ideal de modernidade e de progresso. Em notícia publicada no jornal “A Noite”, em 5 de agosto de 1922, sob o título “A cruzada pela criança” (Figura 4), são apresentadas algumas das ideias de Moncorvo na obra “A sorte da criança no Brasil primitivo” e a opinião de membros da Sociedade Científica Protetora da Infância²² sobre este livro. Moncorvo expõe as ações em prol da proteção da infância realizadas na França e nos Estados Unidos como modelos a serem seguidos para que o Brasil pudesse se tornar o modelo de progresso:

(...) no Brasil três magnos problemas poderiam constituir um programa grandioso de governo: a proteção à infância, o combate ao analfabetismo e a saúde pública. A administração que abraçasse essa tríade, transformaria o Brasil na maior nação do mundo e seria merecedora da gratidão da posteridade. (A NOITE, 5/08/1922, p.7).



Figura 4 – “A cruzada pela criança” do jornal A Noite de agosto de 1922.
Fonte: A Noite, 5 de agosto de 1922

Contrapondo à lógica centro-periferia, Uruguai e Argentina também são apresentados por Moncorvo como países que ocupam, nesta ordem, os primeiros lugares na América Latina por terem sido profícuos *em favor da cultura de sua população*. (MONCORVO, 1926, p.123). Os “patamares” alcançados nas nações civilizadas em relação à mortalidade infantil ou a

²² Esta Sociedade foi fundada pelos profissionais do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) em 28 de junho de 1902 e “(...) agregava os membros da equipe técnica atuante no Dispensário e na Creche.”(FREYRE; LEONI, 1911, p.207).

criminalidade juvenil também são mencionados em seus discursos e na obra de Evaristo de Moraes (1916).

O primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância teve divulgação internacional devido a sua realização conjunta ao 3º Congresso Americano da Criança. A educação aparece como principal meio catalizador dessas discussões em torno da necessidade de educar a criança (KUHLMANN, 2002), estando o seu bem-estar diretamente relacionado ao bem-estar e ao desenvolvimento da nação. Representa-se um projeto no qual a ilusão do progresso é realidade tangível: “a metáfora mostra-se fecunda, pois permite pensar na produção das representações, do imaginário social, das subjetividades, como um processo encarnado e não como um movimento de ideias abstratas em geração espontânea” (KUHLMANN, 2002, p.10).

Camara (2006) dialoga com esta colocação de Kuhlmann (2002) ao pensarmos na proposição de modelos para orientar o progresso e que também sirvam de exemplo para a organização da assistência, educação e proteção à infância dentro do contexto brasileiro.

Assim, interessa aquilatar que o processo de difusão dos dispositivos de modelização, disseminados no Congresso, só pode ser compreendido nas teias das condições históricas que possibilitaram a produção de determinadas interpretações e não de outras. Neste sentido, as apropriações ‘que fizeram do que leram, viram, ouviram e vivenciaram na sua itinerância por circuitos culturais estranhos à grande maioria das populações brasileiras, foi determinante na configuração de suas estratégias de imposição de modelos’ a serem implementados no interior do Estado e fora dele, estabelecendo a predominância de suas análises e avaliações a respeito do social. (CAMARA, 2006, p.768)²³

Parte deste cenário estava colocado pelos Congressos Internacionais sobre a Infância (Quadro 1), em circuitos internacionais, latino-americanos e nacionalmente, como lugares nos quais também se construíram estas redes e pelos quais os diferentes sujeitos circularam e nos quais se apropriaram de representações distintas. Neste sentido, os Congressos Americanos da Criança também assumem este papel na configuração de modelos americanos, tendo sido realizados nove congressos entre 1916 e 1948 (Quadro 1).

Na literatura, vemos que Cordeiro (2015), em sua tese, estuda os três primeiros Congressos Americanos da Criança, expondo algumas de suas relações na configuração de um campo de proteção à criança que envolvia o trabalho e organização de feministas e maternalistas (GUY, 1998b) argentinas. Birn (2007) também faz uma análise acerca do foco das discussões realizadas nos congressos pan-americanos da criança, dividindo-os em três perspectivas temáticas: os primeiros congressos discutiram principalmente questões

²³ Camara (2006) cita neste trecho uma parte da obra de Marta Carvalho, “Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, Cynthia P. e CATANI, Denise B. (org.). *Práticas educativas culturais escolares profissão docente*. São Paulo: Editora Escrituras, 1998, p.40.”

legislativas; os segundos examinaram as temáticas da família, trabalho e pobreza, principalmente a partir de uma perspectiva social; e os terceiros se preocuparam com o papel do estado na garantia do bem-estar e da proteção das crianças. Guy (1998a) também estuda estes congressos e destaca que eles foram um dos “(...) aspectos mais importantes e persistentes do pan-americanismo.”²⁴ (GUY, 1998a, p.273, tradução minha) .

A construção destas redes de intelectuais, homens e mulheres; médicos, juristas e educadores que participaram destes congressos e tiveram contato com produções de contextos nacionais e internacionais diversos também se deu por meio de outros congressos. Foram congressos da área do direito ou da medicina que proporcionaram a ampliação da discussão sobre a proteção e educação das crianças em um projeto mais amplo de construção da nação brasileira e de desenvolvimento em direção à construção de um modelo moderno de sociedade. Modelos produzidos e apropriados nas exposições e conferências internacionais, muitas vezes anteriores à organização de congressos específicos da infância.

Quadro 2 – Congressos Penitenciários Internacionais de 1872 a 1910

Congressos Penitenciários	
1872	Londres
1885	Roma
1890	São Petersburgo
1895	Paris
1910	Washington

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da obra de Moraes (1916) e Mendéz (1998).²⁵

Os Congressos Penitenciários Internacionais (Quadro 2), por exemplo, são objeto de reflexão de Evaristo de Moraes, em 1916, em sua obra intitulada “Criminalidade da infância e da adolescência”. Ele estabelece um panorama destes congressos e parte deles para examinar a questão da criminalidade no Brasil. Ao mesmo tempo em que estas conferências legitimavam discursos, elas produziam novas interpretações a partir do confronto de ideias, da *luta de representações*.

É importante pontuar que é nacionalmente que se define quem irá representar a posição da nação em circuitos latino, pan-americanos e mundiais. De modo que os congressos

²⁴ “So were the Pan American Child Congresses, one of the most important and enduring aspects of Pan Americanism” (GUY, 1998a, p.273)

²⁵ Moraes (2016) se apropria destes discursos e materiais em circulação a partir de seu lugar como jurista no Brasil no início do séc. XX²⁵. A obra de Mendéz (1998) também dá acesso a este panorama dos congressos penitenciários.

ocorridos nacionalmente também podem ser interpretados como estratégias de legitimação do conhecimento científico visto que os discursos e teses apresentados nestes encontros passam por processos de seleção antes de poderem representar a nação dentro de um panorama internacional. Para que um congresso ocorra, seleciona-se desde as teses que serão apresentadas a quais sujeitos – homens ou mulheres –, e de qual campo científico, estarão presentes e representando seus grupos ou a nação dentro dos eventos internacionais.

Dentro da área jurídica e do direito observa-se também a realização do I Congresso Internacional do Trabalho, celebrado em Washington em 1919 (KUHLMANN, 2001) e o Congresso Internacional de Antropologia Criminal em Amsterdam em 1901 (MORAES, 1916)²⁶. Ocorreram também outros congressos dentro da esfera americana e latino-americana, como o Congresso Jurídico Americano de 1900 (KUHLMANN, 2001) e o Congresso Pan-americano de Criminalistas em Santiago do Chile em 1944 (MENDÉZ, 1998).

Em 1911 ocorre o 1º Congresso Internacional de Menores em Paris, o “menor” já mencionado nos discursos e discussões dos Congressos Internacionais Penitenciários é categoria para se definir a infância, a qual:

(...) passou a ser concebida e descrita como **perigosa ou em perigo**, nos discursos que construíam e asseveravam determinadas representações acerca do seu papel social. As representações encontravam-se assentadas em estereótipos afirmativos de uma iniquidade inerente a criança pobre, e também de uma fraqueza, inocência e infortúnio que ela suscitava. A partir de uma visão ambivalente da infância, procurou-se constituir uma retórica protecionista e regeneradora, através da qual se justificaram as formas de intervenção sobre as relações privadas e públicas das camadas empobrecidas da sociedade.²⁷ (CAMARA, 2010, p.52, grifos meus)

Neste movimento de confronto de ideias e de desenvolvimento de novas concepções, em congressos próprios da infância, nacionais ou de outras áreas de pesquisa, observa-se que a criança era tomada como objeto de intervenção e de projetos para o futuro. Popkewitz pontua que:

La noción de civilizar a ese niño para domesticar el futuro fue una superposición de diferentes discursos. Las teorías del aprendizaje, los estudios sobre el desarrollo de la infancia y sobre las comunidades en los centros urbanos, fueron sistemas de razón que entrecruzaron numerosas instituciones (...). Las narrativas de la civilización y de la infancia entretejieron diferentes discursos sociales, culturales, económicos y políticos en un solo plano que normalizaba y dividía las características y sensibilidades de la infancia (...). (POPKEWITZ, 2002, p.47)

São representações de infância que se constroem em meio a contradições e ambiguidades. Enquanto os estudos sobre criminalidade apontavam o perigo da rua e as

²⁶ Moraes (1916) também indica a realização de outro Congresso Internacional de Antropologia Criminal em 1906 mas não traz indicações do lugar onde ele se realizou.

²⁷ É importante ressaltar que a tese de Camara (2010) não teve como tema os congressos de proteção a infância, mas sim a infância minorizada no Rio de Janeiro na década de 20.

inadequações das famílias pobres – o menor **perigoso** –, o trabalho é muitas vezes apresentado como o lugar de formação para essa infância pobre e a medicina a toma como sujeito **em perigo**, devido a considerar inadequadas as condições de vida das crianças pobres.

A medicina está fortemente presente nos congressos em interfaces diversas: higiene, pedagogia, educação, demografia. Assim, verifica-se a realização de Exposições Internacionais de Higiene: em 1895 em Paris, 1907 em Montevideu, 1909 no Rio de Janeiro e 1922 em Cuba e de uma Exposição de Higiene e Educação em Londres em 1884. Além de Congressos Internacionais de Medicina e Higiene (1910 – Buenos Aires) e de Higiene e Demografia (1912 – Washington)²⁸. Esta preocupação com a criança está relacionada ao:

(...) processo de forjar identidades modernas e sociedades diante dos desafios do empobrecimento, imigração e desordem social; os interesses do Estado reconhecem e começam a dirigir-se para os problemas da saúde das crianças, os quais há muito tinham sido relegados ao domínio privado.²⁹ (BIRN, 2007, p.697, tradução minha).

A medicina assume no início do século XX um lugar a partir do qual ela pode elaborar explicações válidas e legitimadas sobre a sociedade e justificar sua intervenção no âmbito da família, das escolas, da importância de hábitos e de construções modernas e higiênicas. A Exposição Internacional de Higiene celebrada em Cuba em 1922 foi realizada em uma construção do século XVII, o Convento de Santa Clara, a fim de mostrar aos congressistas uma construção insalubre em contraposição com as modernas casas, mais adequadas diante das novas atividades médico-sanitárias (ALMEIDA, 2006, p.745). Kuhlmann (2001) destaca que:

“Os higienistas discutiam os projetos para construção de escolas, a implantação dos serviços de inspeção médico-escolar, e apresentavam sugestões para todos os ramos do ensino, em especial com relação à educação primária e infantil. As propostas relativas às instituições educacionais passaram a priorizar cada vez mais as crianças. Esse processo de valorização da infância será um dos aspectos mais importantes do período, presente em toda a sociedade.” (KUHLMANN, 2001, p.110).

Neste contexto estão presentes tanto a interface entre direito e medicina quanto a importância da definição de identidades dos países latino-americanos em um momento de desvencilhar-se da égide europeia e de estabelecer novos intercâmbios com os Estados Unidos. A necessidade de definição de identidades modernas marca os congressos e conferências que ocorreram dentro do contexto pan-americano e latino-americano. Ao pensarmos na constituição de uma identidade americana vemos que:

²⁸ Este levantamento de exposições de higiene e congressos médicos foi realizado principalmente a partir dos trabalhos de Birn (2006) e Almeida (2006).

²⁹ “(...) process of forging modern identities and societies amidst the challenges of immiseration, immigration, and social disorder, state interests recognized and began to address the problems of child health, which had long been relegated to the private domain” (BIRN, 2007, p.697)

Os movimentos pela unificação da América e pela consolidação de uma comunidade americana estarão no bojo desse projeto difuso e marcado pelo paulatino afastamento dos países latino americanos da excessiva influência europeia em diferentes áreas, enquanto sincronicamente ampliam-se cada vez mais os esforços norte-americanos por uma liderança junto aos demais países das Américas. (CORDEIRO, 2015, p.41).

Os Congressos Interamericanos ou Conferências Internacionais Americanas, por exemplo, ocorreram desde o século XIX e tinham um caráter oficial e diplomático (Panamá – 1826, Lima- 1847/1848, Santiago – 1856, Washington – 1856, Lima- 1864/1865, Washington – 1889/1890). Já os congressos científicos latino-americanos ocorreram a partir de 1989 (Quadro 3) e congregaram sessões de engenharia, direito, matemáticas, ciências físicas e químicas, ciências naturais, antropológicas e etnológicas, ciências pedagógicas, agronomia e zootecnia, além, é claro, das ciências médicas e higiene (ALMEIDA, 2006).

O quadro abaixo (Quadro 3)³⁰ apresenta alguns congressos pan-americanos e latino-americanos da área da saúde e científicos, os quais promoveram este compartilhamento de ideias e contribuíram na redefinição dos lugares da criança: era necessário arquitetar o adulto do futuro em meio a discursos científicos da pedagogia, do direito e da medicina. Um primeiro destaque fundamental a partir deste quadro, como se observa no decorrer deste estudo, é o de que:

Tais redes Pan-Americanas e Latino-Americanas não eram restritas a saúde infantil; elas se formavam ao redor de tópicos que variavam da medicina a hospitais, residências, sociologia, comércio, criminalidade, história, literatura, judeus, café, rodovias, eletricidade e democracia (...) gerando organizações ativas tanto a nível nacional quanto regional³¹. (BIRN, 2007, p.691, tradução minha).

Ou seja, apesar de o quadro dar destaque a eventos da área da saúde, também se formavam redes por meio de outros assuntos: redes de trocas de ideias e de materiais que eram continuamente reelaborados ao mesmo tempo que legitimados nestes encontros. A saúde vinha trazer uma perspectiva de atenção à criança que a desloca do ambiente familiar para o centro de proteção da esfera pública. Não somente a família, mas também a nação é responsável pelo cuidado das crianças e a garantia de que elas passem pela infância com as melhores condições para se desenvolverem como bons futuros cidadãos.

³⁰ Este quadro foi construído a partir dos trabalhos de Almeida (2006), Kuhlmann (2001), Moraes (1916) e Nunes (2008b). O quadro indica os países em que se realizaram os congressos, os quais sempre aconteciam nas capitais. Este quadro também está organizado a partir de eventos da área da saúde devido ao fato de que tive acesso a mais artigos produzidos sobre esta temática através do viés da saúde.

³¹ “Such Panamerican and Latin American networks were not unique to child health; they formed around topics ranging from medicine and hospitals to housing, sociology, commerce, crime, history, literature, Jews, coffee, highways, electricity, and democracy (...), engendering active organizations at both the national and regional level.” (BIRN, 2007, p.691).

Quadro 3 – Congressos Científicos e de Medicina Pan-Americanos e Latino-Americanos.

	PAN-AMERICANOS		LATINO-AMERICANOS	
	Congresso Médico	Conferência Sanitária	Congresso Científico	Congresso Médico
1893	EUA			
1896	México			
1898			Argentina	
1901	Cuba		Uruguai	Chile
1902		EUA		
1904				Argentina
1905	Panamá	EUA	Brasil	
1907		México		Uruguai
1908	Guatemala			
1909		Costa Rica	Chile ³²	Brasil
1911		Chile		
1913	Peru ³³			Peru
1915			Washington	
1920		Uruguai		
1922				Cuba

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos trabalhos de Almeida (2006), Kuhlmann (2001), Moraes (1916) e Nunes (2008b).

O Quadro 3 também traz o destaque de quais congressos ocorreram na América do Norte e Central, em verde, e aqueles que ocorreram especificamente no Cone Sul (Argentina, Chile, Uruguai e Brasil), em azul. Almeida (2006) mostra que nos congressos **latino-americanos** de medicina houve maior participação dos países do Cone Sul enquanto nos congressos **pan-americanos** os participantes de países da América Central e do norte da América Latina tinham um papel mais decisivo. A distribuição dos congressos também deixa clara essa diferença, enquanto grande parte dos congressos latino-americanos ocorrem no

³² A partir do IV Congresso Científico Latino-Americano em Santiago do Chile ele se transforma em Congresso Científico Pan-Americano. Foi o primeiro deles em que houve a participação de dez delegados oficiais dos Estados Unidos. O V Congresso Científico (2º Pan-Americano) se realiza em 1915 em Washington com um atraso de três anos devido a negativa da Câmara dos Estados Unidos de direcionar fundos para sua realização (SAGASTI & PAVEZ, 1989).

³³ Os Congressos Médico Pan-Americano e Latino-Americano aconteceram conjuntamente em Lima em 1913.

Cone Sul, os congressos Pan-Americanos são celebrados no norte da América do Sul, América Central e do Norte.

Almeida (2006) também aponta que, do mesmo modo, as decisões dos congressos pan-americanos estavam mais afinadas com as resoluções tomadas nas Conferências Sanitárias Americanas, as quais viriam a se chamar de Organização Pan-Americana de Saúde. Neste sentido, cabe destacar que os Congressos Americanos (Pan-Americanos) da Criança (Quadro 1) se relacionam com esta classificação a partir do momento de uma entrada mais significativa dos Estados Unidos no congresso de 1927, ainda que não estejam claros os motivos pelos quais eles passam a ocorrer em outras localidades e sendo necessário verificar outras questões, como a Revolução Mexicana de 1920. Assim, os quatro primeiros congressos ocorrem no Cone Sul: Buenos Aires, Montevideú, Rio de Janeiro, Santiago e os congressos seguintes, após a maior participação dos Estados Unidos, no norte da América do Sul, Central e Estados Unidos: Havana, Lima, Cidade do México, Washington e Caracas.

Estas organizações dos congressos e as contínuas trocas que aconteciam entre esses sujeitos refletem a construção destas redes científicas e intelectuais que expõe vínculos diversos entre o local e o internacional. Os estudos de Birn (2006), apesar de principalmente centralizados na questão médica e de saúde, trazem uma preocupação com a análise destas relações entre o local e o engajamento internacional, destacando a importância de que estes processos não sejam pensados somente na perspectiva da difusão de ideias da metrópole para a periferia e sim de que sejam pensados os processos de apropriação e circulação de ideias também de países menos desenvolvidos para o contexto internacional, em busca de superação da lógica centro-periferia. A partir desta perspectiva ela analisa a forma como ideias uruguaias sobre saúde circularam nas Américas, Europa e também em congressos internacionais de saúde, tendo como grande expoente o médico uruguaio Luis Morquio (1867-1935, pioneiro da pediatria no Uruguai).

Almeida (2006) também traz contribuições para se pensar no desenvolvimento da ciência e da importância destes congressos a partir de uma perspectiva que visa desconstruir “(...) noções relativas ao atraso científico e à dependência tecnológica (...)” (2006, p.734), ela desenvolve esta reflexão também a partir da perspectiva da saúde, analisando os Congressos Médicos Latino-Americanos e as Exposições Internacionais de Higiene anexas a estes congressos, valorizando as conexões científicas próprias da América Latina.

Ambas as autoras se referem à compreensão de um processo de transmissão/ recepção/ transformação dos saberes³⁴, indicando que as trocas ocorridas dentro da América Latina e em suas relações com o mundo não podem ser entendidas como uni direcionadas, mas sim que ocorrem processos de apropriação que transformam e ressignificam os discursos e acontecimentos. A partir de referenciais da história, observamos que os processos de troca e circulação de ideias que se manifestaram nos congressos, permitiram a configuração de campos e um processo permanente de afirmação/produção de ideias científicas, circulação e apropriação pelos sujeitos.

Estas ideias, tanto médicas quanto do direito, eram compartilhadas nestas ocasiões: “(...) fruto de diversas matrizes teóricas, das experiências específicas e de contatos estabelecidos com outros países por canais de comunicação como revistas científicas, livros, outros congressos – e reinventadas naquelas ocasiões.” (ALMEIDA, 2006, p.735). O ideal de higienismo, por exemplo, será apropriado de maneira distinta em diferentes regiões. Birn (2006) relata como em alguns locais irá prevalecer um modelo francês e em outros uma perspectiva mais anglo-saxônica; segundo ela, as *Pan American Conferences of Eugenics and Homiculture*³⁵ expõe o confronto das perspectivas adotadas pelos médicos eugenistas Latino-Americanos e dos Estados Unidos. Nunes (2008b) destaca que:

Dentro desse interesse emergente dos latino-americanos pelas suas questões e problemas, em alguma medida, comuns ou assemelhados, e também pelo interesse dos Estados Unidos em fortalecer sua influência nessa região, com o seu pan-americanismo fundamentado na doutrina Monroe, a criação desses espaços institucionais, dava vazão a oportunidades concretas para se estabelecerem ou se auto-alimentarem relações, contatos, ideias, projetos, estudos, conhecimento, desencadeando um efetivo ambiente de compartilhamento e de aproximação regional (latino-americano) ou mesmo continental (americano). (NUNES, 2008b, p.2).

Warde (2000) destaca que o termo América Latina é usado no Brasil quando se quer situá-lo dentro do continente sul-americano, demarcando o seu lugar como parte de uma outra América que não seja a “América dos americanos”. Ela também aponta que a ideia de americanismo sofre modificações com o tempo, mas mantém sempre a ideia de confrontação Europa-América (2011). Assim, no Brasil – e na América Latina – o americanismo toma

³⁴ Almeida (2006, p.734) se fundamenta nos termos cunhados pelo sociólogo Fernando Ortiz, enquanto Birn (2006,2007) opta pelos termos recepção – negociação – interpretação – adaptação, sem indicar em qual autor se fundamenta para optar por esta terminologia. Almeida traz também outras referências da sociologia, como o conceito de *campo científico* de Bourdieu (ALMEIDA, 2006, P.735)

³⁵ Conferências Pan-Americanas sobre eugenismo e a melhoria física e científica da humanidade. A primeira Conferência ocorreu em 1927 em Havana e a segunda em 1934 em Buenos Aires. A primeira conferência ocorre alguns meses depois do Congresso Pan-Americano da Criança também ocorrida em Havana.

forma como referência a um Novo Mundo que possa instaurar a “terra prometida” na busca de um modelo vitorioso, bem-sucedido, moderno (WARDE, 2000). Birn (2007) indica que:

Na primeira metade do século XX a proliferação do Pan-Americanismo representou um papel importante na modelação de abordagens regionais para a saúde infantil em termos científicos, culturais, políticos e legais.³⁶ (BIRN, 2007, p.693).

Não só em termos de saúde infantil, os congressos pan-americanos da criança, já apresentados no começo do capítulo, também abordaram temáticas e discussões diferentes que demonstravam preocupações com a formação e desenvolvimento das crianças no campo do direito, da educação e da assistência social. Contudo, da mesma forma como há o ímpeto americanista posto pela Doutrina Monroe estadunidense, também podem ser observados alguns confrontos e divergências. Cordeiro (2015) na tentativa de compreender melhor a relação dos demais países latino-americanos com os Estados Unidos observou:

(...) a mesma oscilação entre a admiração pelo sucesso norte-americano, tomando-o como parâmetro e/ou relativizando-o como resultado do contexto político e econômico daquele país e a crítica, na maior parte das vezes discreta, às falhas de suas políticas de proteção à infância trabalhadora ou de relações internacionais. (CORDEIRO, 2015, p.52).

Estes espaços de disputas e de negociação de ideias a respeito da formação de identidades – americano, pan-americano, latino-americano– circularam e se produziram ao redor de congressos específicos sobre a infância e sua proteção: da criança depende a construção de países bem desenvolvidos e civilizados. A formação destas redes também esteve relacionada à fundação de departamentos da criança nacionais e de organizações internacionais.

A fundação do Instituto Internacional Americano de Assistência e Proteção à Infância (IIN), a partir de uma decisão do quarto Congresso Pan-Americano da Criança, em 1926, tinha como objetivo “(...) criar um circuito continental de cooperação, troca de experiências, e ações direcionadas à infância (...)” (NUNES, 2008, p.1) e procurou fomentar este circuito. Observamos então que até 1940 diversos países da América (Norte, Central e Sul) irão fundar departamentos da criança para atrair atenção para a proteção, saúde e bem-estar delas (BIRN, 2007, p.693). São eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Nicarágua, Paraguai, Venezuela e Estados Unidos.

Camara (2006) também afirma que o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro se espelhava em instituições similares estrangeiras, os *Children's Bureau*. E

³⁶ “In the first half of the 20th century the proliferation of Pan Americanism played an important part in framing regional approaches to child health in scientific, cultural, political, and legal terms” (BIRN, 2007, p.693)

Guy (1998a, p.285) reforça este argumento ao afirmar que diversos países latino-americanos seguiram o modelo do departamento da criança nos Estados Unidos.

Os Archivos de Assistencia à Infancia publicaram em 1925 um comunicado sobre o Departamento da Criança no Brasil em que se afirma que ele se organiza “(...) a feição do *Children’s Bureau* dos Estados Unidos.” (ARCHIVOS, 1925, p.52). Desta forma, observa-se que o Departamento da Criança no Brasil foi criado segundo este modelo dos Estados Unidos e que se assemelha a ele em relação a seus propósitos. Isto nos traz indicativos para pensar na circulação de ideias e em histórias conectadas (SUBRAHMANYAM, 2014) e nos indica que o Brasil está atento ao que está acontecendo em outros lugares e que se apropria de suas ideias.

As ideias estadunidenses de proteção à infância não circularam somente nos congressos internacionais e pan-americanos. Os relatórios de 1930³⁷ e 1931 do *Children’s Bureau* trazem indicações de envio de materiais para o Brasil. Em 1930 a Liga para a Prevenção da Mortalidade Infantil de Pernambuco requisitou o envio de materiais para uma exibição (ABBOTT, 1930, p.35) e em 1931 há registro de pedido de materiais gráficos e da ajuda do Bureau para planejar exposições (ABBOTT, 1931, p.64), mas não há nenhuma indicação de qual estado ou associação fez esta requisição. Também através de materiais da Argentina e do Uruguai outras ideias podem ter circulado no Brasil, visto que o relatório de 1921 indica que impressos destes países publicaram materiais do *Children’s Bureau* (LATHROP, 1921, p.30).

Diante destes indicativos é possível pensar na presença dos Estados Unidos e na apropriação de suas ideias no contexto brasileiro e pan-americano. Nunes (2008b) destaca que “(...) não se pode esquecer o interesse deste último [EUA] em influenciar mais consistentemente o continente americano em diferentes esferas, econômica, política, e cultural-científico”. (NUNES, 2008b, p.12). Além de pensar nos interesses pessoais de Katherine Lenroot – chefe do *Children’s Bureau* a partir de 1934 – que levaram a uma participação mais ativa dos Estados Unidos nos congressos Pan-Americanos da Criança a partir de 1930 (GUY, 1998b).

Olhar para a ação dos Estados Unidos nos permite aprofundar a compreensão destas conferências internacionais como lugares nos quais ocorreu uma ampla divulgação de modelos e representações sobre a infância. Estes congressos se constituíram como esferas nas quais confluíam diferentes interesses, econômicos, políticos, científicos, e que promoviam a

³⁷ Cada relatório se refere a um ano fiscal, desta forma o relatório de 1930 relata as ações do Bureau no ano de julho de 1929 a junho de 1930, e o de 1931 ao ano de julho de 1930 a junho de 1931.

circulação e apropriação de modelos distintos, sejam eles europeus, pan-americanos e latino-americanos. Estes discursos passavam por clivagens (GINZBURG, 1989) que produzem usos e significações diferenciadas (CHARTIER, 1991).

Em suma, essas amplas e diversificadas discussões sobre a infância circularam e foram apropriadas em uma grande profusão de congressos ocorridos no final do século XIX e início do século XX. De modo que a ideia de infância pode ser pensada como esta ponte que se constitui em meio aos processos de globalização (SANTOS, 2006) e que suas diversificadas representações, relacionadas ao processo de configuração de identidades e de modernidade, são fruto da emergência destas redes e circuitos.

A fim de compreender melhor o contexto específico dos Estados Unidos no início do século XX e as diferentes representação de infância que circulavam e eram produzidas dentro do *Children's Bureau*, o capítulo seguinte apresenta um pouco da organização governamental dos Estados Unidos em prol da infância e de seus conflitos e embates dentro da configuração de um ideal da infância americana.

3 “*INVESTIGATE AND REPORT*”: O *CHILDREN’S BUREAU* E AS CONFERÊNCIAS DA CASA BRANCA

Você, também, pode visitar os singelos pequenos escritórios do *Children’s Bureau*, se impressionar pelas fileiras de relatórios cinzas, perguntar-se o que eles tem a ver com vivazes jovens humanos!³⁸ (TAYLOR, 1930, p.3).

A epígrafe que nos convida a visitar o Bureau faz parte de um livro publicado em 1930 sobre a história do *Children’s Bureau*, sob autoria de Eleanor Taylor, publicado pelo comitê de auxílio à criança da Liga Nacional das Mulheres, a qual sempre apoiou as iniciativas do Bureau. A ênfase deste livro se encontra em ressaltar algumas das ações “*revolucionárias*” (TAYLOR, 1930) deste departamento desde a sua criação: da proteção das crianças à educação das famílias. As fileiras de relatórios cinzas, denominados também como os pequenos livros cinzas em outras partes desta obra, fazem referência aos materiais publicados pelo Bureau com o objetivo de atingir principalmente as mães e assim cumprir parte de sua missão ao educar a nação.

Este capítulo também convida a adentrarmos os escritórios do *Children’s Bureau* e da organização das Conferências da Casa Branca sobre a criança para, na medida do possível, nos aproximarmos de suas histórias, sujeitos que os compunham e os significavam e de algumas de suas práticas. De modo a observar que elas estão continuamente em conflito com uma miríade de outras representações de infância, educação e maternidade: os percursos iniciais do departamento da criança dos Estados Unidos estiveram em relação com as conferências da Casa Branca de proteção à criança, e se confrontaram com a posição de mulheres de outros movimentos, médicos e, por vezes, com o departamento de educação. A partir destas relações, nos perguntamos sobre o que as conferências e o Bureau têm a ver com as histórias das crianças: “vivazes jovens humanos”.

A realização das Conferências da Casa Branca de Proteção à Criança e também a organização deste departamento da criança são próprias do contexto dos Estados Unidos do início do século XX e simultaneamente guardam relações com o fenômeno internacional que colocou a infância em uma posição central dentro do ideário moderno de desenvolvimento e progresso das nações. Esta infância, que vinha sendo pensada e em torno da qual se criaram diferentes redes e circuitos científicos, acadêmicos e profissionais e que estava relacionada ao processo de constituição de identidades nacionais, latino-americanas, pan-americanas também

³⁸ “You, too, may visit the plain little offices of the *Children’s Bureau*, be impressed by those rows of gray reports, wonder what they have to do with lively, human youngsters!” (TAYLOR, 1930, p.3).

é posta em um lugar demarcado dentro da configuração da identidade americana (estadunidense). Especificamente nos Estados Unidos, ela se coloca em relação com as ideias de estado de bem-estar social vigentes: seja na americanização (WARDE, 2011) das crianças abandonadas, na proteção das crianças pobres e educação de suas famílias ou nas marcas científicas postas pela medicina e psicologia na educação.

As conferências da Casa Branca sobre a criança são parte do movimento de médicos e legisladores dos Estados Unidos preocupados com a infância, assim como de algumas mulheres que trabalhavam principalmente com assistência social. De 1909 a 1950 ocorreram cinco conferências, todas celebradas em Washington e realizadas a partir da convocação pelo presidente. A primeira Conferência da Casa Branca ocorreu em 1909, denominada “Conferência sobre os cuidados da criança abandonada”³⁹ e foi convocada devido à iniciativa de James E. West, um advogado que cresceu em um orfanato de Washington e que esteve envolvido com a criação do Tribunal de Menores do estado de Columbia (CHILDREN’S BUREAU, 1967, p.2).

Em 1908, West se envolveu com a “Campanha de resgate das crianças” da revista *The Delineator*. Lançada em 1907 com o slogan “*para a criança que precisa de uma casa e a casa que precisa de uma criança*”⁴⁰, a campanha iniciada pelo editor da revista, Theodore Dreiser, foi a primeira a discutir o assunto da adoção de modo público e popular, condenando as políticas institucionais e liderando um movimento nacional pela adoção das crianças (BEREBITSKY, 2002).

O editor adotou a estratégia de mostrar perfis de crianças, duas por número, criando uma estratégia individualizada na qual era relatado o perfil de cada criança: traçando com esmero a história de uma tragédia com direito a um confortante final feliz após sua adoção. Ela era a terceira maior revista estadunidense para o público feminino e por meio desta estratégia “(...) encorajou as mulheres a adotar, apelando para o sentimento patriótico e dever cívico em acréscimo ao instinto maternal feminino” (BEREBITSKY, 2002, p.127, tradução minha)⁴¹.

Soland (2015) aponta que é no período após a guerra civil americana que os Estados Unidos ampliaram o atendimento as crianças órfãs e abandonadas através da construção de

³⁹ Conference on the care of Dependent Children.

⁴⁰ A campanha de *resgate das crianças* (Child rescue Campaign) que anunciava “*para a criança que precisa de uma casa e uma casa que precisa de uma criança*” (“For the child that needs a home and a home that needs a child”) divulgava a cada mês uma foto e uma história de uma criança com o objetivo de que as mulheres respondessem por carta informando seu desejo de adotá-la.

⁴¹ “(...) had urged women to adopt by appealing to their sense of patriotic and civic duty in addition to their motherly instinct.” (BEREBITSKY, 2002, p.127).

várias instituições para acolhê-las, sendo o primeiro momento no qual os estados se envolvem com as iniciativas pelo bem-estar das crianças. No começo do século XIX os asilos que antes acolhiam as crianças, juntamente a pessoas idosas e doentes, são criticados e iniciativas privadas filantrópicas começaram a fundar os orfanatos. A crítica a este sistema ocorreu no final do século XIX, propondo o modelo de adoção: a família ocupa nos discursos o lugar primordial no qual a criança deve se desenvolver a fim de transformar-se em um bom futuro cidadão. “Segundo este modelo, os pais atuavam como os únicos ‘ganhadores de pão’, mães eram donas de casa em tempo integral, e crianças participavam de atividades domésticas e iam à escola durante sua adolescência.”⁴² (LINDENMEYER, 2005, p.44, tradução minha).

Dentro de um contexto de sensibilização para as novas condições da infância, as estratégias adotadas por esta revista marcam o lugar da família americana na configuração de um ideal de infância moderno: é um período marcado pela proteção e pela necessidade de educação e conformação dos sujeitos a um modelo de sociedade que visa o progresso e o desenvolvimento através de processos industrialização e urbanização. Estas estratégias, no sentido proposta por Certeau (2014), põe em circulação uma dada representação de família e de infância, as quais ainda que não indiquem o modo a partir do qual leitores as utilizam e como se apropriam delas, nos falam sobre um lugar ocupado e configurado por ativistas sociais e defensores da infância dentro dos Estados Unidos no começo do século XX.

A figura abaixo (Figura 5)⁴³ é a capa da edição de dezembro de 1907 da revista “*The Delineator*”, no segundo mês da Campanha. Ela nos mostra uma mulher de família, branca, cristã, de classe-média, que acolhe a criança com carinho em seus braços. O que sugere, relacionando esta imagem à Figura 6, que ela se encontra, naquele instante, completa. A criança ainda é muito pequena e evoca somente inocência; sendo indefesa, precisa ser acolhida e protegida.

Acrescenta-se ainda a mensagem cristã do Natal, de caridade e de doação de si ao outro. Ambos os artigos divulgados na capa discorrem sobre o tema e indicam o público leitor da revista: “Como o Papai Noel vem para os ricos” e “O que o Natal significa para mim”.

⁴² “According to this model, fathers acted as sole breadwinners, mothers were full-time housewives, and children did household chores and attended school through adolescence.” (LINDENMEYER, 2005, p.44).

⁴³ É importante destacar que as imagens analisadas neste capítulo, e também no decorrer do trabalho, não são utilizadas como ilustrações, pelo contrário, elas suscitam perguntas e questionamentos mais profundos, visto que são compreendidas como vestígios e fontes: “(...) al igual que los textos o los testimonios orales, las imágenes son una forma importante de documento histórico.” (BURKE, 2005, p.17) e passaram por um processo de teorização, assim como a documentação escrita.

Acima da figura, o “anúncio” se relaciona diretamente com esta imagem maternal: “Neste número – duas crianças abandonadas”⁴⁴.



Figura 5 – Capa da edição de dezembro de 1907 da revista “The Delineator”.
Fonte: Magazineart.org

⁴⁴ “How Santa Claus come to the rich”, “What Christmas means to me” e “In this number – two homeless children”.

Abaixo vemos também outra capa da revista (Figura 6), de janeiro de 1908, na qual à imagem da mulher a espera se somam dois artigos sobre as crianças abandonadas e sobre a vida familiar: “O que a ciência fez pela casa” e “Como outros olham a criança abandonada”⁴⁵.

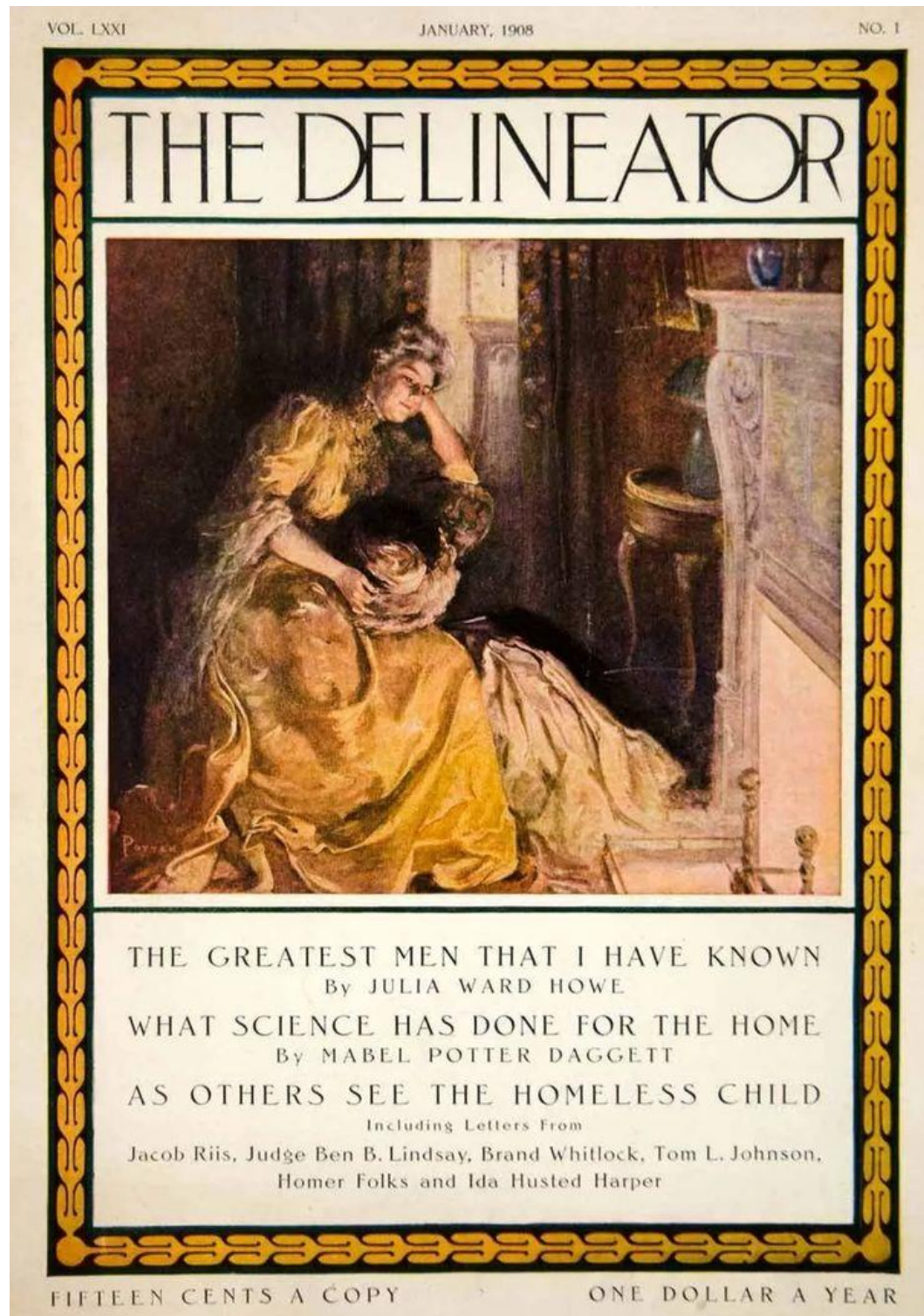


Figura 6 – Capa da edição de janeiro de 1908 da revista “The Delineator”.

Fonte: Magazineart.org

⁴⁵ “What science has done for the home” e “As others see the homeless child”.

As imagens escolhidas pelos editores da revista para figurar nestas edições delineiam o perfil da campanha, a qual em prol das crianças reforçava a importância da família para o seu crescimento. Enquanto na primeira (Figura 5) a família parece estar completa, na segunda (Figura 6) a mulher em frente à lareira nos remete à melancólica espera por algo que lhe complete. Elas nos comunicam uma mensagem sobre um tipo de família específico na qual o dever cívico da mulher – e sua missão cristã – seria mais bem cumprido através do cuidado com as crianças, superando os riscos hereditários ao proporcionar um excelente ambiente para o seu desenvolvimento e condições próprias para o processo de americanização das crianças:

Os editores da ‘*The Delineator*’, empaticamente e inquestionavelmente acreditavam que colocar as crianças com mães cristãs, nascidas nos Estados Unidos, de classe média era um modo de salvar a sociedade e melhorar o povo. Esta crença reflete a ideologia por trás de um amplo movimento para americanizar os novos imigrantes e sugere um medo da diferença étnica. (BEREBITSKY, 2002, p.129, tradução minha)⁴⁶.

A revista precisava enfrentar o forte movimento eugenista para garantir o sucesso da campanha. Para isso, fazia a seleção de quais cartas publicava – a primeira edição recebeu 200 cartas perguntando sobre as duas crianças da campanha – e também publicava artigos que reforçavam a missão salvadora e patriótica da mãe (BEREBITSKY, 2002). O processo de produção da revista inclui tanto a seleção das imagens quanto dos textos e cartas publicados, nos indicando práticas dos sujeitos envolvidos na campanha e na edição da revista. Registros indicam que esta campanha levou a adoção de aproximadamente 21.000 crianças. (NEWLIN, 2003, p.87; ENDRES & LUECK, 1995, p.62) do final de 1907 até 1912.

Devido ao sucesso da campanha e às relações pessoais entre West e o presidente Theodore Roosevelt, eles se reúnem em outubro de 1908 juntamente com Theodore Dreiser (editor da revista) para discutir a campanha e as condições das crianças abandonadas, propondo a realização de uma conferência nacional sobre o tema (*CHILDREN’S BUREAU*, 1967, p.3). West foi o principal organizador desta conferência, sendo ela convocada pelo presidente em dezembro de 1908, convidando 200 pessoas envolvidas nas discussões sobre auxílio às crianças.

Ela se realizou nos dias 25 e 26 de janeiro de 1909 (Figura 7) com a presença de quase todos os convidados, em meio aos quais constavam 29 mulheres. Dentre elas, Florence Kelley e Lillian D. Wald, idealizadoras e defensoras da criação de um departamento federal da criança. Elas conquistaram nesta conferência o apoio do presidente e demais presentes para a

⁴⁶ “The Delineator’s editors emphatically and unquestionably trusted that placing this children with Christian, native-born, middle-class mothers was the way to save society and improve the citizenry. This belief mirrored the ideology behind the larger movement to Americanize new immigrants and suggested a fear of ethnic difference.” (BEREBITSKY, 2002, p.129).

criação do *Children's Bureau*⁴⁷. O presidente Herbert Hoover afirma, na Conferência de 1930: “Foi devido ao estímulo desta conferência [de 1909] que o *Children's Bureau* da Secretaria do Trabalho foi organizado.”⁴⁸ (WASHINGTON, 1931, p.VI)

Ele é defendido nesta primeira conferência como um departamento capaz de reunir informações sobre as crianças americanas e de congregar as ações de diferentes entidades filantrópicas, educacionais e religiosas em torno de ações pela infância e a maternidade. Em uma mensagem especial escrita pelo presidente Roosevelt ao Senado e à Casa de representantes, e que abre o documento decorrente desta primeira conferência, ele destaca:

As contas para o estabelecimento de um departamento da criança são defendidas não somente por esta conferência, mas por um grande número de organizações nacionais, as quais desinteressadamente trabalham pelo bem-estar das crianças, e também por organizações filantrópicas, educacionais e religiosas de todas as partes do país.

Eu recomendo que tal legislação seja decretada, já que pode ser necessária para trazer harmonia entre leis e práticas, referentes ao cuidado da criança dependente em todo o território federal, e outras conclusões alcançadas pela conferência.⁴⁹ (WASHINGTON, 1909, p.7, tradução minha).

É importante pontuar que nesta mesma mensagem inicial, o presidente Roosevelt afirma que todas as decisões tomadas na conferência foram fruto de consenso unânime entre todos os presentes: “mais significativo até do que os conteúdos das declarações é o fato de que elas foram adotadas sem voto discordante e com demonstrações de aprovação cordial por parte de todos os presentes.”⁵⁰ (WASHINGTON, 1909, p.5, tradução minha). Os outros registros documentais localizados não nos permitem cotejar esta afirmação do presidente com outras informações, todavia é difícil imaginar que em um encontro em que se reuniram homens e mulheres de diferentes áreas não tenha havido discordâncias.

Ainda assim, é importante observar que ao ser intencionalmente escrita na mensagem de abertura do principal documento da conferência, ela confere legitimidade a essas

⁴⁷ Sartor (2001, p.125) em uma das poucas referências ao *Children's Bureau* na historiografia brasileira, observa que o Departamento da Criança no Brasil tinha semelhanças com o departamento dos EUA devido ao caráter de registrar e documentar as ações realizadas em prol da infância. Cabe destacar que diferentemente do Departamento da Criança brasileiro, o *Children's Bureau* não tinha financiamento para a realização de ações e intervenção social, somente para a coleta de dados e realização de pesquisas.

⁴⁸ “It was due to the stimulus of this conference that in 1912 the *Children's Bureau* of the Department of Labor was organized.” (WASHINGTON, 1931, p.VI).

⁴⁹ “The bills for the establishment of the *Children's Bureau* are advocated not only by this conference, but by a large number of national organizations that are disinterestedly working for the welfare of children, and also by philanthropic, educational and religious bodies in all parts of the country.

I further urge that such legislation be enacted as may be necessary in order to bring the laws and practices in regard to the care of dependent children in all federal territory into harmony with the other conclusions reached by the conference.” (WASHINGTON, 1909, p.7).

⁵⁰ “More significant even than the contents of the declarations is the fact that they were adopted without dissenting vote and with every demonstration of hearty approval on the part of all present.” (WASHINGTON, 1909, p.5).

declarações diante do Senado e da Casa de representantes, aos quais se direcionava esta mensagem. Conferindo representatividade ao pedido de aprovação do *Children's Bureau* e legitimando a posição da família como o melhor lugar para as crianças crescerem e se transformarem em bons cidadãos, se protegendo de possíveis críticas advindas de diferentes setores.



Figura 7 - Participantes da primeira Conferência da Casa Branca sobre a criança.
Fonte: WASHINGTON, 1909. Proceedings of the Conference on the Care of Dependent Children.

Assim, diante de uma crítica à institucionalização da criança, os presentes parecem ter concordado com um novo modelo de assistência a infância, no qual a pobreza não era mais considerada um motivo para a retirada das crianças de suas famílias. Famílias com pais desempregados ou mães que precisavam trabalhar poderiam ainda representar um bom ambiente para as crianças crescerem apesar da pobreza, desde que tivessem um caráter digno: “Exceto em circunstâncias incomuns, a família não deve ser destruída por motivos de pobreza, somente em caso de ineficiência ou imoralidade”⁵¹. (WASHINGTON, 1909, p.10, tradução minha). Este posicionamento se dá porque muitos dos ali presentes, principalmente mulheres ativistas, voltavam o olhar para a pobreza compreendendo-a como uma condição limitadora, eles “(...) simpatizavam fortemente com os ‘pobres’ como vítimas do capitalismo

⁵¹ “Except in unusual circumstances, the home should not be broken up for reasons of poverty, but only for considerations of inefficiency or immorality.” (WASHINGTON, 1909, p.10).

industrial e estavam cientes que a pobreza às vezes tornava impossível o atendimento a certas regras de higiene.”⁵² (KLAUS, 1993, p.216, tradução minha.) .

A imagem da mãe que acolhe a criança em seus braços delinea grande parte das ações e projetos desta era progressista em suas ações na área da educação infantil, na assistência social e na perspectiva adotada pelo departamento. E é este modelo de família que irá persistir nas consequentes Conferências da Casa Branca sobre a criança e que também está presente nas práticas do *Children's Bureau*, tanto pelo foco na ação e educação das mães, quanto na ênfase e na valorização das famílias de classe média. É também o modelo presente na campanha da revista da “The Delineator”, com a qual o advogado James E. West estava envolvido.

As idealizadoras do *Children's Bureau*, Florence Kelley e Lillian D. Wald (Figura 8), lideravam desde 1903 um movimento pela criação do *Children's Bureau*, através de um projeto de uma agência nacional que investigasse as condições de vida de todas as crianças, não somente das crianças pobres. A ideia é anterior ao movimento de adoção das crianças pela revista “The Delineator”, e o próprio presidente Roosevelt já tinha ciência dos projetos de lei, apesar de não mostrar seu apoio publicamente⁵³.

Elas eram residentes na *Hull House* de Chicago, casa do *Settlement Movement* (Movimento de Assentamento), fundado por Jane Addams⁵⁴ no começo de 1880 como casas nas quais voluntários residiam e proviam serviços de saúde e educação nas áreas pobres urbanas. Ainda que muitas destas casas incluíssem tanto homens quanto mulheres, “(...) Addams e suas associadas as retratavam principalmente como comunidades que permitiam as mulheres solteiras viver vidas independentes e úteis.”⁵⁵ (ALLEN, 2011, p.116-117, tradução minha).

A luta pelos direitos das mulheres vinha acompanhada da luta pelos direitos das crianças. Julia Lathrop, Grace Abbott – as duas primeiras chefes do *Children's Bureau* – e

⁵² “(...) sympathized strongly with the poor as the victims of industrial capitalism and were aware that poverty sometimes made it impossible for people to observe the rules of hygiene.”(KLAUS, 1993, p.216).

⁵³ Em março de 1905, ele se reúne juntamente com Wald, Edward Devine – sociólogo da Universidade de Columbia – Jane Addams e Mary McDowell – participantes do Settlement Movement – para discutir a proposta de criação do departamento (CHILDREN'S BUREAU, 2012b, p.16).

⁵⁴ Jane Addams foi a primeira mulher estadunidense a ganhar um prêmio Nobel. Ela foi uma enfermeira e assistente social envolvida nos Partidos pela Paz dos Estados Unidos. Foi presidente da Liga Internacional das Mulheres pela Paz e a Liberdade.

⁵⁵ “(...) Addams and her associates portrayed them chiefly as communities that enabled single women to live independent and useful lives” (ALLEN, 2011, p.166-117)

outras maternalistas buscavam traduzir esta crença para uma agenda política (KOVEN;MICHEL, 1990, p.1083)⁵⁶.



Figura 8 – Florence Kelley (a direita) e Lillian D. Wald (a esquerda), idealizadoras do *Children's Bureau*.
Fonte: *Children's Bureau* (2012a)

Os primeiros projetos de lei para a criação do departamento da criança tinham sido levados ao congresso pelo Senador Winthrop Murray Crane (Massachusetts) e o Representante John J. Gardner (New Jersey) em 1906 (CHILDREN'S BUREAU, 2012b, p.16). Com a Conferência da Casa Branca de 1909, estes projetos de lei voltaram a ser discutidos e apresentados ao Congresso e em 1912 a lei que estabelece a criação do departamento da criança nos Estados Unidos é aprovada pelo presidente William Taft. Esta lei determinou que o Bureau tinha a função de:

Investigar e relatar sobre todos os assuntos concernentes ao bem-estar das crianças e à suas vidas em todos os grupos de pessoas, e deve especialmente investigar as questões de mortalidade infantil, taxas de nascimento, orfanatos, tribunais de menores, deserção, ocupações perigosas, acidentes e doenças infantis, trabalho, e legislação referente às crianças nos diversos Estados e Territórios.⁵⁷
(ESTABLISHMENT OF THE BUREAU, 1912, p.2, tradução minha).

⁵⁶ A Hull House de Chicago tinha uma pré-escola, concertos livres, aulas e clubes para crianças e adultos, chegando a acolher 2000 pessoas por semana em seu segundo ano de funcionamento (1990).

⁵⁷ (...) investigate and report upon all matters pertaining to the welfare of children and child life among all classes of our people, and shall especially investigate the questions of infant mortality, the birth rate, orphanage, juvenile courts, desertion, dangerous occupations, accidents, and diseases of children, employment, and

Desta forma, com o principal objetivo de investigar as condições das crianças nos Estados Unidos e de informá-las aos governos federais e estaduais, o Bureau é estabelecido no Departamento de Comércio e Trabalho⁵⁸ e Julia Lathrop (Figura 9) é indicada pelo presidente como a primeira chefe deste departamento⁵⁹. O *Children's Bureau* foi a primeira parceria realizada pelo governo dos Estados Unidos entre os estados e o governo federal em prol de crianças e mães.



Figura 9 – Julia Lathrop, primeira chefe do *Children's Bureau*.
Fonte: *Children's Bureau* (2012b).

A partir do desenvolvimento de ações que valorizavam a ação da família no cuidado das crianças, o *Children's Bureau* se preocupou com o desenvolvimento de mecanismos do Estado que promovessem o bem-estar das crianças desde um ponto de vista que não culpabilizava a pobreza para justificar a intervenção do Estado nas famílias a partir da realização de pesquisas e levantamento de dados.

legislation affecting children in the several States and Territories. (ESTABLISHMENT OF THE BUREAU, 1912, p.2).

⁵⁸ É importante destacar que em 4 de março de 1913 o *Children's Bureau* é transferido para o recém-criado departamento do trabalho (BRADBURY, 1962, p.4), no qual permanece até 1946.

⁵⁹ Lillian Wald, Florence Kelley, Jane Adams e Dr. Devine foram todos membros desta primeira comissão do Bureau (BRADBURY, 1962, p.5). Em 1921, Grace Abbot assume essa posição no Bureau e em 1934 o cargo é transferido para Katherine Lenroot (CHILDREN'S BUREAU, 2012a, p.34).

A partir de seu estabelecimento, o Bureau passa a coordenar ou auxiliar na organização das próximas conferências. Desta maneira, a segunda conferência, *Conference on Child Welfare Standarts* – Conferência sobre os padrões de bem-estar da criança –, ocorre em maio de 1919, devido agora à iniciativa da chefe do *Children's Bureau*, Julia Lathrop, a qual estabelece o padrão de intervalos de 10 anos entre as conferências.

Foi uma conferência relativamente pequena, que reuniu ao redor de 200 especialistas: trabalhadores sociais, pediatras, obstetras, psiquiatras, enfermeiras, educadores, economistas e mulheres participantes de clubes. Ela culmina como resultado da campanha do “*Ano da Criança*” – *Children's Year*⁶⁰ – proclamada pelo departamento da criança em abril de 1918, com a aprovação do presidente Woodrow Wilson, durante o último ano da Primeira Guerra Mundial. Esta campanha é organizada pelo governo dos Estados Unidos juntamente com o *Children's Bureau* e o Comitê das Mulheres do Conselho Nacional de Defesa.

A campanha tinha o objetivo de “(...) despertar a Nação para a importância de preservar a infância em tempos de perigo nacional.” (CHILDREN'S BUREAU, 1967, p.6):

Havia muitas ameaças para a saúde das crianças durante a Primeira Guerra Mundial, incluindo a escassez de leite, alimentos e de enfermeiras da saúde pública. O *Children's Bureau* também temia que o acréscimo das demandas de trabalho atraíssem mais mães de crianças pequenas para o mercado de trabalho. Atenção para a saúde da criança agora, o Bureau argumentava, ajudaria a garantir o suprimento de soldados fisicamente em forma no futuro.⁶¹ (CHILDREN'S BUREAU, 2012b, p.42, tradução minha).

Além do foco na saúde, observa-se o olhar para a criança a partir de uma preocupação com as boas condições de vida no “presente”, mas sempre voltada para os projetos de nação no futuro. O cartaz de divulgação da campanha (Figura 10) destaca: “A saúde da criança é o poder da nação”. Diante das condições que a guerra impõe na organização da sociedade era necessário garantir o bem-estar das crianças para assim garantir bons cidadãos para o futuro. Afinal, elas compunham um terço da população, como afirmava o presidente Woodrow Wilson: “junto ao dever de fazer tudo o que seja possível para os soldados do fronte, só pode haver, me parece, o dever patriótico de proteger as crianças, que constituem um terço da nossa população.”⁶² (CHILDREN'S BUREAU, 2012b, p.27).

⁶⁰ O Children's year também acontece em relação com as campanhas que já vinham acontecendo em prol da saúde de bebês.

⁶¹ “There were many potential threats to children's health during World War I, including shortages of milk, food, and public health nurses. The *Children's Bureau* also feared that increased labor demands would lure more mothers of young children into the workforce. Attention to children's health now, the Bureau argued, would help ensure a ready supply of physically fit soldiers in the future.” (CHILDREN'S BUREAU, 2012b, p.42).

⁶² “Next to the duty of doing everything possible for the soldiers at the front, there could be, it seems to me, no more patriotic duty than that of protecting the children who constitute one-third of our population.” (President Woodrow Wilson apud CHILDREN'S BUREAU, 2012b, p.27).



Figura 10 – Cartaz de divulgação do Children's year.
 Fonte: <https://cb100.acf.hhs.gov/childrens-bureau-timeline>

Do mesmo modo, já na primeira Conferência da Casa Branca, o presidente Roosevelt destacava que: “os interesses da nação estão comprometidos com o bem-estar deste exército de crianças não menos que com os nossos negócios materiais”⁶³. (WASHINGTON, 1909, p.5, tradução minha). Ou seja, observa-se que as crianças representam uma grande força na medida em que são a mão de obra do futuro: um exército de crianças que deve ser apoiado para que possa ser capaz de trazer progresso à nação. São as crianças, das mais diferentes idades, que juntas caminham em direção ao futuro. Vale observar que no cartaz todas as crianças estão bem vestidas, são crianças saudáveis, em conformidade com os ideais eugênicos, e que não há nenhuma criança negra na imagem.⁶⁴

Julia Lathrop descreve o propósito da segunda conferência, a qual foi organizada e realizada pelo *Children's Bureau*, da seguinte forma:

Primeiro, se sentiu que o *Children's Bureau*, como parte do departamento de trabalho – um departamento preocupado fundamentalmente com os problemas de bem-estar das pessoas, como exemplificado na grande massa de trabalhadores da América, os quais ele representa – tinha a responsabilidade de reunir e coordenar opiniões concernentes ao bem estar das crianças dos Estados Unidos. Segundo, a Conferência parecia o jeito mais direto de atender ao objetivo do Children's Year, como expressado pelo Presidente, ‘para estabelecer certos padrões mínimos e

⁶³ “The interests of the nation are involved in the welfare of this army of children no less than in our great material affairs.” (WASHINGTON, 1909, p.5).

⁶⁴ Cordeiro (2015) também faz uma análise deste cartaz em sua tese.

irredutíveis para a saúde, educação, e trabalho da criança Americana’. Tais padrões, nos parecem, devem ser considerados não como um objetivo, mas como um ponto de partida.⁶⁵ (CHILDREN’S BUREAU, 1967, p.6, tradução minha).

É inegável que a “criança *do futuro*” caminha de mãos dadas com a realidade das crianças. Apesar de muitas das preocupações estarem voltadas para os adultos que elas viriam a ser e para projetos de nação, as medidas práticas geradas por essas campanhas e pelas conferências modificaram as experiências de vida das crianças, proporcionando experiências diversas de infância. Assim, vemos que foi a partir destes padrões mínimos estabelecidos nesta conferência que foi decretado o *Ato pela infância e pela maternidade (Maternity and Infancy Act)* em 1921, primeira legislação federal através da qual o Governo desenvolveu instalações para garantir a diminuição da mortalidade de mães e de bebês.

A ação do *Children’s Bureau* estava apoiada na ideia da criança como “*the whole child*”, a criança completa, colocando em relação todas as facetas que a ciência e intelectuais dividem para estudar esta criança. Ela não é somente parte de programas higienistas e de saúde, que buscam sanar corpos, mas também faz parte de processos socioeducativos e formativos que devem sanar a *alma* e tornar a todas as crianças futuros cidadãos em perspectiva. O “vir a ser” da criança é um só, pois todas estas facetas estão continuamente inter-relacionadas. Assim, o staff deste departamento incluía médicos, enfermeiras, nutricionistas, trabalhadores sociais, economistas, estatísticos, advogados e representantes de outras profissões (WASHINGTON, 1939).

Situado dentro do Departamento do Trabalho ele estava continuamente em relação com outros órgãos de administração, dividindo algumas pesquisas e atribuições. Seu princípio também se voltava para todas as crianças, fossem elas pobres ou de classe-média, brancas ou negras; ou seja, suas ações e pesquisas estavam direcionadas ao fortalecimento das investigações científicas e ao levantamento de dados sobre toda uma população infantil⁶⁶.

Em sua missão de *investigate and report*, investigar e informar, se observa o desejo de fazer um balanço da situação das crianças americanas nas mais diversas áreas, para que a partir desta classificação das necessidades e estados da ação de cada um desses campos, fosse

⁶⁵ “First, it was felt that the *Children’s Bureau* as part of the Department of Labor – a department concerned fundamentally with the problems of human welfare as exemplified in the great mass of working people of America which it represents – had the responsibility of bringing together and coordinating opinion concerning the welfare of children in the United States. Second, the Conference seemed the most direct way of fulfilling the aim of Children’s Year, as expressed by the President, ‘to set up certain irreducible minimum standards for the health, education, and work of the American child.’ Such standards, it was felt, should be considered not as a goal, but as a suggested point of departure.” (CHILDREN’S BUREAU, 1967, p.6).

⁶⁶ Em 1946, o *Children’s Bureau* é transferido do departamento de Trabalho para a Administração de Segurança Social, abrindo mão do princípio “*the whole child*” e dividindo suas tarefas entre várias outras secretarias e departamentos.

possível elaborar novos planos para a criança. Ou seja, tanto a grande população de imigrantes quanto as crianças precisavam passar por um processo educacional ou modernizador através do qual se adequassem ao modelo americano, símbolo de desenvolvimento e de progresso. Nos Estados Unidos o termo é tomado como parte de um processo educativo de assimilação dos imigrantes: é “americanização” como um processo educacional “(...) de amoldamento das formas de pensar, sentir e viver; tornando-se parâmetro de progresso, felicidade, bem-estar, democracia, civilização; amoldamento das esperanças em torno da cidade e da indústria.” (WARDE, 2011, p.14).

Os estudos sobre o *Children's Bureau* indicam que a nomeação de Julia Lathrop empoderou a visão das mulheres nas políticas de auxílio às crianças e de saúde das mães nos Estados Unidos (KLAUS, 1993, p.209) – ela foi a primeira mulher a ocupar este cargo dentro do governo. A criação do departamento é parte do que se denomina *Progressive Era*:

(...) um movimento político e social que buscava melhorar condições de corrupção e de injustiça através do governo, aplicando métodos científicos na resolução de problemas sociais, prestando ímpeto a tais esforços. Progressistas, amplamente compostos de homens e mulheres da nova classe média, viam a família como a pedra angular da sociedade, a qual deveria ser protegida e fortalecida a qualquer custo. Como resultado, o bem-estar da criança chegou a ser visto não somente como uma esfera “apropriada” para os interesses e preocupações das mulheres, mas como central para os ideais Progressistas⁶⁷. (CHILDREN'S BUREAU, 2012b, p.13, tradução minha).

Os principais movimentos progressistas do início do século XX nos Estados Unidos envolviam a participação de mulheres e suas lutas por mais espaço de trabalho e direitos políticos, marcando uma trajetória de profissionalização feminina ao adentrarem espaços, acadêmicos e científicos, antes dominados pela ação e liderança masculina. Seus espaços de lutas estavam bem relacionados com a ideia de proteção da família e com uma visão maternalista do papel da mulher.

Guy (1998b), como já exposto na introdução, define as maternalistas feministas como aquelas “interessadas em promover assuntos sobre mãe-crianças como parte de seus esforços por expandir os direitos das mulheres”⁶⁸ (1998b, p.449). Elas tiveram um papel importante no movimento pan-americano em prol da proteção das crianças e dentro dos Estados Unidos e viam a “(...) maternidade não como um fardo especial ou uma praga, mas como um talento

⁶⁷“(...) a social and political movement that sought to reform corruption and injustice through government and apply scientific methods to address social problems, lent momentum to such efforts. Progressives, largely composed of the men and women of the new middle class, saw family as a cornerstone of society that must be protected and strengthened at all costs. As a result, child welfare came to be seen not only as an “appropriate” sphere for women’s interest and concern, but as one that was central to Progressive ideals.” (CHILDREN’S BUREAU, 2012b, p.13).

⁶⁸ “interested in promoting mother-child issues as part of their efforts to expand the rights of women” (GUY, 1998b, p.449).

especial que as encorajava e justificava seus esforços para em alguma medida ganhar autonomia pessoal e política." (KOVEN; MICHEL, 1990, p.1084, tradução minha)⁶⁹

Pesquisas sobre história das mulheres e da reforma social dão destaque às mulheres do *Settlement Movement* dentro destas lutas e também à luta de algumas mulheres pela ampliação e melhoria das pré-escolas: essas mulheres estavam se unindo a uma nova cultura profissional a partir da qual elas se integraram às ações institucionais e burocráticas dominadas pelos homens (ALLEN, 2011, p.127-128)⁷⁰. Assim, a era progressista marca a construção de um estado de bem-estar social a partir da transferência de serviços como educação, cuidados médicos e auxílio financeiro para o Estado.

As ações pensadas por este departamento e também dentro do interior das Conferências da Casa Branca sobre proteção a criança também estavam diretamente relacionadas às ideias de bem-estar social vigentes e em circulação dentro dos Estados Unidos.

(...) Fatores como a ‘anomia’ da modernidade, as consequências sociais da rápida industrialização e do crescimento urbano, e o crescente poder dos movimentos de classe ameaçavam a fundação da sociedade civil burguesa e criavam um clima político receptivo para as iniciativas de bem-estar social.⁷¹ (KOVEN; MICHEL, 1990, p.1081, tradução minha)

A concepção de educação da criança americana estava vinculada a um crescente movimento internacional de proteção da criança, no qual a modernidade toma força e vê o confronto entre as ideias de progresso e a descoberta da pobreza na infância (LINDENMEYER, 2005)⁷². As altas taxas de mortalidade e a exploração do trabalho infantil são consideradas por estes sujeitos como opostas ao desenvolvimento da ciência:

(...) reformadores nos Estados Unidos ampliaram esforços em implementar políticas públicas construídas ao redor do ideal moderno de infância. Defensores dividiam a dedicação à ideia de que nenhuma nação moderna poderia progredir sem prover

⁶⁹ “(...) motherliness not as their special burden or curse but as a peculiar gift that encouraged them and justified their efforts to gain some measure of personal na political autonomy.” (KOVEN; MICHEL, 1990, p.1084).

⁷⁰ O trabalho de Allen (2011) mostra algumas ações de uma educadora estadunidense, Patty Smith Hill, envolvida com as pré-escolas e creches no começo do século XX, indicando parte do significado da ação das mulheres dentro da era progressista a partir da análise da trajetória desta educadora e sua relação com movimentos sociais mais amplos que estavam ocorrendo nos Estados Unidos.

⁷¹ “(...) factors such as the ‘anomie’ of modernity, the social consequences of rapid industrial and urban growth, and the growing power of class-based movements thereatened the foundation of bourgeois civil societies and created political climates that were receptive to social welfare initiatives”. (KOVEN; MICHEL, 1990, p.1081).

⁷² Lindenmeyer e Sandin (2008) ao fazerem um estudo comparativo sobre as políticas para a infância no início do século XX nos Estados Unidos e na Suécia observam que apesar dos esforços realizados em prol da infância, dado que as nações modernas deveriam estar atentas à infância, as prioridades e os interesses dos adultos ainda dominam a definição das políticas de bem-estar social.

proteção especial a seus mais jovens cidadãos.⁷³ (LINDENMEYER; SANDIN, 2008, p.50-51, tradução minha).

À infância cabem outros destinos e propósitos, a escola lhe é destinada como o lugar por excelência para sua educação e permanência e todas as crianças devem ter igual acesso e oportunidade àquilo que a América pode oferecer-lhes. O início do século XX, especialmente a década de 20 e 30, acompanhou “(...) a crescente ênfase na infância como um tempo especial protegido pelos esforços combinados das famílias e do governo, parte de um plano global para assegurar um futuro mais estável aos jovens americanos.”⁷⁴ (LINDENMEYER, 2005, p.45, tradução minha).

Este ideal moderno de infância, do qual muitos intelectuais e ativistas americanos se apropriaram, implica na promoção do “individualismo americano”, através do qual todos os indivíduos devem ter as mesmas oportunidades, devendo ser respeitadas suas posições e escolhas pessoais. Segundo esta concepção, a chave para o progresso econômico e social estava fundamentada em um governo não coercitivo, na iniciativa privada e em negócios individuais (MARSHALL, 2008), além do respeito a organização democrática da sociedade.

Nos Estados Unidos, a cidadania para as crianças incluía ideias construídas com base no controle federal limitado sobre o bem-estar da criança e os assuntos da família. Além disso, a prescrição incluía uma retórica sobre direitos individuais que era parte da defesa do bem-estar das crianças e ativistas alegavam que o acesso à infância moderna era um direito que precisava da proteção do Estado. (...) Ativistas como Florence Kelley defendiam que as crianças tinham direito a uma infância coerente com os valores americanos, que respeitasse os direitos de pais e estados ao mesmo tempo em que encorajasse um individualismo vigoroso.⁷⁵ (LINDENMEYER; SANDIN, 2008, p.56, tradução minha).

É a crença de que o sistema americano deveria antes oferecer igualdade de oportunidade para todos do que assegurar direitos a partir de uma forte intervenção na sociedade e na família. É a construção de um Estado de Bem-Estar liberal (BURGER, 2012), através do qual a iniciativa privada e o estado trabalham juntos para garantir o progresso e a modernidade. Através de um Estado fraco (KOVEN; MICHEL, 1990), as associações

⁷³ “(...) reformers in the United States spearheaded efforts to implement public policies framed around the modern childhood ideal. Advocates shared a dedication to the idea that no modern nation could progress without providing special protections for its youngest citizens”. (LINDENMEYER; SANDIN, 2008, p.50-51).

⁷⁴ “(...) saw a growing emphasis on childhood as a special time of life protected by the combined efforts of families and government, part of an overall plan to secure a more stable future for all young Americans.” (LINDENMEYER, 2005, p.45).

⁷⁵ “In the United States, citizenship for children included ideas built on private philanthropy and limited federal control over child welfare and family issues. Further, the prescription included rhetoric about individual rights that was part of child welfare advocacy and activists’ claims that access to modern childhood itself was a right that needed government protection. (...) Reformers such as Florence Kelley argued that children had a right to childhood consistent with American values that respected parental and states’ rights while encouraging rugged individualism.” (LINDENMEYER; SANDIN, 2008, p.56).

voluntárias se fortaleceram e ganharam poder político, ainda que contassem com um estado que oferecesse poucos benefícios.

O *Children's Bureau* traz consigo as características deste modelo ao focar na ação da mãe e trazer para o Estado a responsabilidade pela garantia de condições mínimas para as crianças americanas. Suas primeiras pesquisas foram sobre as condições de mães e crianças americanas, em um estudo sobre a mortalidade infantil e maternal; já seu segundo estudo foi voltado para a criança delinvente, levantando dados sobre as crianças e analisando as ações realizadas pelo governo em relação a elas. Os primeiros anos do Bureau são marcados por suas opções de fortalecer e realizar pesquisas científicas e lutar pela criação de legislações protecionistas através de temas não controversos: a mortalidade infantil e a definição de um ideal de família americana (LINDENMEYER, 1997).

Os estudos de Kriste Lindenmeyer (1997, 2005) trazem uma ampla análise sobre o papel do *Children's Bureau*⁷⁶ na luta pelos direitos das crianças, analisando as condições de vida das crianças no começo do século XX e mostrando mudanças geradas pelas novas políticas sociais do governo neste mesmo período. Ela traz uma visão positiva sobre este departamento ao observar que apesar das dificuldades impostas pela crise e pela pouca ação dos governos em alguns momentos – principalmente no governo de Herbert Hoover (LINDENMEYER, 2005) –, ele marcou o começo de uma nova era ao colocar a infância dentro de uma posição central e pensá-la a partir de uma “voz única” dentro das ações do Estado:

(...) o *Children's Bureau* contribuiu significativamente para o crescente reconhecimento da infância como um período da vida que demandava atenção e proteção especial. Os estudos do Bureau foram normalmente as primeiras investigações “científicas” sobre as condições de grupos particulares de crianças. As informações reveladas nesses esforços conduziram para o primeiro programa da nação em educação em saúde para mães e crianças (o Ato Sheppard-Towner de 1921), regulamentos sobre o trabalho infantil, a inclusão dos programas infantis no Ato de Segurança Social de 1935 e no extensivo programa da Segunda Guerra Mundial de cuidado da infância e das mães⁷⁷. (LINDENMEYER, 1997, p.3, tradução minha).

As pesquisas realizadas pelo *Children's Bureau* traziam dados importantes sobre as condições de vidas das crianças nos EUA, embasando políticas do governo e pesquisas

⁷⁶ É interessante apontar que a maior parte dos estudos realizados pelo *Children's Bureau* estão relacionados ao papel da mulher no início do século XX e ao estado de bem-estar social.

⁷⁷ “(...) the *Children's Bureau* contributed significantly to the growing recognition of childhood as a period of life demanding special attention and protection. Bureau studies were often the first ‘scientific’ investigations into the circumstances of particular groups of children. The information revealed in such efforts led to the nation’s first maternal and infant health care education program (the 1921 Sheppard-Towner Act), chil labor regulation, the inclusion of children’s programs in the 1935 Social Security Act, and the extensive World War II Emergency Maternity and Infancy Care program (EMIC).” (LINDENMEYER, 1997, p.3)

científicas realizadas por outros órgãos federais. Era a primeira vez que os dados sobre mortalidade infantil e saúde das crianças eram recolhidos e organizados por uma agência federal sobre toda a extensão do país.

Mas apesar de sua posição importante e dos seus esforços, os quais implicaram em diferentes políticas de governo, sua ação era limitada: temas polêmicos eram evitados, se fortalecia a imagem de uma família de classe média e seu trabalho estava restrito à disseminação e pressão por mudanças, sem ter qualquer autoridade regulatória sobre as vidas das crianças (LINDENMEYER; SANDIN, 2008). A filosofia “*the whole child*” não era amplamente aceita, nem mesmo por outros órgãos regulatórios dos Estados Unidos e sua inquestionável promoção dos valores da família de classe média limitava suas ações ao impedir programas inovadores (LINDENMEYER, 1997), o que significa que mulheres pobres e da classe trabalhadora se distanciavam ainda mais das políticas sociais (KOVEN. MICHEL, 1990, p.1107).

Além disso, sua defesa de que o assunto sobre proteção das crianças era um assunto que deveria ser tratado por mulheres limitaram a sua atuação dentro do cenário político (LINDENMEYER, 1997). Visto que elas frequentemente precisavam confiar em homens envolvidos na política para ganhar o suporte do Estado para seus programas (KOVEN; MICHEL, 1990, p.1107).

“Ainda que o maternalismo oferecesse às mulheres uma plataforma comum que transcendia diferenças em afiliações religiosas, inclinações políticas e nacionalidade, seu comprometimento não conseguiu conciliar conflitos entre elas.”⁷⁸ (KOVEN; MICHEL, 1990, p.1091, tradução minha). Assim, apesar de a infância ser amplamente pensada, por diferentes grupos, como um período da vida protegido das reponsabilidades dos adultos dentro das políticas públicas (LINDEMMEYER, 2005) e de haver uma compreensão geral de uma infância americana que ocupa o espaço da escola e se encontra protegida no seio da família, o *Children's Bureau* entrava em confronto com outros movimentos de mulheres, com educadores do departamento de educação e com médicos da secretaria da saúde. O que muitas vezes o levou a negar alguns debates e a evitar disputas com outros movimentos sociais e agências federais.

O Bureau defendia a mesma posição que feministas sufragistas quando afirmava que o trabalho da mulher não estava diretamente relacionado à mortalidade infantil (KLAUS, 1993),

⁷⁸ “Yet, although maternalism offered women a common platform that transcend differences in religious affiliation, political inclinations, and nationality, their commitment to it could not conceal conflicts among them.” (KOVEN; MICHEL, 1990, p.1091).

pois ainda que defendesse um modelo de família no qual a mulher casada se dedicasse à casa ele reconhecia que diante da necessidade, seja pela falta de um “pai” ou pela má remuneração dele, era preferível que a mulher encontrasse meios de trazer algumas condições para sua família, pois não era possível realizar nada se não houvesse um padrão mínimo financeiro. Sufragistas e a Liga das Mulheres Eleitoras (*League of Women Voters*) apoiavam as ações do *Children's Bureau* e sua liderança do *Maternity and Infancy Act* (MARINO, 2014).

Mulheres envolvidas no *Children's Bureau* se engajaram em uma batalha para ‘transformar as preocupações das mulheres sobre o cuidado pré-natal e das crianças em uma prioridade nacional’. Elas ofereceram sua liderança, conhecimento científico, a força do governo dos Estados Unidos, apropriações sem precedentes, e uma burocracia eficientemente administrada para atacar este problema social. Outras olhavam para soluções mais individuais, oferecendo acesso à informação sobre o controle de natalidade e sobre sua própria fertilidade e famílias.⁷⁹ (ROSEN, 1998, p.55, tradução minha).

O confronto com as mulheres do *Birth Control League* – Liga de Controle da Natalidade –, por exemplo, se dá na diferença de estratégia que elas acreditavam que deveria ser tomada: sobre a maior ou menor intervenção do estado nas famílias, optando por soluções mais individuais. “Cartas para o Bureau mostram que muitas mulheres requisitavam informação sobre contracepção nos anos de 1920 e 1930. O staff do Bureau negava ou ignorava esses pedidos”⁸⁰ (ROSEN, 1998, p.64, tradução minha). Diante do confronto sobre a forma de agir, o *Children's Bureau* opta por não discutir sobre o assunto, deixando espaço para que a Liga de Controle da Natalidade realizasse suas ações, ainda que ela continuamente se opusesse as estratégias do Bureau de acesso e educação das famílias.

O mesmo ocorre em relação a discussões mais específicas dentro da área da educação: “funcionários do *Children's Bureau* concordavam explicitamente em permanecer distantes dos temas educativos em troca de evitar batalhas por território com outras agências federais.”⁸¹ (LINDENMEYER; SANDIN, 2008, p.54, tradução minha), visto que o Bureau era criticado por interferir no modelo educacional descentralizado devido aos seus esforços em padronizar escolas.

⁷⁹ “Women involved in the *Children's Bureau* engaged in a battle to “transform women's ‘private’ concerns about infant and prenatal care into a national priority.” They offered their leadership, scientific knowledge, the strength of the United States government, unprecedented appropriations, and an efficiently administered bureaucracy to tackle this social problem. Others looked toward more individualistic solutions, offering access to birth control information and materials to married women so that they would have more control over their own fertility and families.” (ROSEN, 1998, p.55).

⁸⁰ “Letters to the bureau show that many women requested information about contraception in the 1920s and 1930s. Bureau staff members either denied or ignored these requests.” (ROSEN, 1998, p.64).

⁸¹ “Officials in the U.S. *Children's Bureau* explicitly agreed to stay away from educational issues in exchange for avoiding turf battles with other federal agencies.” (LINDENMEYER; SANDIN, 2008, p.54).

O maior confronto ocorria entre o *Children's Bureau* e os médicos, visto que ainda que o departamento valorizasse a ação dos médicos e os conhecimentos científicos da saúde (ROSEN, 1998), ele focava na experiência feminina da maternidade e estimulava as comunidades a desenvolverem trabalhos em prol da família e da infância, sem impor programas e acreditando na iniciativa particular dos indivíduos (KLAUS, 1993)⁸². Com isso, ele desenvolveu um modelo de cuidado da infância que não negava os benefícios da ação das parteiras e de enfermeiras bem formadas e que focava na formação e educação das mães. O *Children's Bureau* coordenava o *Sheppard-Towner Maternity and Infancy Act* a partir desta compreensão sobre a ação das mulheres. Contudo:

em meados de 1920, obstetras e pediatras começaram a expressar sua oposição a continuação do Sheppard-Towner, argumentando que a mortalidade maternal e infantil seria melhor reduzida através do treinamento de médicos, melhora de estruturas e acesso a clínicos gerais.⁸³ (ROSEN, 1998, p.60-61, tradução minha)

Assim, a ação deste departamento foi marcada pelo confronto de sua atuação com as posições dos médicos norte-americanos na área da saúde, os quais viam o problema da mortalidade infantil como uma questão médica que deveria ser solucionada através do treinamento de médicos e da construção de hospitais, enquanto o departamento da criança analisava estas questões como problemas sociais e econômicos. (KLAUS, 1993).

O confronto entre concepções de criança e infância presentes em diferentes departamentos e circulando através de grupos distintos é marcado pelos diferentes lugares que esses sujeitos ocupam, os quais estão sempre em relação com as experiências de seus grupos. As mulheres do *Children's Bureau*, em sua maioria ativistas sociais e enfermeiras, olhavam para a infância a partir das condições de vida das crianças e suas famílias e defendiam a necessidade de o Estado oferecer garantias mínimas para que a partir delas o ideal americano de infância pudesse se realizar. Segundo elas, a conquista do sonho americano devia ocorrer a partir dos esforços individuais de cada sujeito e para que isso fosse possível era necessário garantir condições mínimas para todos.

Desta forma, a infância americana é objeto de discussões, de projetos, se constrói na interface das ciências e segundo suas perspectivas de progresso e de modernidade. Infâncias diversas são vivenciadas pelas crianças imigrantes, indígenas, negras, brancas, do leste ou

⁸² Médicas do *Children's Bureau* reportam apoio à ação das parteiras e de enfermeiras, as quais tinham mais legitimidade entre muitas mulheres do que os médicos; ainda que esta não fosse uma posição generalizada entre mulheres da medicina (KLAUS, 1993).

⁸³ "By the mid-1920s, obstetricians and pediatricians began to voice opposition to the continuation of Sheppard-Towner, arguing that maternal and infant mortality would best be reduced by improved medical training, facilities, and access to practitioners." (ROSEN, 1998, p.60-61)

oeste e são todas postas sobre a capa protetora da América que lhes designa um projeto de futuro. O *Children's Bureau* se dedica a “investigar e relatar – *investigate and report* –” sobre as condições de vida dessas crianças, elaborando planos e estratégias a partir de suas relações com outros grupos de pessoas e de ideais americanos de individualismo e de Bem-estar liberal.

Assim, os congressos de proteção à infância da Casa Branca são fruto desta ampla movimentação dos mais diversos sujeitos para pensar o lugar a partir do qual a infância americana, muitas vezes sinônimo de modernidade e de progresso, pode ser compreendida na configuração da sociedade. Ela está também em relação com o movimento internacional mais amplo que também tomava a infância como objeto de discussão. As conferências da Casa Branca também são espaços de circulação de ideias e de confronto entre esses sujeitos.

Em suma, o *Children's Bureau* e as conferências catalisam algumas destas representações americanas de infância e de sociedade e nos permitem, assim, estabelecer relações entre educação, práticas e famílias e enxergar relações com as experiências de infância destes “vivazes jovens humanos”.

4 A CONFERÊNCIA DA CASA BRANCA DE 1930 SOBRE PROTEÇÃO E SAÚDE DA CRIANÇA

Este capítulo tem o objetivo de analisar a Conferência da Casa Branca de 1930 sobre proteção e saúde da criança – *White House Conference on Child Health and Protection* –, observando a partir dela o confronto de representações de infância, de família e de educação. A análise desta conferência pressupõe a compreensão destes encontros científicos como momentos de debate, circulação e legitimação de ideias. Ainda que este não seja um encontro internacional, como os analisados no primeiro capítulo, ele traz consigo estas mesmas ideias ao reunir diversos sujeitos e se constituir em espaço de troca e confronto, de luta de representações.

A organização e realização desta terceira conferência se dão no âmbito destes confrontos de representações e em suas relações com uma identidade americana. Ela é mais ampla que as duas conferências anteriores – a de 1909 e de 1919 – e traz consigo algumas marcas destes debates sobre a infância que ocorreram no início do século XX em âmbito internacional e nacional. Além de que reflete parte da luta das mulheres pela ampliação dos seus direitos junto a um compromisso com as ações sociais, a qual esteve fundamentada em uma leitura maternalista do papel da mulher (GUY, 1998b) na sociedade e na família.

Na Conferência da Casa Branca de 1930 fica claro o confronto entre os médicos e ativistas do *Children's Bureau* na disputa pelo controle de programas, em suas diferentes concepções de educação e atendimento às mães e crianças. A infância americana e suas condições são objeto de reflexões no decorrer deste evento, principalmente a partir da perspectiva da proteção e da saúde e com a participação de diversos sujeitos.

A conferência também se dá em meio ao contexto estadunidense de crise, devido à quebra da bolsa de Nova York em 1929, e em relação com este ideal de criança americana que é tomado como sinônimo de modernidade: símbolo de progresso e desenvolvimento e futuro da nação. As condições de vida das crianças são tomadas como indicativos de modernidade – razão, ciência e certezas – ao mesmo tempo em que devem se adequar a este ideal de indivíduo americano para que a criança possa, no futuro, servir a nação. Com isso, este capítulo problematiza essa conferência, a partir de sua organização e representações em circulação, analisando os relatórios preliminares (WASHINGTON, 1930), os discursos e resumos (WASHINGTON, 1931) e dois de seus produtos: o *Children's Charter* e os Boletins de Acontecimentos.

A década de 30 trazia para as políticas públicas e para as famílias estadunidenses as dificuldades decorrentes da Grande Depressão. Famílias e crianças vivenciaram experiências diferentes durante este momento, testemunhando um conjunto de mudanças que refletiam um “(...) ideal de infância americana moderna na cultura popular, no direito e nas políticas públicas.”⁸⁴ (LINDENMEYER, 2005, p.3). Preocupados com as condições das crianças e das famílias e sem saber ao certo quais medidas tomar para enfrentar os problemas trazidos pela crise econômica, o governo e ativistas sociais acreditavam que era necessário buscar formas de ajudar as famílias para garantir o futuro (CHILDREN’S BUREAU, 1967):

A maioria dos adultos provavelmente concordava com o presidente de que as crianças tinham direito à proteção, mas havia pouco consenso nacional sobre como isto deveria ser alcançado, ou exatamente quais anos da vida abrangiam a infância dos mais jovens cidadãos americanos.⁸⁵ (LINDENMEYER, 2005, p.26, tradução minha).

Em julho de 1929 o presidente Herbet Hoover convoca a realização da conferência para estabelecer novos padrões de bem-estar, saúde e proteção das crianças a fim de tentar alcançar alguns consensos sobre como garantir a proteção das crianças e com isso salvaguardar o futuro. Ele define os comitês de planejamento da conferência e convoca Grace Abbot, chefe do Children’s Bureau no período, para participar da organização juntamente com outros médicos. Diferentemente da conferência de 1919, o *Children’s Bureau* não atua como a principal agência organizadora deste encontro e ela traz uma pluralidade maior de posições e de representações de infância.

A partir do convite do presidente, ela foi preparada por 1200 pessoas durante 16 meses (YARROW, 2009 p.5), os quais estavam organizados em quatro seções: serviços médicos, serviço público de saúde e administração, educação e treinamento e deficientes⁸⁶. Todos os convidados tiveram de julho de 1929 a novembro de 1930 para desenvolver pesquisas a fim de, como declara o presidente Hoover: “estudar o status atual da saúde e do bem-estar das crianças dos Estados Unidos e suas posses; relatar o que tem sido feito; recomendar o que deve ser feito e como fazê-lo.” (WASHINGTON, 1931, p.V)⁸⁷.

⁸⁴ “(...) an ideal of modern American childhood in popular culture, law and public policy.” (LINDENMEYER, 2005, p.3).

⁸⁵ “Most adults probably agreed with the president that children had a right to protection, but there was little national consensus on how that should be accomplished, or even exactly what years of life encompassed childhood for America’s youngest citizens.” (LINDENMEYER, 2005, p.27).

⁸⁶ Respeito aqui a tradução literal do termo “handicapped”, sem fazer nenhuma adequação ao termo utilizado atualmente em português: “pessoas com deficiência”.

⁸⁷ “To study the present status of the health and well-being of the children of the United States and its possessions; to report what is being done ; to recommend what ought to be done and how to do it.” (WASHINGTON, 1931, p.V).

Ela ocorreu de 19 a 22 de novembro de 1930 e contou com a presença de 3000 pessoas durante a realização do evento (WASHINGTON, 1931). As sessões foram transmitidas por rádio para que o público em geral também tivesse acesso ao que estava sendo discutido (CHILDREN’S BUREAU, 2012b). No total participaram dez vezes mais pessoas que nos dois eventos anteriores (MARSHALL, 2008).

O cartaz desta Conferência (Figura 11) nos chama atenção pela expressão da criança e do adulto que ela se torna no futuro: carregando o mesmo olhar ambos olham para frente como se estivessem determinados a construir o futuro, tendo detrás deles a imagem da Casa Branca e a bandeira flamejante dos Estados Unidos. Eles carregam a promessa do cartaz: “A criança de hoje é o cidadão do amanhã”. A “devoção ao bem-estar da criança” – dentro do coração – representa o compromisso de uma nação com o seu progresso e com a solução dos problemas postos pela crise financeira. Ela representa uma mensagem de alento e esperança diante da necessidade de mudanças e da formação e educação dos cidadãos para garantir esse futuro.



Figura 11 – Cartaz da Conferência sobre saúde e proteção das crianças (1930).
 Fonte: The National White House Conference poster, “Devotion to Child Welfare,” 1930 (CHILDREN’S BUREAU, 2012b, p.61)

A conferência abordou temáticas diversas através de sua organização e incluiu representantes de vários departamentos – saúde, educação, trabalho –, de diversos setores civis da sociedade e de organizações particulares, observando-se nos relatórios do congresso o confronto de posições do Bureau e de outros especialistas. O Bureau era o principal defensor da filosofia “*the whole child*”, a qual também foi defendida por alguns outros subcomitês desta conferência.

O organograma abaixo (Figura 12) mostra a organização da conferência em grupos administrativos responsáveis pelo planejamento, administração e informação pública.⁸⁸ Muitas pessoas que participavam destes centros administrativos também faziam parte das seções responsáveis pelas pesquisas ou estavam incluídas em mais de um deles. Grace Abbot, por exemplo, integrava o comitê de planejamento e o comitê executivo. Julia Lathrop, a chefe anterior do *Children’s Bureau*, fazia parte do comitê de planejamento e também coordenava um subcomitê da seção III.

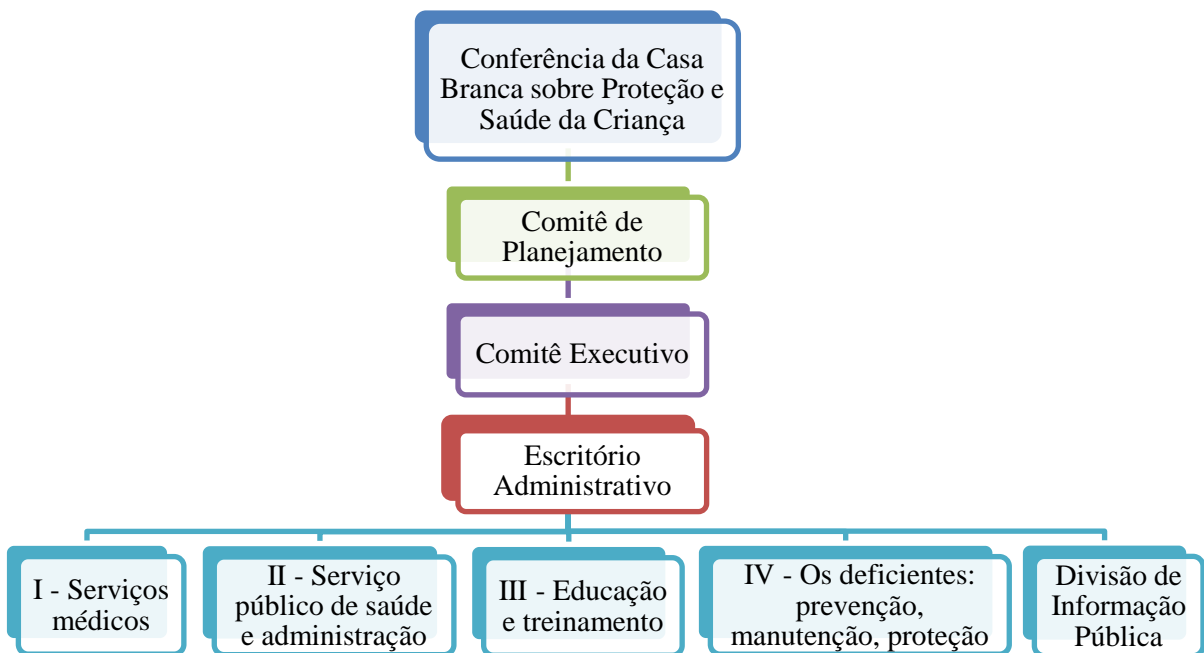


Figura 12 – Organograma da organização da conferência de 1930
Fonte: Washington (1932).

Assim, havia quatro seções responsáveis pela realização de pesquisas e levantamento de informações para a realização do evento. Eles estavam organizados em 18 comitês e 138

⁸⁸ Este organograma foi simplificado para a análise no corpo do texto. Em anexo se encontra o organograma completo original em inglês.

subcomitês, sendo que a maioria deles – em um total de 153 – indicaram um presidente (chairman), responsável por organizar as pesquisas. Eles estavam distribuídos da seguinte maneira⁸⁹ (Tabela 1):

Tabela 1 – Quantitativo de comitês e subcomitês por seção da Conferência da Casa Branca de 1930

	Seção I Serviços médicos	Seção II Serviço público de saúde e administração	Seção III Educação e treinamento	Seção IV Os deficientes: prevenção, manutenção, proteção.
Comitês	3	3	8	4
Subcomitês	19	13	73	33

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de Washington (1930).

O comitê com o maior número de subdivisões é o da seção III, de educação e treinamento⁹⁰. Apesar de quantitativamente este número grande de subcomitês parecer indicar uma quantidade maior de dados e pesquisas sobre educação, a maior parte deles se dedica a análise de temas referentes à educação em sua relação com um sistema escolar de saúde. Ou seja, o foco principal não está posto somente na educação, metodologias, disciplinas, professorado, mas em sua interface da educação com a saúde. Assim, observa-se que os temas discutidos dentro da conferência estão continuamente em relação com as áreas indicadas pelo título da conferência: saúde e proteção da criança.

A análise dos relatórios preliminares da conferência (WASHINGTON, 1930) permite observar que a divisão das seções nestes comitês e subcomitês responde a uma organização das pesquisas científicas, visto que eram assignados presidentes diretamente relacionados a cada uma das temáticas abrangidas. Com isso a seção I, por exemplo, contava principalmente com médicos pediatras, neurologistas, obstetras e ginecologistas. Havia três mulheres dentro desta seção, as quais coordenaram as seções de enfermagem, serviço médico social e atividades nutricionais. Os outros homens eram: um engenheiro e administrador da saúde pública que coordenaram o subcomitê sobre questionários e estatísticas e um dentista responsável pela parte de odontologia e higiene oral.

Ao analisarmos a quantidade de homens e mulheres presentes, observamos a presença majoritária masculina, principalmente nas seções mais diretamente relacionadas à área da saúde e medicina. Tanto na seção I (serviços médicos) quanto na II (serviço público de saúde

⁸⁹ Os apêndices 1, 2, 3 e 4 (p.99) trazem a listagem completa de todos os comitês e subcomitês da conferência de 1930 sobre proteção e saúde da criança.

⁹⁰ É importante considerar que cada comitê tem distribuições diferentes da quantidade de subcomitês e que dentro de cada uma das três primeiras seções há um comitê que optou por não indicar subdivisões, realizando o trabalho de pesquisa de maneira coletiva.

e administração) as mulheres eram marcadamente minorias. Contudo, elas representavam grande parte das pessoas envolvidas na seção III (educação e treinamento) e também na IV (os deficientes). A tabela abaixo (Tabela 2) apresenta a quantidade de homens e mulheres que estavam coordenando as pesquisas de cada subcomitê ou dos comitês na posição de presidentes.

Tabela 2 – Quantidade de homens e mulheres nas seções e organização da Conferência

	Homens	Mulheres	Total
Seção I - Serviços médicos	18	3	21
Seção II - Serviço público de saúde e administração	15	1	16
Seção III - Educação e treinamento	53	28	81
Seção IV - Os deficientes: prevenção, manutenção, proteção.	27	11	38
Total	113	43	156

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de Washington (1930).

Uma análise mais atenta sobre os espaços que as mulheres ocupavam na organização da conferência nos mostra que elas representavam quase 40% das pessoas que faziam parte do comitê de planejamento: eram dezessete homens e onze mulheres. Dentro deste comitê havia três mulheres que também integraram outros comitês de pesquisa, enquanto as outras somente participaram do planejamento da conferência. Além delas havia mais duas mulheres, uma no escritório administrativo central e outra na divisão de informação pública. Verifica-se assim um total de 43 mulheres coordenando comitês ou subcomitês de pesquisa e outras dez mulheres envolvidas somente com as seções administrativas, totalizando cinquenta e três mulheres dentro da Conferência de 1930.

Entretanto, há uma marca nos espaços que essas mulheres ocupam dentro das áreas de pesquisa. Elas não estavam coordenando temas específicos de saúde das crianças ou das mulheres nem estavam presentes nos comitês sobre legislação. Elas foram responsáveis por comitês relacionados ao trabalho infantil, às relações com a comunidade e a família, a gestão dos sistemas públicos de saúde, enfermagem e sobre a educação de crianças com deficiência. Sua presença dentro da conferência estava relacionada ao âmbito de ação da era progressista, dando ênfase aos direitos civis das crianças e das mulheres e a uma luta por uma criação de um Estado de Bem-Estar Social que oferecesse condições mínimas para todos.

Assim, observa-se que as mulheres do *Children's Bureau*, enfermeiras e assistentes sociais, apesar de estarem fortemente presentes na organização da conferência, estavam circunscritas a alguns espaços e áreas de pesquisa, trazendo dentro dessas áreas suas discussões, as quais eram postas no debate a partir de uma perspectiva feminina que alicerçava o direito das crianças à ampliação dos direitos das mulheres.

Nos materiais preliminares do congresso⁹¹ observa-se a importância da demarcação deste lugar científico que cada uma das pesquisas e sujeitos ocupava. A função desta publicação era a de permitir que todos que participaram da conferência estivessem familiarizados com os estudos realizados pelos comitês, os quais foram a base das discussões que foram realizadas. Assim, o relatório preliminar da conferência foi enviado para cada um dos convidados para que pudessem ter acesso às pesquisas desenvolvidas antes da realização do evento. Os relatórios indicam sempre o inacabamento e são sucintos em muitas de suas explicações devido a seu caráter de “prévia” do material antes da realização da conferência. Assim, o relatório preliminar consiste na:

soma dos resultados do ano de pesquisa e deliberação por parte dos muitos comitês que compuseram as quatro seções da Conferência. Preliminares em caráter, o material aqui disponibilizado foi reunido e publicado antes da reunião da Conferência para que todos os que participam nela tivessem a oportunidade de se familiarizar com e estudar os fundamentos das matérias que formarão a base da discussão.⁹² (WASHINGTON, 1930, p.IX, tradução minha).

Apesar dos diferentes lugares que os sujeitos ocupam na configuração do congresso, este material preliminar indica a intenção de formação de um grupo de discussões reunido em torno de temas específicos ao redor da criança. Os comitês trazem indicações sobre trocas feitas entre si, avançando nas discussões segundo o que estava sendo realizado em outros grupos. O comitê sobre a “criança pequena e a em idade escolar” anuncia, por exemplo, que irá estudar todos os jardins de infância, exceto aqueles dentro das escolas públicas, pois eles compõem parte do estudo do comitê sobre a “criança em idade escolar” (WASHINGTON, 1930, p.152).

As exposições e relatos de cada um dos comitês também seguem uma organização bastante semelhante. Elas geralmente começam com uma apresentação geral dos objetivos deste comitê e/ou subcomitê, apresentam suas metodologias e procedimentos científicos,

⁹¹ Os relatórios preliminares da Conferência de 1930 foram todos lidos na íntegra e analisados e tabulados a partir de conceitos chaves extraídos da leitura.

⁹² “It is the summation of the results of the year of research and deliberation on the part of the many committees which compose the four sections of the Conference. Preliminary in character, the material herein made available has been assembled and published prior to the convening of the Conference so that those who participate in it may have opportunity to familiarize themselves with and study the groundwork of the subjects which will form the basis of the discussion.” (WASHINGTON, 1930, p.IX). Fala pronunciada na abertura da conferência.

discorrem sobre os temas propostos e apresentam, ao final, recomendações sobre o que deve ser feito e como fazê-lo. De certo modo, seguem o orientado pelo presidente Hoover no momento de convocação desta terceira conferência quando afirmava que o objetivo da conferência era informar o estado atual e dizer o que devia ser feito.

Tanto o modo de disposição dos estudos e seus dados quanto a linguagem utilizada indicam a importância da ciência nos estudos sobre as crianças e a sociedade. A ciência é tomada como linguagem universal que permite trocas entre os sujeitos de diferentes grupos, que legitima seus discursos e que justifica a importância de que a família e o público sejam educados. São estes sujeitos, partícipes da construção da ciência nas mais diversas áreas, os profissionais escolhidos e convocados pelo presidente para discutir as condições da infância nos Estados Unidos:

Estes experts nos variados campos da vida infantil fizeram um serviço, amplamente voluntário, os resultados dos quais são imensuráveis. Eles representam um esforço consciente por parte das pessoas em ponderar o progresso em termos do seu mais sensível indicador: suas crianças.⁹³ (WASHINGTON, 1931, p.VII, tradução minha).

As crianças são apontadas neste prefácio escrito por Ray Lyman Wilbur – médico, presidente do comitê de planejamento e secretário de interior – como o mais sensível indicador de progresso, seja porque elas são consideradas como as que mais sofrem os efeitos da crise, quanto pela esperança que lhes é depositada como futuro e projeto de modernidade. A leitura dos materiais do congresso indica que a ciência era vista como uma ferramenta a serviço do progresso, oferecendo respostas e as soluções necessárias.

Neste caso específico, o olhar da medicina coloca sobre a criança a condição de desenvolvimento e plasticidade própria deste momento de vida: as quais lhe conferem especificidade na medida em que compreende a criança como sujeito educável segundo os ideais americanos e que necessita de condições e abordagens próprias. Ray Lyman Wilbur também afirmou em seu discurso na abertura da conferência que:

Nós estamos, acredito eu, convencidos, também, que a criança não deve ser usada como tubo de ensaio para programas obstinados, sem nenhum acordo com base na ciência ou em fatos, e que aqueles que desenvolvem métodos sem preparação científica são geralmente o maior dano no manejo da infância.⁹⁴ (WASHINGTON, 1931, p.19)

⁹³ “These experts in the various fields of child life gave a service, largely voluntary, the results of which are immeasurable. It represents a conscientious effort on the part of a people to weigh their progress in terms of that most sensitive index—their children.” (WASHINGTON, 1931, p.VII).

⁹⁴ “We are, I think, convinced, too, that children should not be used as test-tubes for opinionated programs, with no worked-out basis of science or of fact, and that those who have developed methods without scientific reparation are often of the greatest harm in the handling of our childhood.” (WASHINGTON, 1931, p.19)

É com base nesta compreensão sobre o papel da ciência, que ela é utilizada como linguagem que organiza e legitima cada um dos relatórios. Cada subcomitê apresenta a metodologia científica utilizada no desenvolvimento de suas pesquisas e em seus levantamentos de dados. A maior parte deles inicia indicando a metodologia utilizada e expondo com clareza a forma como a pesquisa foi realizada, conferindo credibilidade aos dados apresentados e demarcando o lugar desde o qual estes sujeitos compreendem as ideias de proteção e saúde da criança.

Assim, os relatórios apresentam dados próprios, fruto de suas pesquisas durante o ano de preparação para a conferência, ou ainda de outras agências de pesquisa e do governo dos Estados Unidos, como do *Children's Bureau* ou do *Census Bureau* – os quais são frequentemente citados. Neste sentido, o subcomitê de “recreação e educação física”, por exemplo, afirma que: “Foi feito um **estudo cuidadoso** dos catálogos de cursos de graduação de quatro anos em educação física e recreação (...). Esta **análise qualitativa** está incluída no relatório em uma tabela de frequência.”⁹⁵ (WASHINGTON, 1930, p.309, tradução minha, grifos meus). O subcomitê sobre a “criança pequena e pré-escolar” também destaca:

Depois de uma discussão considerável, este comitê entendeu que o **melhor procedimento** (...) foi fazer um tipo de **censo** perguntando algumas questões que nos trariam uma imagem da vida cotidiana da criança.⁹⁶ (WASHINGTON, 1930, p.170, tradução minha, grifos meus).

Entretanto, do mesmo modo como a ciência produz e legitima os discursos desta conferência, os profissionais envolvidos em sua realização se enfrentam com as dificuldades impostas pela crise, com as mudanças trazidas pelo processo de urbanização e industrialização da sociedade e com a configuração de um estado de bem-estar liberal. Ou seja, o discurso da modernidade, ao mesmo tempo em que orienta a produção de novos sentidos a partir da ciência, traz consigo e dá visibilidade à pobreza, à mortalidade infantil e maternal e ao desemprego. Além de problemáticas próprias do período devido a Grande Depressão. Neste sentido, o presidente Hoover declara na abertura do congresso que:

possam vocês, que se encontram aqui, encontrar em suas deliberações novo combustível com o qual possam iluminar esta chama do progresso, para que esta ocasião seja marcada com um brilho novo que novamente nos colocará no caminho

⁹⁵ “A careful study was made of catalogs giving a 4-year course with a degree in physical education and recreation (...). This qualitative analysis is included in the report in a table of frequencies.” (WASHINGTON, 1930, p.309).

⁹⁶ “After considerable discussion, the committee felt that the best procedure (...) was to make a kind of census by asking a number of questions which would give a picture of the daily life of the child.” (WASHINGTON, 1930, p.170).

através do aglomerado de complexidades da vida moderna.⁹⁷ (WASHINGTON, 1930, p.13, tradução minha).

Esta contradição pode ser observada em alguns dos discursos da Conferência, quando os participantes ora apresentam os benefícios das implicações da urbanização e da industrialização ora a criticam por trazer novos modelos que descontroem a família e impõe desafios na consolidação deste modelo americano. Podemos observar esse confronto, por exemplo, em uma parte do relatório do subcomitê sobre a “família e a educação dos pais” e em outra do subcomitê sobre “delinquência”, o primeiro do comitê III sobre educação e treinamento e o segundo do IV sobre os deficientes. Respectivamente, o primeiro afirma que “quando a máquina é serva do homem ela aumenta o seu lazer, (...) proporciona um amplo e variado campo de atividades de recreação, aumenta a acessibilidade dessas atividades e fornece meios para a rápida propagação do conhecimento.⁹⁸” (WASHINGTON, 1930, p.137, tradução minha). Em confronto com a ideia de que:

(...) nós vivemos em uma época de mudanças (...), nós e nossas crianças nos habituamos a questionar a validade de tudo que é tradicional. Nossa herança das já testadas regras de viver junto, de beleza e força, foram seriamente ameaçadas pela repentina aclamação de que só o que é novo tem valor.⁹⁹ (WASHINGTON, 1930, p.560, tradução minha).

Ou seja, a modernidade, ao mesmo tempo em que traz novas respostas e formas de organizar a vida social implica em um confronto com o ideal de família americana: a mãe precisa sair de casa para trabalhar, a criança precisa de novos espaços dentro da cidade, a crise leva ao desemprego. Simultaneamente, a ciência promove novos conhecimentos sobre a criança, sobre a forma como ela aprende e reconhece algumas especificidades da infância. A criança passa a ter um lugar próprio, a escola, e progressivamente se afasta do mundo do trabalho.

Ao mesmo tempo, a criança como promessa do adulto do futuro precisa enfrentar os problemas que estão postos pela crise, sendo necessário modificar suas condições para que ela seja bem educada para o futuro e possa adequar-se ao progresso e a civilização visto que condições como a pobreza ou a mortalidade infantil não representam estes ideais. Wilbur

⁹⁷ “May you who are meeting here find in your deliberations new fuel with which to light this flame of progress so that this occasion may be marked with a fresh luster that will set us anew on the road through the crowding complexities of modern life.” (WASHINGTON, 1930, p.13).

⁹⁸ “When the machine is a servant of man it increases his leisure, improves the comfort and safety of physical living, provides a large and varied field of activities for recreation, increases the accessibility of these activities, and furnishes means for the rapid spread of knowledge.” (WASHINGTON, 1930, p.137).

⁹⁹ “(...) we live in an age of challenge (...) values in what is old and stable, we have largely habituated ourselves and our children to question the validity of all that is traditional. Our heritage of the tried rules of living together, of beauty and of strength, has been seriously threatened in the sudden acclaim that only that has worth that is new.” (WASHINGTON, 1930, p.560).

afirma que: “Nós todos temos em comum um objetivo, que é o de preparar a criança americana fisicamente, mentalmente e moralmente mais completa para enfrentar as responsabilidades do amanhã do que nós fomos capazes de enfrentar as do hoje.”¹⁰⁰ (WASHINGTON, 1931, p.15, tradução minha). O comitê IV, sobre os deficientes, apresenta a pobreza e a ignorância como causas das doenças físicas, mentais e sociais que afetam as crianças. Para que a sociedade possa progredir, é preciso enfrentar esses problemas através da educação das pessoas:

É adequado que as organizações unidas interessadas nos deficientes liderem esta guerra contra a doença, ignorância, e pobreza visto que as crianças deficientes nos quais elas estão interessadas são a maior evidência objetiva da falha da sociedade em controlar a doença e eliminar a pobreza e a ignorância.¹⁰¹ (WASHINGTON, 1930, p.340, tradução minha).

A educação dos indivíduos assume um papel importante dentro deste panorama. O estado de bem-estar liberal que se construiu nos Estados Unidos no começo do século XX pressupõe uma intervenção limitada e o respeito à liberdade de escolha e de ação dos indivíduos. Com base nesta ideia, a luta contra as questões de pobreza e de ignorância passa por uma dimensão individualizada, pois é a promoção de oportunidades para todos os sujeitos que permite que o progresso seja alcançado e que se construa uma nação democrática. Sempre a partir da ação de cada indivíduo e não da proteção do Estado.

O material da conferência com os discursos proferidos na abertura da conferência contém o discurso do presidente Hoover, de Ray Lyman Wilbur, de James J. Davis (secretário do Trabalho) e de Martha Van Rensselaer (professora na Universidade de Columbia da disciplina de economia doméstica). Cada um destes sujeitos traz consigo marcas dos lugares desde onde são proferidos. Com isso, Hoover destaca a importância de se proteger a família e de educar os indivíduos na promoção e na ênfase do futuro; Ray Lyman Wilbur se preocupa com as questões de saúde e de mortalidade de crianças e mães; James J. Davis ressalta a importância do *Children's Bureau* como órgão federal que promove a discussão sobre “*the whole child*”; e Martha Van Rensselaer sobre a educação da família e sua relação com a criança.

Eles entram em confronto em algumas de suas posições e fazem essa defesa já neste discurso. Desta forma, observa-se, por exemplo, a forte defesa, por parte do secretário do

¹⁰⁰ “We all have a common aim, which is to prepare the American child physically, mentally, and morally more fully to meet the responsibility of tomorrow than we have been able to meet that of today.” (WASHINGTON, 1931, p.15).

¹⁰¹ “It is fitting that the united organizations interested in the handicapped should lead in this warfare against disease, ignorance, and poverty since the handicapped children in whom they are interested are the most appealing objective evidence of society's failure to control disease and to eliminate poverty and ignorance.” (WASHINGTON, 1930, p.340).

trabalho, da importância da ação do *Children's Bureau* e de que ele reúna todos os estudos e levantamentos de dados sobre a criança – sua missão de investigar e informar – e que continue sendo o departamento responsável pelas atividades relativas à saúde das crianças. James J. Davis enfaticamente afirma que “Nós sabemos por experiência que nós tornaríamos o [Children's] Bureau um filho deficiente se subtraíssemos qualquer uma de suas funções ou limitássemos o seu escopo”.¹⁰² (WASHINGTON, 1931, p.32, tradução minha). E ainda acrescenta que:

o *Children's Bureau* tem em seu staff especialistas em todas essas áreas e nós temos sido especialmente gratos pelo ótimo serviço que tem sido executado pelos distintos pediatras, obstetras, advogados e cientistas sociais que tem servido em seus comitês consultivos. Esta conferência só foi possível por causa da colaboração dos especialistas em todas essas áreas. Que os especialistas discordem é axiomático, mas, eu estou certo, nós devemos ter acordo suficiente nesta Conferência para avançar nas causas das crianças, como o fizeram as Conferências de 1909 e a de 1919.¹⁰³ (WASHINGTON, 1931, p.33, tradução minha).

James J. Davis enunciava neste discurso inicial um dos grandes debates que ocorreram na Conferência de 1930. Nesta conferência, médicos que compunham o Comitê sobre Organização da Saúde Pública recomendaram que todas as funções federais de saúde fossem transferidas para o Serviço Público. Nos materiais preliminares, este comitê já expunha a seguinte recomendação:

que a consolidação das atividades federais de saúde seja fornecida por decreto do Congresso, especificamente autorizando a transferência de funções, juntamente com o pessoal e as necessárias apropriações para o seu sustento, da Divisão de Estatísticas Vitais do *Census Bureau* para o Serviço Público de Saúde, e das atividades de saúde das Divisões de Higiene Infantil e de Maternidade e Infância do *Children's Bureau* para o Serviço Público de Saúde, exceto na medida em que estes últimos estejam preocupados com estudos de saúde inseparáveis e indispensáveis das funções do Bureau na área de proteção das mães e crianças.¹⁰⁴ (WASHINGTON, 1930, p.80, tradução minha).

Grace Abbot, chefe do *Children's Bureau* desde 1921, se opôs a transferência dos trabalhos realizados por seu departamento para o serviço público federal, afirmando que as

¹⁰² “We know from experience that we would make of the Bureau a handicapped child if we subtracted any of its functions or otherwise limited its scope.” (WASHINGTON, 1931, p.32).

¹⁰³ “The *Children's Bureau* has on its staff specialists in all these fields and we have been especially grateful for the great service which has been rendered by the distinguished pediatricians, obstetricians, lawyers, and social scientists who have served on its advisory committees. This Conference has been possible because of the collaboration of specialists in all these fields. That specialists disagree is axiomatic but, I am sure, we shall have at this Conference sufficient agreement to advance the cause of children as did the Conference of 1909 and that of 1919.” (WASHINGTON, 1931, p.33).

¹⁰⁴ “That consolidation of federal health activities be provided for by Congressional act, specifically authorizing the transfer of the functions together with the personnel and necessary appropriations for their support, of the Division of Vital Statistics of the Bureau of the Census to the Public Health Service, and the health activities of the Divisions of Child Hygiene and of Maternity and Infancy of the *Children's Bureau* to the Public Health Service, except so far as these latter are concerned with health studies inseparable from and indispensable to the functions of this Bureau in the field of welfare of women and children.” (WASHINGTON, 1930, p.80).

necessidades das crianças deveriam ser consideradas como um todo por uma agência governamental, função que o *Children's Bureau* vinha exercendo desde a sua fundação (CHILDREN'S BUREAU, 2012b; ABBOTT, 1931, p.62). Outros congressistas também se opuseram a transferência de responsabilidades do Bureau para outro departamento, incluindo-se médicos e outros trabalhadores sociais.

O jornal "United States Daily" publicou um suplemento ao jornal contendo a transcrição das conferências e debates realizados. Foi possível verificar que a discussão sobre esta transferência de ações e recursos ocorreu no terceiro dia da conferência dentro do comitê de "administração e serviço de saúde pública" e se iniciou devido a uma discussão sobre o teor dos materiais publicados após a conferência. Alguns dos presentes se preocuparam se os relatórios dos comitês considerariam as opiniões defendidas durante a conferência, de modo a não expor as contradições presente no material preliminar, o qual, segundo eles, só chegou aos congressistas de dois a três dias antes da conferência (UNITED STATES DAILY, 1931, p.35).

A presidente da seção IV-A se posiciona fortemente contra a transferência de ações do *Children's Bureau* e contra o livro com os relatórios preliminares devido à falta de clareza sobre se ele deveria trazer posicionamentos diferentes ou não. Assim, Mrs. Kate Burr Johnson afirma:

meu comitê foi dado a entender que não seriam trazidos temas controversos. Quando nós começamos o nosso trabalho era opinião do comitê que deveria ser incluído em nosso relatório uma declaração pedindo pela extensão do *Children's Bureau*, o qual está incluído, e em acréscimo, que o trabalho pela criança e maternidade fosse mantido no *Children's Bureau*, mas desejando se adequar ao parecer de que temas controversos deveriam ser deixados fora, nós o deixamos fora. Se tivéssemos sabido que outras seções incluiriam pareceres quanto à remoção do trabalho pela criança e maternidade do *Children's Bureau*, a seção A da divisão IV teria trazido a recomendação de que ele fosse mantido no *Children's Bureau* e isto teria estado no relatório impresso.¹⁰⁵ (UNITED STATES DAILY, 1930, p.35, tradução minha)

O registro trazido por este jornal, o qual tinha o objetivo de ocupar um papel distinto na vida das pessoas americanas ao trazer um registro completo das atividades do Governo dos Estados Unidos sem opinião editorial ou comentários próprios (UNITED STATES DAILY,

¹⁰⁵ "My Committee was given to understand that there would be no controversial subjects brought in. When we began our work it was the opinion of the Committee that we should include a statement in our report asking for the extension of the *Children's Bureau*, which is included, and in addition to that, that the infant and maternity work be retained in the *Children's Bureau*, but wishing to conform to the opinion that controversial subjects should be left out, we left it out. Had we known that other sections would include statements in regard to removing the infancy and maternity work from the *Children's Bureau*, Section A of Division IV would have brought in a recommendation that it be retained in the *Children's Bureau* and that would have been in the printed report." (UNITED STATES DAILY, 1930, p.35).

1931)¹⁰⁶, mostra o posicionamento de várias pessoas, em sua maioria mulheres, contra a remoção de qualquer atividade realizada pelo *Children's Bureau*. Este posicionamento, ainda que amplamente posto neste debate, representa segundo Miss Goldmark a objeção deste grupo contra a maioria das opiniões do comitê. Miss Wells toma a palavra para trazer ao conhecimento dos presentes uma declaração assinada por doze movimentos de mulheres contra a transferência de qualquer tipo de ação do Bureau. Ela relata que estas mulheres entraram em contato com ela logo após a publicação do material preliminar da conferência a fim de manifestarem a sua opinião sobre este considerado relatório oficial.¹⁰⁷

Este confronto representa uma oposição entre a ação dos médicos e do *Children's Bureau* ao mesmo tempo em que coloca em pauta uma discussão sobre a ideia da “*whole child*”. Este debate também vem acompanhado de posicionamentos sobre o estatuto de ciência que pode ser conferido às ações do Bureau e aos saberes médicos. A defesa de Miss Goldmark vem no sentido de argumentar que a especificidade da ciência implica na necessidade de um organismo específico somente para tratar da infância, o *Children's Bureau*, enquanto a médica Alice Hamilton se posiciona confirmando o caráter científico das ações do Bureau:

Eu falo como alguém que já esteve tanto no trabalho social quando no trabalho de saúde pública, e eu sinto fortemente que o trabalho pela infância e maternidade do *Children's Bureau* pertence quase igualmente a ambos os campos. Certamente, se a parte social fosse eliminada do trabalho, ele não seria nem de perto tão efetivo. Eu sinto dizer que acredito que a razão social seria melhor levada pelo *Children's Bureau* do que pelo Serviço de Saúde Pública. Além do mais, eu penso que é uma grande pena intimar, como tão frequentemente é feito, que o trabalho do *Children's Bureau* é trabalho leigo quando oposto ao trabalho médico. Miss Abbott tem em seu staff médicos capazes e uma grande variedade de consultores (...).¹⁰⁸ (UNITED STATES DAILY, 1930, p.34, tradução minha).

¹⁰⁶ No sentido de teorizar a fonte utilizada é importante pontuar que a própria opção por não trazer comentários ou opiniões já representa o sentido atribuído a este jornal por seu corpo editorial: ele traria os fatos – segundo a perspectiva do jornal, suas seleções de matérias e forma de organização – a fim de que eles ocupassem um papel importante na vida das pessoas ao saberem exatamente o que acontecia no governo.

¹⁰⁷ Esta declaração foi assinada pela Associação Americana de Mulheres Universitárias, Federação Americana de Professoras, Associação Americana de Economia Doméstica, Associação Americana de Enfermeiras, Conselho de Mulheres das Missões Domésticas, Conselho Nacional da Associação de Jovens Mulheres Cristãs, Congresso Nacional de Pais e Professores, Liga Nacional dos Consumidores, Conselho Nacional das Mulheres Judias, Liga Nacional das Mulheres Eleitoras, Liga do Sindicato das mulheres da America e pela *Service Star Legion*.

¹⁰⁸ “I speak as one who has been in both social work and public health work, and I feel very strongly that the maternity and infancy work of the *Children's Bureau* belongs almost equally in both fields. Certainly if the social part were eliminated the work would be not nearly so effective. I am sorry to say that I believe that the social end of it would be better carried out by the *Children's Bureau* than by the Public Health Service. Moreover, I think it is a great pity to intimate, as so often is done, that the work of the *Children's Bureau* is lay work as opposed to medical work. Miss Abbott has on her staff able physicians and she has a great many very able consultants (...).” (UNITED STATES DAILY, 1930, p.34)

Alice Hamilton valoriza o trabalho feito pelo *Children's Bureau* ao defender o seu caráter científico, distanciando-o da ação leiga e aproximando-o do trabalho realizado pelos médicos. A sua defesa também chama a atenção pela valorização do caráter social das ações do Bureau, o que remete a uma perspectiva adotada por este departamento ao considerar questões sociais na análise e no planejamento de seus trabalhos.

Este confronto, claramente exposto na conferência, coloca de um lado médicos e a ciência e do outro as mulheres e sua defesa de um trabalho que considere todos os tipos de estudos relativos às crianças. No final desta seção, Cumming, presidente deste comitê, afirma que ao menos levará ao comitê de planejamento e ao futuro comitê de continuação a informação de que os trabalhadores sociais da nação se opõe a retirada de funções do Bureau (UNITED STATES DAILY, 1930, p.35). Ele reafirma este lugar de confronto no qual o Bureau se situa.

No final da conferência, os presentes votaram pela não transferência das ações do *Children's Bureau* para este departamento de saúde pública e ele manteve sua função de cuidar de todas as investigações sobre as condições das crianças, mas o debate esteve claramente posto e mostra o caráter plural destes eventos científicos. Eventos nos quais sujeitos com diferentes posicionamentos se encontravam e colocavam em circulação suas diferentes representações.

Ainda que distintos desde os lugares que ocupam e os posicionamentos que defenderam na conferência, todos os discursos de abertura da conferência e os relatórios dos comitês e subcomitês trazem consigo a defesa da ação do estado junto às comunidades e respeitando a liberdade dos indivíduos. O quadro abaixo (Quadro 4) traz um trecho de cada um dos três últimos discursos da abertura, todos preocupados em reafirmar o âmbito de ação e decisão da Conferência de 1930.

Desde um lugar privilegiado, legitimado por ser um encontro oficial do governo dos Estados Unidos, estes sujeitos ao mesmo tempo em que ressaltaram a importância de que fossem pensados e definidos padrões mínimos de proteção e de saúde para as crianças, de que houvesse uma ampliação das legislações sobre trabalho infantil e sobre escolarização obrigatória, defendiam a importância de que a ação do governo federal não fosse intrusiva e sim responsável por reunir informações e elaborar premissas que fossem levadas para as pessoas que estavam em constante contato com as crianças. O fazem desde lugares distintos e a partir de diferentes concepções sobre a infância e a criança, no entanto é possível observar algumas destas similitudes.

Ray Lyman Wilbur	James J. Davis	Martha Van Rensselaer
<p>Me parece que nosso maior perigo em tentar levar os resultados desta conferência é o de dispersar programas ou de centralizá-los demais. (...) Nós queremos um mínimo de legislação nacional nesta área. Ninguém deve ter a ideia de que o tio Sam irá balançar o neném para ele dormir. Apesar disso há muito que pode ser feito através de uma legislação prudente na garantia de informação, em mantê-la atualizada e em enviá-la para diversas partes do País para que seja digerida e compreendida.¹⁰⁹ (WASHINGTON, 1931, p.24-25, tradução minha, grifos meus).</p>	<p>Que a primeira responsabilidade deve ficar com o governo mais próximo – o estado, o condado, o município – é a razão de porque o papel do governo federal na promoção do bem-estar das crianças é o de um cooperador inteligente e interessado, pronto para auxiliar, mas não para controlar ou dificultar.¹¹⁰ (WASHINGTON, 1931, p.32, tradução minha).</p>	<p>Mas esta não é uma conferência de imposição de regras. Ela reuniu e ordenou e ocasionalmente interpretou, ela pacientemente reuniu seus fatos e descobertas (...) e as deposita na porta dos pais, do professor, do líder da juventude, do legislador, do policial, do cuidador das crianças órfãs e dos deficientes.¹¹¹ (WASHINGTON, 1931, p.36, tradução minha).</p>

Quadro 4 – O estado de bem-estar liberal nos discursos da Conferência de 1930

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Washington (1931)

O presidente Hoover expressa este mesmo movimento a partir de uma discussão sobre a democracia e a ação individualizada dos sujeitos, visto que estes processos sociais nos Estados Unidos tomam como base esta compreensão de progresso e sobre o âmbito de ação do Estado:

De fato o progresso humano avança somente quando as crianças se sobressaem aos seus pais. Na democracia, nosso progresso é a soma do progresso dos indivíduos – o qual cada um individualmente alcança em sua capacidade máxima de habilidades e de caráter.¹¹² (WASHINGTON, 1931, p.13, tradução minha).

A família e as definições do papel da mulher e representações de criança e infância foram colocadas em relação com as discussões sobre a modernidade e o caminho que deveria ser trilhado individualmente por cada cidadão a fim de alcançar o progresso. A família é definida por manter sempre “(...) as funções básicas de cuidado e treinamento dos mais

¹⁰⁹ “It seems to me that our greatest danger in trying to carry out the results of this Conference would be to have too scattered a program or to centralize it too much. (...) We want a minimum of national legislation in this field. No one should get the idea that Uncle Sam is going to rock the baby to sleep. There is, though, much that can be done through wise legislation in the securing of information, in the keeping of this information up to date, and in sending it out to all parts of the country as it is digested and understood.” (WASHINGTON, 1931, p.24-25).

¹¹⁰ “That the first responsibility must rest with the nearest government - the state, the county, and the municipality - is the reason why the role that the Federal Government must play in the promotion of the welfare of children is that of an intelligent and interested cooperater, ready to assist but not to control or hamper.” (WASHINGTON, 1931, p.32).

¹¹¹ “But this is not a rule-imposing conference. It has gathered and sorted and occasionally interpreted j it has patiently assembled its facts and findings (...) and lays them down at the door of the parent, the teacher, the leader of youth, the lawmakers, the policemen, the custodian of the homeless and the handicapped.” (WASHINGTON, 1931, p.36).

¹¹² “Indeed human progress marches only when children excel their parents. In democracy our progress is the sum of progress of the individuals—that they each individually achieve to the full capacity of their abilities and character.” (WASHINGTON, 1931, p.13).

jovens, a promoção das tradições, e a construção de uma vida adulta em família que irá formar indivíduos mais capazes de enfrentar a vida que seus pais.”¹¹³ (WASHINGTON, 1930, p.123, tradução minha). E tem em comum o fato de que ela é formada por “(...) marido e esposa, e de nenhuma a muitas crianças (...).”¹¹⁴ (WASHINGTON, 1930, p.550, tradução minha).

A mulher nos moldes da capa das revistas *The Delineator* permanece como o símbolo da família e como o ideal que deve ser seguido por todas as mulheres. Ou seja, segundo esta representação de família e de mulher, é através da maternidade que a mulher se completa e a partir deste papel que ela pode contribuir na construção da modernidade e do progresso. Ray Lyman Wilbur afirmava:

depois que nós determinarmos cada fato científico, depois que erguermos cada salvaguarda pública, depois que tivermos construído cada edifício para a educação ou treinamento ou hospitalização ou brincadeira, ainda assim todas essas coisas são um décimo dos presentes físicos, morais e espirituais que a maternidade dá e que o lar concede. Nenhuma dessas coisas carrega tanto afeto, aquela devoção da alma, que são o grande dote das mães. Nosso propósito hoje aqui é o de considerar e dar a nossa pequenina ajuda para fortalecer a sua mão para que o seu menino e menina possam ter uma chance justa.¹¹⁵ (WASHINGTON, 1931, p.6-7, tradução minha).

A glorificação cultural da mulher pelo seu papel como mãe (BEREBITSKY, 2002) é parte de uma visão tradicional da família. Reforça-se a ideia da família americana e pouco a pouco a área de atuação e de ciência com as quais as mulheres se ocupam se volta para áreas mais específicas, as quais são atribuídas características femininas: o cuidado, a atenção. O ser mãe dentro da esfera pública e privada. Cordeiro (2015), na análise dos primeiros congressos pan-americanos da criança observa que: “(...) a ação feminina era desejada prioritariamente como uma ação maternal e a maternidade será tomada como a grande tarefa, virtude, talento e destino da mulher americana no início de século (...).” (p.183). Tanto os médicos envolvidos na Conferência quanto as mulheres fazem uso do argumento da maternidade na defesa de suas perspectivas e formas de trabalho.

A partir desta representação da mulher americana, a sua ida para o mundo do trabalho representa um perigo na educação das crianças e outras instituições e estudos surgem para *fortalecer a sua mão* e garantir igualdade de oportunidades para as crianças. O homem é o

¹¹³ “(...) the basic functions have been the care and training of the young, the nurturing of traditions, and the building up of an adult family life which will send out individuals better able to face life than were their parents.” (WASHINGTON, 1930, p.123).

¹¹⁴ “(...)with a husband and wife, and from none to many children (...).” (WASHINGTON, 1930, p.550).

¹¹⁵ “After we have determined every scientific fact, after we have erected every public safeguard, after we have constructed every edifice for education or training or hospitalization or play, yet all these things are but a tithe of the physical, moral, and spiritual gifts which motherhood gives and home confers. None of these things carries that affection, that devotion of soul, which is the great endowment from mothers. Our purpose here today is to consider and give our mite of help to strengthen her hand that her boy and girl may have a fair chance.” (WASHINGTON, 1931, p.6-7).

responsável por garantir o “ganha-pão” da família e é a falta de um salário e condições mínimas para ele impelem a mulher a sair de casa:

o lar tradicional sofre: o aumento constante das mulheres na indústria e a tendência de que elas continuem trabalhando depois do casamento tem significado tanto um atraso no casamento ou, para muitos que se casam jovens, este passo tem sido tomado tendo por base pouco mais que uma sala mobiliada. Desta forma, tem de repente aparecido uma forma de vida em família sem casa permanente, ou sem um laço comum das coisas que possuem, ou sem nenhuma perspectiva de arcar com sua responsabilidade comum pelos filhos. Períodos de mudança são períodos de stress. Eles são acompanhados por altas taxas de inadequação e delinquência.¹¹⁶ (WASHINGTON, 1930, p.563, tradução minha).

É neste sentido que as creches são construídas para servir “(...) as crianças das mães trabalhadoras que são compelidas a garantir o ganha-pão por causa da morte, incapacidade, deserção, prisão ou salários inadequados dos pais.”¹¹⁷ (WASHINGTON, 1930, p.364, tradução minha). Observando-se ainda que “nenhum item é mais importante para a criança ou contribui mais para o bem-estar nacional, que o contínuo emprego dos pais com um salário que forneça segurança e um padrão razoável de vida para suas famílias.”¹¹⁸ (WASHINGTON, 1931, p.31, tradução minha).

É dentro deste contexto que a escola vai se configurar como “(...) espaço social por meio do qual era possível tanto garantir a atenção médico-higiênica à infância, quanto intervir sobre as famílias, reorientando suas práticas cotidianas de cuidado e educação das crianças” (ROCHA, 2010, p.2). Há uma mudança de compreensão sobre os lugares que a infância ocupa dentro da modernidade, não só a preocupação com o futuro, mas a infância passa a ser mais bem reconhecida como um momento com necessidades especiais e lugares próprios. A escola é o lugar da infância americana ao final de 1930 (LINDENMEYER, 2005).

O relatório preliminar, por parte da seção III “Educação e Treinamento”, toma a escola por vezes sob uma perspectiva higienista, avaliando o ensino para a saúde e para uma boa saúde mental dos futuros cidadãos, além das práticas de educação física. O médico também é considerado necessário dentro do ambiente da escola para fazer o acompanhamento das

¹¹⁶ “Traditional home suffers: Women's increasing entry into industry and the tendency that they continue working after marriage has meant either delay in marriage or that for many of those who marry young the step is taken on little more than a furnished-room basis. Thus there has rather suddenly appeared a form of family life without permanent home, or without common ties of things owned, or without any immediate prospect of meeting their common responsibility if they have children. Periods of change are periods of stress. They are accompanied by a high rate of maladjustment and delinquency.” (WASHINGTON, 1931, p.563)

¹¹⁷ “The nursery was intended to serve, and today does serve, the children of working mothers who are compelled to be breadwinners because of the death, incapacity, desertion, imprisonment or inadequate wages of the fathers.” (WASHINGTON, 1930, p.364).

¹¹⁸ “No item is more important to the child or contributes more to our national welfare, than the uninterrupted employment of American fathers at a wage which will provide security and a reasonable standard of living for their families.” (WASHINGTON, 1931, p.31)

crianças. Mas, por outras, olha para o espaço escolar sob um ponto de vista que entrecruza análises sobre os sujeitos, tempos e lugares da escola. Neste sentido, pontuam uma grande diversidade de pessoas que devem estar envolvidos no trabalho da escola para garantir a instrução e um programa de educação para a saúde e ambientes higiênicos, são eles: médicos, dentistas, higienistas dentais, enfermeiras, oftalmologistas, psicólogos, professores visitantes, nutricionistas, supervisor de instrução e saúde, coordenador do programa de saúde, professores regentes e professores de educação física (WASHINGTON, 1930).

Também os espaços revelam estes dois olhares sobre a escola. Eles propõem que, para estudar a qualidade dos espaços educativos é necessário considerar os seguintes elementos: proteção contra o fogo, ventilação, aquecimento, iluminação, banheiros, banheiras, bebedouros, armários individuais, tipo do piso, limpeza, equipamentos para o sono e parquinhos. (WASHINGTON, 1930). Além disso, ressalta-se que na educação física é necessário garantir centros atléticos, academias, salas de jogos, piscinas, e salas de apoio (vestiários, armários). Ao lado de espaços ou acessórios que remetem a higienização dos espaços, os parquinhos sempre aparecem – dentro das escolas e até mesmo ocupando os espaços públicos das cidades –, assim como os equipamentos para o sono, considerados pelo comitê sobre a “criança pequena e pré-escolar” como necessários para a prática educativa em creches (nurseries) e pré-escolas (kindergartens).

O processo educativo dentro das escolas é processo de adaptação dos indivíduos à sociedade, de americanização (WARDE, 2011). O comitê sobre “juventude fora de casa e da escola”, ao estudar os processos educativos que ocorrem dentro das *settlement houses*, utiliza este termo para se referir ao processo educativo pelo qual devem passar as crianças imigrantes, indígenas e negras: “os programas frequentemente incluem Americanização, artes e artesanatos, danças, debates e dramatização, ginásio, cuidados da casa, música, educação de adultos (...)”¹¹⁹ (WASHINGTON, 1930, p.363, tradução minha). Ou ainda quando no comitê sobre a “criança em idade escolar” se afirmava que deveria ser destinado mais recursos para a educação das crianças negras “(...) se às crianças negras em idade escolar deve ser dada uma chance igual de saúde e felicidade que as outras crianças na América.”¹²⁰ (WASHINGTON, 1930, p.230, tradução minha)

A americanização não se dá somente através desses projetos intencionais dentro de instituições ou da escola, ela é tomada como sinônimo de modernidade e progresso em

¹¹⁹“The programs frequently include Americanization, arts and crafts, dancing, debating and dramatics, gymnasium, home-making, music, adult education (...)” (WASHINGTON, 1930, p.363).

¹²⁰ “(...) if the Negro school children are to be given an equal chance for health and happiness with other children in America.” (WASHINGTON, 1930, p.230)

práticas denominadas pelos conferencistas de *educação do público*. Ela toma forma como processo educativo que ocorre através de jornais, livros, panfletos e rádio. Todos estes são considerados meios eficazes para ter acesso às pessoas e educá-las (WASHINGTON, 1930). A publicitação das discussões da conferência através do rádio pode ser analisada como uma estratégia de americanização que promove a individualização dos sujeitos na construção da civilização. Neste sentido o presidente Hoover afirmava no discurso de abertura:

Ao me dirigir a vocês que eu vejo diante de mim aqui neste auditório, eu estou consciente dos milhares despercebidos escutando em suas casas, os quais do mesmo modo são verdadeiros membros desta Conferência, pois estes problemas são deles – são as crianças deles cujo bem-estar está envolvido, seus serviços de ajuda são para eles, e a cooperação deles é essencial para levar a um esforço unido e nacional em nome das crianças.¹²¹ (WASHINGTON, 1931 p.6, tradução minha)

Neste ínterim, a infância é representada como categoria abrangente que ora fala das crianças abandonadas, delinquentes, deficientes, negras, indígenas e imigrantes e ora nos fala de crianças que vão à escola e que são o futuro da nação. Simultaneamente, devem ocorrer processos de educação e proteção das crianças, assegurando sua inocência e garantindo o futuro.

As crianças, em seu potencial para o futuro, são tomadas grande parte das vezes como o cidadão que irão se tornar, mas também se reconhecem algumas de suas especificidades e os adultos se voltam para elas preocupados com suas condições de vida e com a garantia de condições mínimas. Observa-se que não há uma clara distinção entre os conceitos de infância e criança e tampouco há uma definição certa sobre o tempo de vida que pode ser compreendido dentro da infância. Os termos *child*, *infant*, *youth*, *childhood* são utilizados sem distinguirem concepções de criança ou infância e tampouco distinguem as idades que compreendem a infância e a juventude.

Em meio a estas ambiguidades, a brincadeira aparece dentro dos relatórios preliminares do congresso como atividade principal da criança e meio através do qual ela aprende. Eles destacam a importância de que roupas devem ser pensadas para garantir que as crianças possam se mover e trocar de roupas sozinhas, mesas e banheiros devem ser construídos na altura delas. Além disso, segundo eles, os profissionais que trabalham com elas devem saber da importância da brincadeira em seu desenvolvimento.

São processos educativos que se apropriam da representação de infância dentro de um projeto de modernidade, que implica na educação, americanização do público e que reúnem

¹²¹ “In addressing you whom I see before me here in this auditorium, I am mindful also of the unseen millions listening in their homes, who likewise are truly members of this Conference, for these problems are theirs—it is their children whose welfare is involved, its helpful services are for them, and their cooperation is essential in carrying out a united and nation-wide effort in behalf of the children.” (WASHINGTON, 1931 p.6)

discursos variados na elaboração de premissas sobre como proteger e garantir condições para o futuro destas crianças. Os Boletins de Acontecimento da conferência – *White House Conference Happenings* – e o *Children's Charter* são produtos desta conferência que traduzem esta ampla circulação de ideias e as representações de modernidade e que permitem ampliar a análise sobre os processos de americanização de crianças e adultos.

4.1 OS PRODUTOS DA CONFERÊNCIA DE 1930: *CHILDREN'S CHARTER* E *HAPPENINGS*

A imagem abaixo mostra um anjo com uma tocha ao lado de uma criança/um jovem carregando um livro (Figura 13), ela está presente nas versões digitalizadas dos materiais da conferência e são gravuras *ex-libris* que indicam a posse desta obra. Ambas pertenceram a Fundação americana para os cegos (*American Foundation for the Blind*), de modo que as versões originais localizadas no Instituto Interamericano del Niño y de la Niña (Montevideo – Uruguai) não contêm esta imagem.



Figura 13 - Gravura Ex-libris presente em dois relatórios da Conferência de 1930.
Fonte: Washington (1930, 1931).

Apesar desta gravura ser própria desta associação, também é possível relacioná-la, a fim de propor uma reflexão, ao sentido principal que envolve a criação das conferências da casa branca e ao próprio contexto internacional de congressos sobre a infância. H.E. Barnard afirma no prefácio dos relatórios preliminares (WASHINGTON, 1930) que:

Aproximamo-nos da Conferência com a convicção de que há um amplo público faminto exatamente pelo tipo de orientação e fatos concretos que a conferência oferece. Independente de quão solícita seja a atitude do público, ela vai precisar de estímulo e orientação inteligentes.¹²² (WASHINGTON, 1930, p.X, tradução minha).

Os presidentes das comissões de estudo são dentro deste contexto os “(...) intérpretes e líderes das atividades que devem logicamente acontecer após a Conferência.¹²³” (WASHINGTON, 1930, p.X, tradução minha). Eles assumem o papel do anjo que guia o menino ao acompanhá-lo com uma tocha: são os responsáveis por guiar e estimular pais, professores, enfermeiras e todos que tocam a vida das crianças para proporcionar a elas o máximo de oportunidades e de desenvolvimento. Há discordâncias entre eles e também com os sujeitos que compõem cada grupo de pesquisa, mas a conferência toma para si uma função educativa, que é a de:

(...) transformar os fatos acumulados de preceitos em prática. Muito do material reunido vai imediatamente tocar a criança onde quer que ela se encontre. O desafio é encontrar o modo de traduzir as riquezas reunidas pela conferência em tal estímulo para a educação dos adultos para que possamos mudar os modos de pensar e moldar as práticas nos lares do país.¹²⁴ (WASHINGTON, 1931, p.40, tradução minha).

Ou seja, “os resultados desta Conferência devem ser de longo prazo, como foram aqueles das duas conferências anteriores, moldando a opinião pública e a ação social, se estendendo até tocar e melhorar a vida de cada criança no país.”¹²⁵ (WASHINGTON, 1931, p.VIII, tradução minha). No momento em que esta conferência foi convocada, o presidente Hoover declarou que seria missão desta reunião realizar um levantamento sobre as condições de saúde e de bem-estar das crianças, informar sobre o que vinha sendo realizado, o que deveria ser feito e como realizar isto (CHILDREN’S BUREAU, 1967, p.8). Em virtude deste

¹²² “We approach the Conference with the conviction that there is a large public hungry for just the kind of concrete facts and guidance which this Conference offers. However solicitous the attitude of the public may be, it will need intelligent stimulation and guidance.” (WASHINGTON, 1930, P.X).

¹²³ “(...) interpreters and leaders in the activities that should logically follow the conference.” (WASHINGTON, 1930, p.X).

¹²⁴ “(...) turn the accumulated facts from precept into practice. Much of the material gathered will immediately touch the child wherever he is found. The challenge is to find the way to translate the riches brought together in this Conference into such a stimulus to adult education that we shall change the currents of thinking and mold the practices in the homes of the country.” (WASHINGTON, 1931, p.40).

¹²⁵ “The results of this Conference should be long-continuing, as have been those of the two earlier conferences, molding public opinion and social action, reaching out until they touch and better the life of every child in the country.” (WASHINGTON, 1931, p.VIII).

propósito, os preceitos deviam ser encaminhados através de estratégias educativas para os sujeitos que convivem diariamente com as crianças.

Neste sentido, é elaborado durante a conferência, um documento, o *Children's Charter*, em que se reconhecem dezenove direitos das crianças como os primeiros direitos do cidadão. Este documento não tinha caráter de determinação legal, mas é considerado pelos conferencistas como um material educativo que reúne as ideias da Conferência e as explicita a fim de que possam ser divulgadas. Assim, após o encerramento da conferência, lhe é dada sequência através de estudos deste documento, da elaboração de livros e panfletos informativos, de conferências estaduais, regionais e municipais para discutir as questões e medidas propostas pela conferência nacional e, também, do Boletim de Acontecimentos da Conferência da Casa Branca (*White House Conference Happenings*).

Tanto esses documentos quanto uma série de publicações de livros organizados pela conferência e os volumes finais de cada um dos comitês, que totalizaram mais de dezessete obras, se dedicaram a uma função educativa: a de atingir a pais e ao público em geral na garantia da construção de uma infância americana a partir de um modelo de família próprio e da ação individualizada de cada sujeito. Eles materializam as representações postas em circulação na Conferência da Casa Branca de 1930, as quais se encontram sempre em constante confronto, luta de representações.

O objetivo do *Children's Charter* era tornar as conclusões da conferência disponíveis para um grande público. De modo que “milhares de cópias do *Charter* foram distribuídas como pôster oficial do *May Day* de 1931, e o Conselho de escolas de Nova York pediu sozinho 100.000 cópias.”¹²⁶ (MARSHALL, 2008, p.354, tradução minha). O *Children's Charter*¹²⁷ foi assim o grande produto desta conferência: uma declaração de direitos da criança que teve ampla divulgação nas mais diversas organizações estatais, filantrópicas e nos diferentes estados. Para além de definir padrões de bem-estar da criança, objetivo da Conferência de 1919, a conferência de 1930 amplia esta compreensão ao reconhecer direitos que são próprios à criança.

O documento aborda aspectos da saúde, educação na família e na escola, trabalho e condições de vida, colocando em confronto a ideia da criança como portadora de um projeto de futuro com a da garantia da proteção da infância em si própria. Dois artigos desta

¹²⁶“Thousands of copies of the Charter were distributed as the official poster of May Day in 1931, and the New York School Board alone ordered 100,000 copies.” (MARSHALL, 2008, p.354)

¹²⁷ O *Children's Charter* está disponível na íntegra e em sua versão original no Anexo B.

declaração deixam claro o processo de produção deste documento a partir do confronto de ideias e de concepções de infância:

IX. Para cada criança, uma comunidade que reconheça e se planeje para as suas necessidades, que a proteja de perigos físicos, riscos morais e doenças; que a provenha com segurança e lugares saudáveis para a brincadeira e a recreação; e que faça a provisão de suas necessidades culturais e sociais.

XI. Para cada criança, um ensino e um treinamento que os prepare para uma paternidade bem sucedida, o cuidado da casa e os direitos de cidadania; e para os pais, treinamento adicional que os adeque para lidar sabiamente com os problemas da paternidade.¹²⁸ (WASHINGTON, 1931, p.2, tradução minha).

Enquanto o artigo nono ressalta a importância de se garantirem boas condições de segurança para as crianças, reconhecendo necessidades próprias deste período de vida, o artigo seguinte tanto fala da formação de pais e mães para educar as crianças quanto da importância da instrução para que no futuro as crianças também possam bem exercer essa função. A criança é objeto da ciência e projeto do futuro. Os discursos elaborados e produzidos no contexto dos Estados Unidos do início do século XX, ao mesmo tempo em que nos falam de suas questões locais, se colocam em relação com o contexto mais amplo de discussão da infância a partir do olhar da ciência e da circulação de ideias.

Os boletins produzidos e publicados pelo comitê organizador da Conferência da Casa Branca de 1930 assumem esse papel de divulgação de ideias, são os materiais responsáveis por divulgar os encontros realizados após a conferência e os materiais publicados. Eles permitem o acesso a uma discussão localizada nos Estados Unidos no início do Século XX sobre proteção da criança. Trazem as vozes da Conferência da Casa Branca sobre a criança, dos diversos profissionais e pessoas interessadas (industriais, pais) que se reuniram a fim de trazer os estudos mais avançados sobre o tema e propor ações.

Como um dos materiais que deram sequência as medidas propostas nas conferências, este Boletim pode ser pensado como uma ponte através da qual podemos pensar a forma como as diferentes organizações governamentais e civis se mantiveram informadas das atividades da Conferência nos anos seguintes. A publicação do Boletim de Acontecimentos da Conferência se inicia no mês de setembro de 1931, dez meses após a Conferência Nacional, e a sua publicação ocorre mensalmente até maio de 1932, mês em que a publicação se torna bimensal – somente a edição de Outubro de 1932 não foi bimensal. O último boletim é o de

¹²⁸“IX. For every child a community which recognizes and plans for his needs, protects him against physical dangers, moral hazards, and disease; provides him with safe and wholesome places to play and recreation; and makes provision for his cultural and social needs. XI. For every child such teaching and training as will prepare him for successful parenthood, home-making, and the rights of citizenship; and for parents, supplementary training to fit them to deal wisely with the problems of parenthood.” (WASHINGTON, 1931, p.2)

novembro-dezembro de 1932, pois devido à depressão econômica, o escritório central da conferência de 1930 não tinha mais financiamento e precisou ser dissolvido em janeiro de 1933, encerrando as atividades de sequência da conferência (HAPPENINGS, n.13, p.5).

Desta forma, o Boletim divulga as conferências estaduais, regionais e municipais que estavam ocorrendo a partir da conferência nacional – totalizando 34 conferências estaduais entre 1931 e 1933¹²⁹– e também as suas publicações (livros e panfletos), eventos futuros e cartas ou depoimentos recebidos pelo escritório administrativo do comitê de continuação (localizado em Washington D.C.). Dentre as cartas recebidas, observa-se o recebimento de cartas por parte de governantes, editores de revistas, professores e líderes religiosos e de organizações civis.

Além disso, o Boletim traz textos informativos que discorrem sobre temas concernentes às quatro seções em que a Conferência Nacional estava organizada, através de excertos de discursos e de publicações posteriores de cada uma das seções. Os textos não tem autoria e não seguem uma organização fixa em cada um dos boletins, apesar de sua organização ser semelhante e haver uma homogeneidade no tipo de informação divulgada. Em cada edição há uma discussão inicial sobre um tema diverso (crise econômica e ações pela infância, um discurso do presidente, trabalho infantil, saúde), seguida da divulgação das publicações, conferências locais e de outros eventos (como da sociedade americana de pediatria ou das associações de pais), trechos de cartas recebidas ou citações sobre o que outras pessoas falaram sobre a conferência.

Até a dissolução do comitê central, são publicados ao redor de trinta livros e uma série de panfletos informativos sobre infância e maternidade envolvendo questões legislativas, orientações de saúde e de educação das crianças e das famílias. Os Boletins informam também o preço e sobre como adquirir estes volumes. Além de orientar a compra, leitura e estudo do *Children's Charter* para, a partir dele, desenhar e planejar ações voltadas à infância. Este mesmo tipo de publicação era realizada pelo *Children's Bureau* no período, sendo possível verificar a indicação de materiais produzidos pela conferência nos relatórios do *Children's Bureau* e a sua participação na elaboração de materiais da conferência (ABBOTT, 1931, p.62).

¹²⁹ Até a data, os únicos estados que ainda não haviam sido agregados aos Estados Unidos eram os estados do Alaska e do Hawaii, os quais se tornaram território dos Estados Unidos em janeiro e dezembro de 1959 respectivamente. O Alaska não é mencionado nos Boletins, mas há registros de que o Hawaii esteve acompanhando os relatórios da Conferência da Casa Branca de 1930. 15 Estados não realizaram conferências estaduais sobre saúde e proteção da criança e o estado de Massachussets realizou três conferências.

O Boletim de Acontecimentos exerce, assim, a função de fomentar o circuito iniciado pela Conferência da Casa Branca, fortalecendo a rede constituída através da conferência e uma concepção de infância que se construiu nos Estados Unidos da década de 30 como um período “(...) protegido pelos esforços conjuntos de famílias e governo, como parte de um plano geral para garantir um futuro mais estável para todos os jovens americanos” (LINDEMAYER, 2005, p.45, tradução minha)¹³⁰. De modo que, preocupados com o futuro da nação diante da crise econômica, os sujeitos envolvidos no debate, seja através do *Children’s Bureau*, das conferências ou de organizações civis, reconheceram o direito das crianças à proteção, ainda que não tenha havido um consenso sobre a forma como isso devia realizar-se ou sobre qual a faixa etária denominada infância (LINDENMEYER, 2005, p.26).

Os Boletins reforçam a ideia defendida pelo *Children’s Bureau* de pensar “*the child as a whole*” – a criança como um todo – afirmando que não se pode mais pensar em proteger a criança dividindo-a em segmentos (HAPPENINGS, n.10, p.1) e que as conferências de sequência têm todas o mesmo propósito: o desejo de coordenar esforços e melhorar as instalações em nome das crianças (HAPPENINGS, n.10, p.2).

O Boletim, como impresso, potencializa a análise de discursos da Conferência da Casa Branca referentes à legislação, a saúde e a educação, mas a limita no sentido de que em si próprio não permite entrever confrontos com outras posições e discursos¹³¹. Elaborado pelo escritório central das conferências, ele expressa os sentidos produzidos dentro deste grupo e a partir de suas representações de infância e de sua proteção. Contradições inicialmente presentes no material preliminar da conferência não podem ser observadas de forma clara neste impresso, pois ao comitê de continuação havia sido designada a função de decidir e votar sobre temas controversos (UNITED STATES DAILY, 1930).

Pela sua circulação também é possível elaborar hipóteses acerca da recepção deste impresso nos diferentes estados e localidades que alcançou, legitimando um modelo em relação às crianças, a saúde, a educação e a cultura. Os Boletins reforçam a importância de que as descobertas da conferência cheguem a todas as crianças da Nação, relatando o esforço de alguns membros e instituições em realizar estudos e reuniões no interior do País.

Também se pode perceber que a sua circulação foi regular no período e que ele chegava ao Instituto del Niño, no Uruguai, em até um mês após a sua publicação. Alguns

¹³⁰ “(...) protected by the combined efforts of families and government, part of an overall plan to secure a more stable future for all Young Americans” (LINDENMEYER, 2005, p.45)

¹³¹ A fim de compreender as possibilidades do boletim como fonte foi realizada uma busca por artigos nos anais da ANPED e do CBHE, além de busca no google acadêmico. Foram localizados seis artigos que utilizaram este tipo de impresso como fonte.

boletins também mencionam o recebimento de cartas provenientes de países como a Colômbia, África do Sul, Alemanha, Holanda, Sri Lanka, Rússia, China e Ilhas Filipinas¹³². De modo que, apesar de haver poucas indicações sobre os locais em que circulavam os Boletins de Acontecimentos, pode-se inferir que instituições preocupadas com a infância de outros países também recebiam este impresso.

O teor das cartas, segundo os Boletins, é usualmente o de informar que já tiveram acesso a algum material produzido pela conferência ou requisitar o envio de materiais, como cartazes para conferências e seminários. Apesar de o idioma utilizado ser o inglês, o Boletim de maio de 1932 informa que o *Children's Charter* foi traduzido para o Espanhol a pedido da Associação de Professores do Texas e para a Conferência da União Pan-Americana (HAPPENINGS, n.10, p.6), indicando a necessidade de que este material e seus discursos alcançassem também outros grupos.

Ao Instituto Interamericano del Niño (Uruguay), chegavam os boletins de acontecimentos da conferência, os quais informavam sobre os resultados e divulgavam as discussões da conferência. Nele também se encontram todos os livros produzidos a partir da conferência, todos datando o recebimento pouco tempo após a sua publicação. O carimbo nestes documentos registra sua chegada ao Uruguai pouco tempo após a sua publicação (Figura 14).



Figura 14 – Carimbo do Instituto Interamericano del Niño
Fonte: Foto da autora – Instituto Interamericano del Niño y de la Niña

¹³² A referência a esses países é feita nos seguintes boletins: Colômbia (HAPPENINGS, n.4, p.1), África do Sul (HAPPENINGS, n.10, p.5), Alemanha (HAPPENINGS, n.11, p.7), Holanda (HAPPENINGS, n.5, p.3), Sri Lanka (HAPPENINGS, n.4, p.1), Rússia (HAPPENINGS, n.12, p.7), China (HAPPENINGS, n.5, p.3) e Ilhas Filipinas (HAPPENINGS, n.11, p.4; n.5, p.3).

No Brasil, vemos que o jornal “Diário de Notícias” de 11 de outubro de 1931 publica um comunicado da “diretoria geral de informações, estatística e divulgação do ministério da educação e saúde pública” divulgando sob o título “Estatuto da Criança” o *Children’s Charter* produzido pela conferência. Ele é apresentado traduzido = e em uma posição de destaque na página devido ao dia da criança, a “juventude infantil”.



Figura 15 – “Diário de notícias”: o Estatuto da Criança.

Fonte: Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1931.

A circulação destes materiais em um contexto mais amplo, para além das fronteiras e lugares próprios da Conferência de 1930, pode indicar tanto a função ampla tomada pela conferência de divulgar suas decisões, quanto traz elementos para pensar na construção de identidades americanas, latino-americanas e pan-americanas a partir das trocas e relações entre os diversos países da América.

A conferência de 1930 deve sua repercussão à produção do *Children’s Charter* e, ainda que os historiadores (LINDENMEYER, 2001;2005) indiquem que ela não trouxe decorrências práticas na formulação de políticas para a infância ou para a maternidade, ela representa um lugar de encontro de sujeitos e ideias a partir de representações de infância e educação distintas. O lugar que ela ocupa põe a infância e suas questões em evidência, tornando visível as suas relações com o desenvolvimento das sociedades capitalistas, a crença na razão e na ciência: o progresso e a modernidade. A infância que ocupa novos espaços e discursos dentro das sociedades ocidentais está presente, por meio do discurso dos adultos, em conferências internacionais, no desenvolvimento de políticas e de organismos nacionais e dentro de conferência locais.

Em suma, no caso dos Estados Unidos, observa-se a partir da análise dos produtos da Conferência e dos materiais preliminares, discursos e resumos, que dentro deste âmbito científico, a criança é pensada desde um ideal americano de família e também a partir deste modelo de Estado de Bem-Estar Liberal (BURGER, 2012). Eles falam de uma infância plural que precisa ser educada a fim de conduzir a nação ao progresso e superar os problemas impostos pela crise e as contradições da modernidade.

A educação é um processo amplo que é tomado muitas vezes como sinônimo de americanização na educação das crianças e da população, pois se considera na conferência e nas fontes analisadas que é através de seus valores que o indivíduo deve agir e conquistar a felicidade individual e o progresso para a nação. A bandeira flamejante detrás da criança e do homem no cartaz desta conferência representam esta busca da nação por seguir um caminho de progresso através de uma infância americana na qual se projeta o futuro e que deve ser preparada para viver o sonho americano.

Apesar do olhar para a criança se mostrar pleno de projetos para o futuro, o presente delas também passa por constantes ressignificações ao serem propostos diferentes espaços nos quais elas construíram suas experiências de infância. É a constituição de uma identidade americana que circula por meio dos congressos internacionais da infância e também por outros circuitos, como visto nos jornais e no envio de seus materiais para o Instituto Interamericano del Niño. Assim, a Conferência da Casa Branca de 1930 permite enxergamos um pouco desta circulação e pensarmos nas diversas e sempre contraditórias representações de infância.

5 A MODO DE CONCLUSÃO

Estas quatrocentas ou quinhentas páginas de resumos e recomendações e os volumes que as seguirão serão de interesse para os *historiadores sociais*, mas não melhorarão os destinos das crianças a não ser que nosso trabalho pelas crianças de hoje seja estendido e melhorado.¹³³ (WASHINGTON, 1931, p.28, tradução minha, grifos meus).

James J. Davis, o secretário do trabalho dos Estados Unidos que esteve amplamente envolvido com a Conferência da Casa Branca de 1930, destaca em seu discurso que os materiais produzidos por esta Conferência seriam de interesse para os *historiadores sociais*, mas não teriam nenhum resultado prático se as ações pelas crianças não fossem estendidas. Neste trabalho de conclusão de curso, estes produtos e materiais foram tomados como objeto de investigação, de problematização, de pesquisa, assim como James J. Davis anunciava. Eles foram vestígios pensados através da história cultural e para a construção de uma história da infância.

James J. Davis também estava certo quando afirmava que os destinos das crianças não iriam melhorar se não houvesse mudanças no hoje, para ele a década de 30. As crianças de seu tempo viveram uma mudança no ideal de criança americana, o qual até 1940 já indicava uma infância escolarizada e progressivamente fora do mundo do trabalho (LINDENMEYER, 2005), mas continuaram vivendo paradoxos e continuam vivenciando-os até hoje.

As conferências internacionais de proteção à infância, analisadas no primeiro capítulo, foram eventos em que se reuniram sujeitos de nações distintas e que falavam de lugares diferentes, trazendo consigo uma miríade de representações de infância. Vemos a infância da medicina, a do direito, a das ciências sociais, daquela que nos falavam as mulheres do *Children's Bureau* ou os médicos estadunidenses. Eles tinham em comum uma linguagem científica que permitia as trocas e que legitimava seus discursos.

Foram espaços onde circulavam as ideias, nos quais elas eram legitimadas e que também permitiam novas apropriações. Levavam a palavra, informavam a população, sobre o lugar da infância na modernidade e lhe conferiam projetos de futuro a partir da configuração de identidades distintas: a americana, pan-americana, latino-americana... Vemos a expansão de ideias mais globalizadas, conectadas (SUBRAHMANYAM, 2014) e que ao mesmo tempo se confrontam com projetos nacionais e discussões regionais.

¹³³ “These four hundred or five hundred pages of summaries and recommendations and the volumes which are to follow will be of interest to social historians but will not improve the lot of children unless our work for the children of today is extended and improved.” (WASHINGTON, 1931, p.28).

A ação dos Estados Unidos foi pensada dentro deste circuito tanto desde sua intencionalidade de estender os modelos americanos para a América Latina, por meio da Doutrina Monroe ou através dos outros circuitos científicos em que estava integrado, quanto para romper uma perspectiva unidirecional ao vermos processos próprios dos países latino-americanos e ao enxergamos as várias representações de infância que circulavam nos Estados Unidos.

As mulheres do *Children's Bureau* defendiam a infância juntamente com a ampliação dos direitos das mulheres, acreditavam na educação das famílias e propunham que a criança fosse pensada como um todo – *the child as whole* – reunindo, dentro de seu staff, profissionais da medicina, do direito e das ciências sociais. Este Departamento da Criança não podia exercer atividades regulatórias, mas se dedicava a levantar informações e dados sobre as condições das crianças e exercia um papel na publicação de materiais e panfletos destinados a população.

É a ideia de educação da população, fortemente presente na Conferência da Casa Branca de Proteção à Criança de 1930, e que é tomada, muitas vezes, como sinônimo de americanização (WARDE, 2000; 2007). A América se configura como o Novo Mundo capaz e apto a instaurar um modelo vitorioso, bem-sucedido, moderno. Nesta perspectiva, as crianças negras, indígenas, imigrantes, pobres e suas famílias precisam ser americanizadas para se adequar ao modelo americano, o qual postula a ação individualizada de cada um em busca do progresso e a construção de um Estado de Bem-Estar liberal (BURGER, 2012).

A Conferência da Casa Branca de 1930 permitiu visualizar algumas representações de infância, como as que figuram nos confrontos entre os médicos e as mulheres do *Children's Bureau* e outros movimentos de mulheres que as apoiavam. Além de enxergar uma infância americana que se constrói em relação a um modelo de família no qual o pai tem a função de garantir o sustento e a mulher é a grande responsável pela educação e sucesso das crianças.

A história da proteção da criança nos Estados Unidos, por meio das conferências da Casa Branca e do *Children's Bureau*, nos mostra infâncias que se adequam a modelos identitários nacionais e internacionais. A ideia de uma infância na qual se projeta o futuro é comum a muitos dos congressos internacionais e está presente dentro da Conferência de 1930.

Pensar nestas histórias, em outros tempos e lugares (FASS, 2008), promove a construção de pontes capazes de ampliar nosso olhar sobre a infância e aprofundar os estudos da história. *Bridging the gap*, construindo pontes, entre perspectivas regionais e internacionais, para que possamos realizar estudos que permitam enxergar as tramas da circulação de ideias e caminhos que se entrecruzam.

A ponte é metáfora profícua ao trazer uma imagem da transposição de vazios, de distâncias, que nos permite unir diferentes lugares e tempos. Na pesquisa historiográfica ela nos ajuda a pensar no movimento de perguntas do presente em direção ao passado, sempre a partir de um lugar específico ocupado pelo historiador e que leva a múltiplos lugares segundo as perguntas que são postas para a fonte, vestígios do passado que nos permitem compreendê-lo e vislumbrar sua complexidade. Neste sentido, a pesquisa realizada abre novas possibilidades e perguntas, visto que não esgota os documentos e tampouco traz respostas finais sobre o passado.

A ponte construída neste percurso de pesquisa traz indicativos da circulação de ideias de representações de infância dentro de circuitos científicos e profissionais postos pelos congressos internacionais e pela Conferência da Casa Branca de 1930 e nos permite enxergar uma infância moderna que se constrói por meio de trocas entre nações e sujeitos e diante de processos de modernização da sociedade. Contudo, ela também provoca reflexões para novas pesquisas e estudos. É possível pensar nestas tramas e redes em suas relações com o Brasil e nos perguntarmos se e como essas ideias estadunidenses circularam e foram apropriadas pelos intelectuais brasileiros, por meio de quais objetos ou pelas viagens de quais sujeitos. Ou seja, em estudos posteriores pode ser investigada a relação que se dá entre o *Children's Bureau* e o Brasil. Também é possível ampliar as pesquisas sobre os movimentos maternalistas na América, estudando as trocas entre as mulheres latino-americanas e as do *Children's Bureau*.

Assim, a perspectiva adotada neste trabalho mostra como as ideias sobre infância, sua educação e proteção, se construíram a partir de trocas constantes entre sujeitos e nações através de uma diversidade de congressos ocorridos no final do século XIX e início do século XX. Esta discussão se deu em uma perspectiva internacional e dentro da constituição de identidades pan-americanas e latino-americanas. Olhar para a história da infância e para as possibilidades que ela nos abre nos permite pensar em outros limites de tempo e de espaço e ampliar a nossa compreensão sobre a história ao estabelecermos novas relações.

Há uma grande amplitude de pesquisas ainda por ser feitas para que possamos compreender as infâncias, entender o passado das crianças e, a partir destes conhecimentos compreender que os significados atribuídos a infância sempre continuarão a mudar (MINTZ, 2012). Talvez esta compreensão nos ajude a perceber os paradoxos vividos pela infância e também permita que nos aproximemos das distintas experiências de infância vividas pelas crianças do hoje e do ontem. Para que assim possamos enxergar as crianças, em diferentes lugares e tempos, como sujeitos na história.

FONTES

ABBOTT, Grace. **Eighteenth Annual Report of the Chief of the *Children's Bureau* to the Secretary of Labor**. Washington D. C., United States: Government Printing Office, 1930.

Arquivo: Maternal and Child Health Library, University of Georgetown.

_____. **Nineteenth Annual Report of the Chief of the *Children's Bureau* to the Secretary of Labor**. Washington D. C., United States: Government Printing Office, 1931. Arquivo:

Maternal and Child Health Library, University of Georgetown.

ARCHIVOS DE ASISTENCIA A INFANCIA. Rio de Janeiro, jan.-junho 1925.

A Noite, 5 de agosto de 1922.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1931.

ESTADOS UNIDOS. **Establishment of the *Children's Bureau***. 9 de abril de 1912. Arquivo: Maternal and Child Health Library, University of Georgetown.

HAPPENINGS. **White House Conference Happenings**. Washington, D.C.: Dezembro 1931, n.4. Arquivo: Instituto Interamericano del niño – Montevideo.

_____. **White House Conference Happenings**. Washington, D.C.: Janeiro 1932, n.5. Arquivo: Instituto Interamericano del niño – Montevideo.

_____. **White House Conference Happenings**. Washington, D.C.: Junho-Julho Dezembro 1932, n.10. Arquivo: Instituto Interamericano del niño – Montevideo.

_____. **White House Conference Happenings**. Washington, D.C.: Agosto-Setembro 1932, n.11. Arquivo: Instituto Interamericano del niño – Montevideo.

_____. **White House Conference Happenings**. Washington, D.C.: Outubro 1932, n.12. Arquivo: Instituto Interamericano del niño – Montevideo.

_____. **White House Conference Happenings**. Washington, D.C.: Novembro-Dezembro 1932, n.13. Arquivo: Instituto Interamericano del niño – Montevideo.

LATHROP, Julia C. **Ninth Annual Report of the Chief, *Children's Bureau* to the Secretary of Labor.** Washington D. C., United States: Government Printing Office, 1921. Arquivo: Maternal and Child Health Library, University of Georgetown.

TAYLOR, Eleanor. **The story of the *Children's Bureau*.** Washington, D.C: Child Welfare Committee of the National League of Women Voters, 1930. Arquivo: Maternal and Child Health Library, University of Georgetown.

UNITED STATES DAILY. **Supplement to the United States Daily:** Complete Stenographic record of the White House Conference on Child Health and Protection held at Washington, D.C., November 19,20,21 and 22, 1930. Vol. V, no. 228, section II. Washington: November 28, 1930. Arquivo: Instituto Interamericano del niño – Montevideo.

WASHINGTON. **Proceedings of the Conference on the Care of Dependent Children.** Washington, D.C.: Government printing office, 1909. Disponível em: archive.org.

WASHINGTON. **White House Conference on Child Health and Protection:** Preliminary Committee Reports. New York: The Century Co., 1930. Arquivo: Instituto Interamericano del niño – Montevideo.

WASHINGTON. **White House Conference 1930:** White House conference on child health and protection. New York: The Century Co., 1931. Arquivo: Instituto Interamericano del niño – Montevideo.

WASHINGTON. **Safety education in schools:** report of the subcommittee on safety education in schools – White House Conference on Child Health and Protection. New York: The Century Co., 1932. Arquivo: Instituto Interamericano del niño – Montevideo.

WASHINGTON. **The *Children's Bureau* and its relations.** Washington, D.C.: U.S. Department of Labor, outubro de 1939. Arquivo: Maternal and Child Health Library, University of Georgetown.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Ann Taylor. Gender, professionalization, and the Child in the Progressive Era: Patty Smith Hill, 1868-1946. In: **Journal of Women's History.** Vol.23, n.2, verão 2011, p.112-136.

ALMEIDA, Marta. Open Circuit: The Exchange of Medical and Scientific Knowledge in Latin America in the Early 20th Century. In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Vol. 13, n.3, 2006, p.733–757

BEREBITSKY, Julie. Rescue a Child and Save the Nation: the social construction of adoption in The Delineator, 1907-1911. In: CARP, E. Wayne. **Adoption in America: historical perspectives**. Michigan: University of Michigan Press, 2002, p.124-139.

BERGER, Dina. Raising Pan Americans: Early Women Activists of Hemispheric Cooperation, 1916–1944. In: **Journal of Women's History**. Vol. 27, n.1, primavera 2015, p.38–61.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou O Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BIRN, Anne-Emanuelle. O nexó nacional-internacional na saúde pública: o Uruguai e a circulação de políticas e ideologias de saúde infantil, 1890-1940. In: **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro: v.13, n.3, jul.-set. 2006, p.675-708.

_____. Child Health in Latin America: historiographic perspectives and challenges. In: **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro: v.14, n.3, jul.-set. 2007, p.677-708.

BURGER, Kaspar. A Social History of Ideas Pertaining to Childcare in France and in the United States. In: **Journal of Social History**. Vol. 45, n.4, 2012, p. 1005–1025.

BURKE, Peter. **Visto y no visto**. El uso de la imagen como documento histórico. Barcelona: Crítica, 2005.

CAMARA, Sônia. Sementeira do amanhã: o primeiro congresso brasileiro de proteção à infância e sua perspectiva educativa e regenerada da criança. In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 2006, Uberlândia. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006.

_____. **Sob a guarda da República**: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.5, n.11, p.173-191, 1991

_____. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHILDREN'S BUREAU. The Story of the White House Conferences on Children and Youth. Children's Bureau, U.S. Department of Health, Education, and Welfare Social and Rehabilitation Service, 1967.

_____. **The Story of the Children's Bureau**. Washington: *Children's Bureau, U.S. Department of Health & Human Services, 2012a.*

_____. **The Children's Bureau Legacy: Ensuring the Right to Childhood**. Washington: *Children's Bureau, U.S. Department of Health & Human Services, 2012b.*

CORDEIRO, Andréa Bezerra. **Luz e caminho aos pequenos: os primeiros congressos americanos da criança e a panamericanização dos saberes sobre a infância (1916 a 1922)**. Doutorado em Educação. Tese. UFPR. Curitiba, 2015

ENDRES, Kathleen; LUECK, Therese. **Women's periodicals in the United States: consumer magazines**. Westport, CT: Greenwood Press, 1995.

FASS, Paula. The world is at our door: why historians of children and childhood should open up. In: **The Journal of the History of Childhood and Youth**. Vol.01, n.1, winter 2008, p.11-31.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). In: **História, Ciências, Saúde**. Mangueiras, Rio de Janeiro: vol.18, suppl.1, 2011, pp. 199-225.

GINZBURG, Carlo. Os pombos abriram os olhos: Conspiração popular na Itália do século XVII. In: **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Apêndice – provas e possibilidades (Posfácio a Natalie Zemon Davis, O retorno de Martin Guerre). In: **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.311-335.

GUY, Donna J. The Pan American Child Congresses, 1916 to 1942: Pan Americanism, Child Reform, and the Welfare State in Latin America. **Journal of Family History**. Carleton University, Canada, v.23, jul. 1998a, p.272-291.

_____. The Politics of Pan-American Cooperation: Maternalist Feminism and the Child Rights Movement, 1913-1960. **Gender & History**. Malden, USA: v.10, n.3, nov. 1998b, p.449-469.

KOVEN, Seth & MICHEL, Sonya. Womanly Duties: Maternalist Politics and the Origins of Welfare States in France, Germany, Great Britain, and the United States, 1880-1920. In: **The American Historical Review**. Vol. 95, n.4, 1990, p.1076–1108.

KLAUS, Alisa. Every Child a Lion: The Origins of Maternal and Infant Health Policy in the United States and France, 1890-1920. Cornell University: 1993.

KRAINZ, Thomas A. 2012. Fleeing the Big Burn: Refugees, Informal Assistance, and Welfare Practices in the Progressive Era. In: **Journal of Policy History**. Vol. 24, n.3, p. 405–431.

KUHLMANN Jr, Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org). **A Infância e sua Educação. Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica, p.15-33, 2004.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas – A educação brasileira e as exposições internacionais (1826-1922)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

_____. Ideias sobre a educação da infância no 1º Congresso brasileiro de proteção à infância, Rio de Janeiro, 1922. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação**, 2002

LINDENMEYER, Kriste. **A Right to Childhood: The U.S. Children's Bureau and Child Welfare, 1912-1946**. University of Illinois Press: 1997.

_____. **The greatest generation grows up – American childhood in the 1930s**. Chicago: Ivan R. Dee, 2005.

LINDENMEYER, Kriste; SANDIN, Bengt. National Citizenship and Early Politics Shaping 'The Century of the Child' in Sweden and the United States. In: **The Journal of the History of Childhood and Youth**. Vol. 1, n.1, 2007, p. 50–62.

MARINO, Katherine M. Transnational Pan-American Feminism: The Friendship of Bertha Lutz and Mary Wilhelmine Williams, 1926–1944. In: **Journal of Women's History**. Vol.26, n.2, 2014, p.63-87.

MARSHALL, Dominique. Children's Rights and Children's Action in International Relief and Domestic Welfare: The Work of Herbert Hoover Between 1914 and 1950. In: **The Journal of the History of Childhood and Youth**. Vol.1, n.3, 2008, p.351-388.

MÉNDEZ, Emilio García. **Infância e Cidadania na América Latina**. São Paulo: Hucitec/ Instituto Ayrton Senna, 1998.

MINTZ, Steven. Why the History of Childhood matters. In: **The Journal of the History of Childhood and Youth**. Vol.05, n.1, winter 2012, p.15-28.

NEWLIN, Keith. **A Theodore Dreiser Encyclopedia**. Westport, CT: Greenwood Press, 2003.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Historico da protecção á infancia no Brasil: 1500-1922**. 2 ed. Rio de Janeiro: Emp. Graphica, 1926.

MORAES, Evaristo de. **Criminalidade da infância e da adolescência**. 1 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. Os primeiros congressos panamericanos del niño (1916, 1919, 1922, 1924) e a participação do Brasil. In: Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão, 2008, São Paulo. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. São Paulo: Associação Nacional de História, Núcleo São Paulo, 2008a, p.s/p-s/p.

_____. Redes científico-intelectuais na América Latina: o papel do Boletín del Instituto Interamericano del Niño, na década de 1930-1940. In: VIII Encontro Internacional da ANPHLAC- Associação de Pesquisadores e Professores de História das Américas, 2008, Vitória-ES. **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Vitória-ES: ANPLHAC, 2008b.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

POPKEWITZ, Thomas S. Infancia, modernidad y escolarización: nacionalidad, ciudadanía, cosmopolitismo y 'los otros' en la constitución del sistema educativo norteamericano. In: EREYRA, Miguel A.; FARACO, J. Carlos González; CORONEL, José M. **Infancia y escolarización en la modernidad tardía**. Madrid: Akal, 2002, p. 12-69.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? **Educar em Revista**. Curitiba, n.18, 2001, p.13-28.

ROSEN, Robyn L. Federal Expansion, Fertility Control, and Physicians in the United States: The Politics of Maternal Welfare in the Interwar Years. In: **Journal of Women's History**. Vol.10, n.3, 1998, p.53-73.

SAGASTI, Francisco & PÁVEZ, Alejandra. Ciencia y tecnologia en América Latina a principios del siglo XX: Primer Congreso Científico Panamericano. **Quipu**, Mexico D.C.. vo.6, n.2, p.189-216, maio-agosto, 1989

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. In: **Educação e Sociedade**. Campinas: vol. 26, n.91, maio-agosto 2005, p.361-378.

SARTOR, Carla Daniel. Proteção e Assistência à infância: considerações sobre o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à infância, RJ, 1922. In: RIZZINI, Irma (Org.) **Crianças desvalidas, indígenas e negras: Cenas da Colônia, d Império e da República**. Rio de Janeiro: Edusu, 2000.

_____. **Os caminhos da proteção à infância no Brasil: a influência do Modelo de Moncorvo Filho**. Mestrado em Serviço Social. Dissertação. UERJ. Rio de Janeiro, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Infância: sol do mundo** - a primeira conferência nacional de educação e a construção da infância brasileira. Doutorado em História. Tese. UFPR. 1997

SOLAND, Birgitte. "Never a better home": growing up in American Orphanages, 1920-1970. In: **The Journal of the History of Childhood and Youth**. Vol. 08, n.1, winter 2015, p.34-54.

SOUZA, Gizele de; CORDEIRO, Andréa. Os primeiros Congressos Americanos da Criança e a pan- americanização dos debates sobre a infância (1916 a 1922). **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis: v. 7, n.14, p. 05 - 28, jan./abr. 2015.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Mondi conessi: la storia oltre l'eurocentrismo (secoli XVI-XVIII)**. Roma: Carocci, 2014.

WADSWORTH, James E.; MARKO, Tamera L. Children of the Patria: Representations of Childhood and Welfare State Ideologies at the 1922 Rio de Janeiro International Centennial Exposition. In: **The Americas**. Vol. 58, n.1, 2001, p. 65–90.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. **São Paulo em Perspectiva** (Impresso), São Paulo, v. 14, n.2, p. 37-47, 2000.

_____. Notas sobre o "americanismo" nos Estados Unidos de fins do século XIX e início do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANHUH, São Paulo, julho 2011.

YARROW, Andrew L. History of U.S. Children's Policy, 1900-Present. **First Focus**. Washington, DC: Abril 2009, 30 p.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO I DA CONFERÊNCIA DA CASA BRANCA DE 1930.....	101
APÊNDICE 2– ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO II DA CONFERÊNCIA DA CASA BRANCA DE 1930.....	102
APÊNDICE 3– ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO III DA CONFERÊNCIA DA CASA BRANCA DE 1930.....	103
APÊNDICE 4– ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO IV DA CONFERÊNCIA DA CASA BRANCA DE 1930.....	105

APÊNDICE 1 – ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO I DA CONFERÊNCIA DA CASA BRANCA DE 1930

Elaborado a partir do relatório preliminar da conferência (WASHINGTON, 1930). Observa-se que o comitê 1A não tem nenhum subcomitê, se organizando a partir de pequenos grupos.

I - Serviços Médicos		
A - Crescimento e desenvolvimento	B - Cuidado da mãe e pré-natal	C - Cuidados médicos para crianças
	1 - Ensino e educação em obstetrícia	1 - Planos e escopo
	2 - Cuidados da mãe e da criança pequena	2 - Questionários e estatísticas
	3 - Organizações interessadas	3 - Educação em medicina
	4 - Fatores e causas de mortalidade e morbidade de mães, fetos e recém-nascidos	4 - Práticas privadas
	5 - Ciências básicas e problemas da mãe e do feto	5 - Hospitais e dispensários
		6 - Cuidados e casas convalescentes
		7 - Centros de saúde
		8 - Promoção de agências de saúde
		9 - Psicologia e psiquiatria
		10 - Ortopedia e postura
		11 - Odontologia e Higiene Oral
		12 - Enfermagem
		13 - Serviço médico social
		14 - Atividades nutricionais

APÊNDICE 2– ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO II DA CONFERÊNCIA DA CASA BRANCA DE 1930

Elaborado a partir do relatório preliminar da conferência (WASHINGTON, 1930).
Observa-se que o comitê 2B não tem nenhum subcomitê, se organizando como um todo.

II - Serviço público de saúde e administração		
A - Organização Pública de Saúde	B - Controle de doenças contagiosas	C - Controle e produção de leite
1 - Organização federal de saúde		1 - Doenças contagiosas
2 - Organização estadual de saúde		2 - Supervisão da saúde pública
3 - Organização municipal de saúde		3 - Aspectos nutricionais
4 - Organização rural de saúde		4 - Aspectos econômicos
5 - Relação de agências oficiais e não-oficiais da Organização pública de saúde		
6 - Treinamento da equipe		
7 - A administração do trabalho de saúde da criança como parte do programa oficial de saúde		
8 - Praticantes da medicina e da odontologia em relação com programas de saúde		
9 - Aspectos de saúde do controle da alimentação		

APÊNDICE 3– ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO III DA CONFERÊNCIA DA CASA BRANCA DE 1930

Elaborado a partir do relatório preliminar da conferência (WASHINGTON, 1930). Observa-se que o comitê 3B não tem nenhum subcomitê, se organizando como um todo.

III - Educação e treinamento							
A - A família e a educação dos pais	B - A criança pequena e pré-escolar	C - A criança em idade escolar	D - Orientação vocacional e Trabalho infantil		E - Recreação e educação física	F - Classes especiais	G - Juventude fora de casa e da escola
			D1 - Orientação vocacional	D2 - Trabalho infantil			
1 - A função das atividades de casa e da educação da criança		1 - Serviço médico nas escolas	1 - Organizando o sistema escolar para orientação; estudo do indivíduo; aconselhamento e orientação do currículo	1 - A criança trabalhadora em ocupações não-rurais	1 - Recreação e educação física nas escolas secundárias	1 - Os retardados mentais	1 - Igrejas
2 - Gerenciamento da casa e equipamentos		2 - Serviço de enfermeiros nas escolas	2 - Oportunidades individualizadas de treinamento	2 - A criança trabalhadora na agricultura	2 - Recreação e educação física nas escolas elementárias	2 - Problemas de comportamento	2 - Trabalhos de meninas
3 - A família e suas relações		3 - Serviço dentário e higiene dentária nas escolas	3 - Estudos ocupacionais e colocação	3 - Ocupações perigosas, acidentes industriais e compensações para menores feridos	3 - Recreação e educação física nas idades pré-escolares	3 - O treinamento de professores	3 - Trabalhos de meninos
4 - Programas do estado de educação dos pais		4 - Serviço nutricional nas escolas	4 - Problemas especiais	4 - Problemas gerais de administração das leis sobre trabalho infantil	4 - Recreação e educação física fora da escola	4 - Os bem-dotados	4 - Agências de vizinhança
5 - Educação para pais e futuros pais		5 - A planta da escola, sua construção, equipamentos, manutenção e condições sanitárias		5 - Padrões de salário no trabalho juvenil	5 - Treinamento de lideranças	5 - Os cegos e com visão parcial	5 - Segurança de brincadeira
6 - Contribuições de organizações especiais		6 - Higiene mental nas escolas			6 - Legislação	6 - Os aleijados	6 - Recreação comercializada

		7 - Educação para segurança nas escolas				7 - Os surdos e com dificuldades de escutar	7 - Filmes e cinemas
		8 - Higiene social nas escolas				8 - As crianças de pouca vitalidade	8 - Radio
		9 - Problemas de saúde do jardim de infância				9 - Deficientes de fala	9 - Leitura
		10 - Educação Física				10 - Organização e administração	10 - Ambiente da comunidade
		11 - Educação em saúde nas escolas elementárias					11 - Acampamento
		12 - Educação em saúde nas escolas secundárias					12 - Condições rurais
		13 - Cooperação da casa com a escola					13 - Juventude na indústria e nos negócios
		14 - Administração do trabalho em saúde da escola					14 - Grupos institucionais
		15 - Treinamento profissional de professores e líderes					
		16 - Legislação de saúde na escola					
		17 - Pesquisas de saúde na escola					
		18 - Escolas rurais					
		19 - Escolas indígenas					
		20 - Escolas para negros					
		21 - Escolas paroquiais					
		22 - Escolas privadas					
		23 - Atividades das férias de verão da criança em idade escolar					
		24 - A criança migrante em idade escolar					
		25 - Problemas de saúde nas escolas do Alaska					
		26 - Problemas de saúde nas escolas de Porto Rico					
		27 - Problemas de saúde nas escolas das Ilhas Filipinas					
		28 - Problemas de saúde nas escolas do Hawaii					

APÊNDICE 4- ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO IV DA CONFERÊNCIA DA CASA BRANCA DE 1930

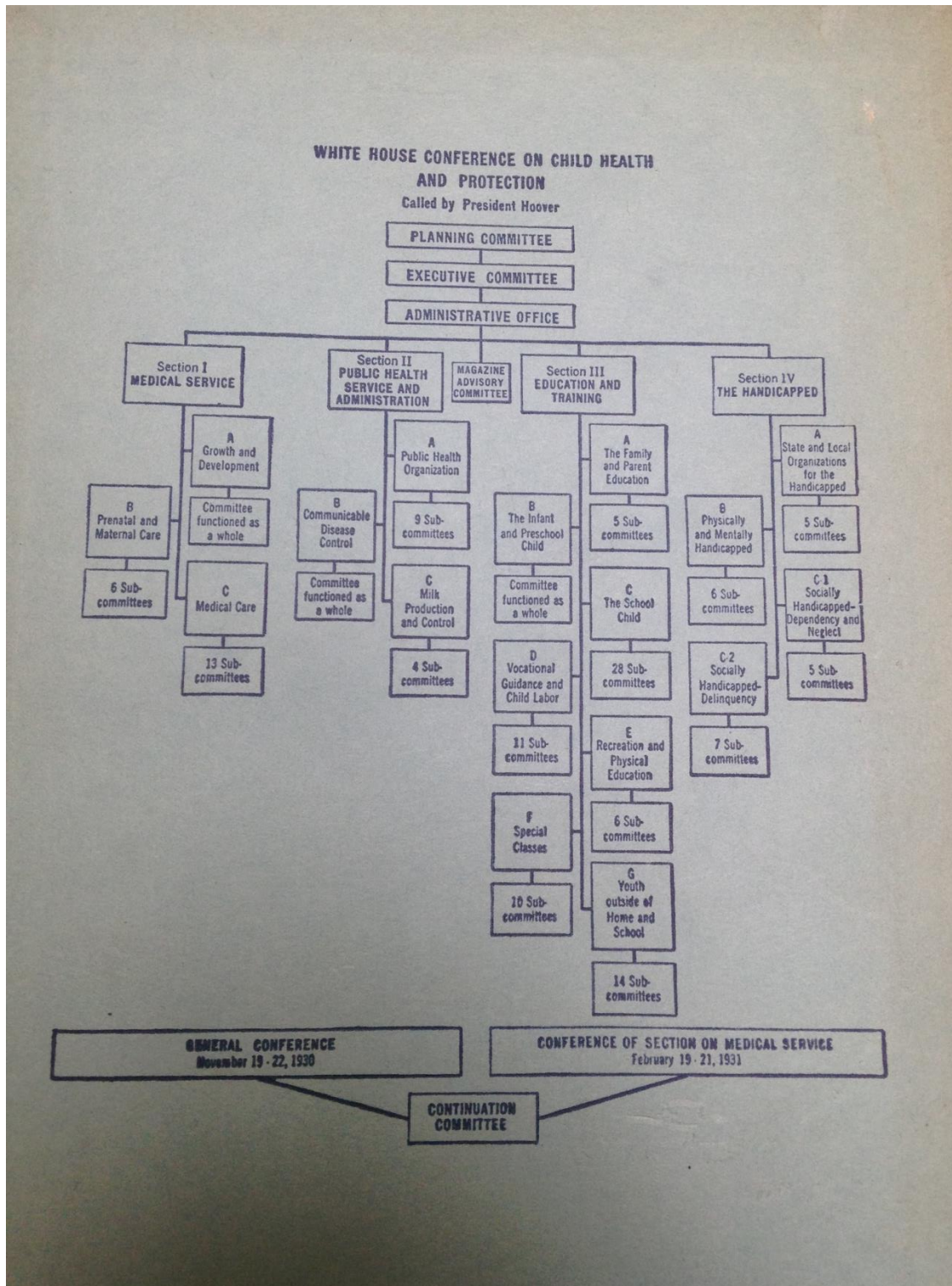
Elaborado a partir do relatório preliminar da conferência (WASHINGTON, 1930).

IV - Os deficientes: prevenção, manutenção, proteção			
A - Organizações estatais e locais para os deficientes	B - Os deficientes físicos e mentais	C - Os deficientes sociais	
		C1 - dependentes e negligenciados	C2 - delinquência
1 – Departamentos estatais	1 - Os surdos e com dificuldades de escutar	1 - O cuidado da criança dependente em sua própria casa	1 - A criança
2 - Forma e equipamentos	2 - Os cegos e com deficiência na visão	2 - Métodos e padrões para o cuidado das crianças em outros lugares que não suas casas	2 - A criança em relação a família
3 - Supervisão estatal de instituições e agências privadas	3 - Os aleijados	3 - Aspectos legais e sociais do resgate e tratamento de crianças negligenciadas	3 - A criança em relação a escola
4 - Problemas interestaduais	4 - Condições internas	4 - Dependência das crianças afetadas por raça, nacionalidade ou imigração em massa	4 - A criança em relação ao estado e ao município
5 - Cuidado direto	5 - Problemas de saúde mental	4a - As crianças negras	5 - A criança em relação a indústria
6 - Políticas educacionais para a promoção de programas de trabalho social	6 - Problemas de deficiência mental	4b - As crianças mexicanas	6 - A criança em relação as agências comunitárias, grupos e influências
7 - Administração de unidades locais de cuidado e proteção das crianças (incluindo unidades de condados, municipais e regionais)	7 - Ajustamento vocacional dos deficientes físicos e mentais	4c - As crianças porto-riquenhas	7 - A criança em relação a igreja
8 - Organizações privadas nacionais		4d - As crianças indígenas	
9 - Agências privadas e seu relacionamento com agências públicas		5 - Comitês comuns	
10 - Governo federal e o bem-estar da criança		5a - Treinamento e equipe	
		5b - Estatísticas sociais	

ANEXOS

ANEXO A – ORGANOGRAMA DA CONFERÊNCIA DE 1930

Organograma geral da Conferência da Casa Branca de 1930. Este organograma se encontra na contracapa dos relatórios específicos de cada comitê (WASHINGTON, 1932).



ANEXO B – CHILDREN'S CHARTER



The Children's Charter

PRESIDENT HOOVER'S WHITE HOUSE CONFERENCE ON CHILD HEALTH AND PROTECTION, RECOGNIZING THE RIGHTS OF THE CHILD AS THE FIRST RIGHTS OF CITIZENSHIP, PLEDGES ITSELF TO THESE AIMS FOR THE CHILDREN OF AMERICA



- FOR every child spiritual and moral training to help him to stand firm under the pressure of life
- II For every child understanding and the guarding of his personality as his most precious right
- III For every child a home and that love and security which a home provides; and for that child who must receive foster care, the nearest substitute for his own home
- IV For every child full preparation for his birth, his mother receiving prenatal, natal, and postnatal care; and the establishment of such protective measures as will make child-bearing safer
- V For every child health protection from birth through adolescence, including: periodical health examinations and, where needed, care of specialists and hospital treatment; regular dental examinations and care of the teeth; protective and preventive measures against communicable diseases; the insuring of pure food, pure milk, and pure water
- VI For every child from birth through adolescence, promotion of health, including health instruction and a health program, wholesome physical and mental recreation, with teachers and leaders adequately trained
- VII For every child a dwelling-place safe, sanitary, and wholesome, with reasonable provisions for privacy; free from

conditions which tend to thwart his development; and a home environment harmonious and enriching

VIII For every child a school which is safe from hazards, sanitary, properly equipped, lighted, and ventilated. For younger children nursery schools and kindergartens to supplement home care

IX For every child a community which recognizes and plans for his needs, protects him against physical dangers, moral hazards, and disease; provides him with safe and wholesome places for play and recreation; and makes provision for his cultural and social needs

X For every child an education which, through the discovery and development of his individual abilities, prepares him for life; and through training and vocational guidance prepares him for a living which will yield him the maximum of satisfaction

XI For every child such teaching and training as will prepare him for successful parenthood, home-making, and the rights of citizenship; and, for parents, supplementary training to fit them to deal wisely with the problems of parenthood

XII For every child education for safety and protection against accidents to which modern conditions subject him—those to which he is directly exposed and those which, through loss or maiming of his parents, affect him indirectly

XIII For every child who is blind, deaf, crippled, or otherwise physically handicapped, and for the child who is mentally handicapped, such measures as will early discover and diagnose his handicap, provide care and treatment, and so train him that he may become an asset to society rather than a liability. Expenses of these services should be borne publicly where they cannot be privately met

XIV For every child who is in conflict with society the right to be dealt with intelligently as society's charge, not society's outcast; with the home, the school, the church, the court and

the institution when needed, shaped to return him whenever possible to the normal stream of life

XV For every child the right to grow up in a family with an adequate standard of living and the security of a stable income as the surest safeguard against social handicaps

XVI For every child protection against labor that stunts growth, either physical or mental, that limits education, that deprives children of the right of comradeship, of play, and of joy

XVII For every rural child as satisfactory schooling and health services as for the city child, and an extension to rural families of social, recreational, and cultural facilities

XVIII To supplement the home and the school in the training of youth, and to return to them those interests of which modern life tends to cheat children, every stimulation and encouragement should be given to the extension and development of the voluntary youth organizations

XIX To make everywhere available these minimum protections of the health and welfare of children, there should be a district, county, or community organization for health, education, and welfare, with full-time officials, coördinating with a state-wide program which will be responsive to a nationwide service of general information, statistics, and scientific research. This should include:

- (a) Trained, full-time public health officials, with public health nurses, sanitary inspection, and laboratory workers
- (b) Available hospital beds
- (c) Full-time public welfare service for the relief, aid, and guidance of children in special need due to poverty, misfortune, or behavior difficulties, and for the protection of children from abuse, neglect, exploitation, or moral hazard

FOR EVERY CHILD THESE RIGHTS, REGARDLESS OF RACE, OR COLOR, OR SITUATION, WHEREVER HE MAY LIVE UNDER THE PROTECTION OF THE AMERICAN FLAG